

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**RUCELINO DE SOUSA AGUIAR**

**A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO FORMAL DO  
ACRE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL SOBRE A  
INFLUÊNCIA DA CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA  
REPARADORAS (1921-1962)**

**CURITIBA  
2023**

**RUCELINO DE SOUSA AGUIAR**

**A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO FORMAL DO ACRE:  
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL SOBRE A  
INFLUÊNCIA DA CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA  
REPARADORAS (1921-1962)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Pontifícia Universidade  
Católica do Paraná, Linha de Pesquisa História e  
Políticas de Educação, como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elisabeth  
Blanck Miguel

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Edilene de Oliveira dos Santos CRB 9 / 1636

A282c  
2023  
Aguiar, Rucelino de Sousa  
A constituição do sistema de educação formal do Acre : um estudo bibliográfico e documental sobre a influência da Congregação das Servas de Maria Reparadoras (1921-1962) / Rucelino de Sousa Aguiar ; orientadora: Maria Elisabeth Blanck Miguel. -- 2023  
110 f. : il. ; 30 cm  
  
Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2023  
Bibliografia: f. 105-110  
  
1. Educação – História. 2. Congregação das Irmãs Servas de Maria Reparadoras. 3. Ensino religioso. 4. Escolas – Organização e administração – Acre. 5. Currículos – Planejamento. I. Miguel, Maria Elisabeth Blanck. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 370.9

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE N.º 226  
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE**

**Rucelino de Sousa Aguiar**

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, reuniu-se na PUCPR, a Banca Examinadora constituída pelos(as) professores(as): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elisabeth Blanck Miguel, Prof. Dr. Carlos Paula de Moraes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Amélia Sabbag Zainko, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lourdes Gisi e Prof. Dr. Peri Mesquida para examinar a Tese do doutorando **Rucelino de Sousa Aguiar**, ano de ingresso 2019, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa “História e Políticas da Educação”. O doutorando apresentou a tese intitulada “A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO FORMAL DO ACRE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL SOBRE A INFLUÊNCIA DA CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS (1921-1962)” que, após a defesa foi aprovada pela Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar o(a) Presidente da Banca Examinadora deu por encerrado os trabalhos às 17hs00 sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pelo(a) Presidente, Examinadores e Coordenação do PPGE.

Observações: A Banca recomenda a publicação sob a forma de artigos científicos e apresentação em eventos.

Presidente:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elisabeth Blanck Miguel



Convidado Externo:

Prof. Dr. Carlos Paula de Moraes

Participação por  
videoconferência

Convidado Externo:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Amélia Sabbag Zainko



Convidado Externo:

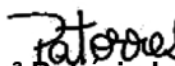
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lourdes Gisi

Participação por  
videoconferência

Convidado Interno:

Prof. Dr. Peri Mesquida

Participação por  
videoconferência

  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patricia Lupion Torres**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação



Temos que fazer o pão com  
a farinha que temos.  
(Dom Próspero Bernardi)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, a minha família, meus pais e irmãos. De modo especial, agradeço aquela que me ensinou os primeiros passos na educação, minha irmã primogênita Raimunda de Souza Aguiar.

Agradeço as minhas orientadoras, Professora Dra. Evelyn Orlando e Professora Dra. Maria Elisabeth Blanck Miguel, pelo apoio, paciência e orientação.

Estendo meu agradecimento aos nossos docentes e técnicos da PUC-PR e FADISE. De modo singular, um obrigado afetuosos ao Professor Dr. Peri Mesquida, à Professora Dra. Maria Amélia Sabbag Zainko, Professora Dra. Maria Lourdes Gisi, ao Professor Dr. Carlos Paula de Moraes, por dedicarem seu tempo em colaborar com minha formação.

Agradeço aos amigos de caminhada que tanto contribuíram para realização deste trabalho. Em especial meu amigo Henry Nogueira, à minha querida amiga Lorena e ao meu amigo Prof. Carlos Paula de Moraes.

Agradeço a todos os amigos e amigas que a vida me concedeu, que estiveram ao meu lado, com seu afeto e suas orações.

## RESUMO

A temática pesquisada neste trabalho constitui uma tese de doutoramento, que se desenvolve por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Linha de pesquisa História e Políticas de Educação, em parceria com a Faculdade Diocesana São José - Diocese de Rio Branco. Está centrada no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, e reúne-se aos estudos que abordam a historiografia da educação brasileira. Particulariza-se uma porção geográfica, o Estado do Acre, dando ênfase à região do Alto Acre e Alto Purus, focalizando no trabalho e na contribuição das Irmãs Servas de Maria Reparadoras para a constituição do sistema de educação formal acreano. Buscou responder a seguinte questão: como se deu a influência das Irmãs Servas de Maria Reparadoras na constituição do sistema educacional acreano, no período de 1921 a 1960? Elegeu-se como objetivo geral a investigação de como se deu a influência das Irmãs Servas de Maria Reparadoras na constituição do sistema educacional na região do Acre entre os anos de 1921-1960, estabelecendo os seguintes objetivos específicos: 1) verificar como se deu a formação cultural e sócio-política do Acre; 2) investigar como se deu a trajetória da constituição do sistema formal de educação no Estado do Acre; 3) verificar como se deu a influência das Irmãs Servas de Maria Reparadoras na constituição do sistema educacional acreano entre os anos de 1921-1960. O que fundamentou o trabalho foi o método hermenêutico crítico, de acordo com Gadamer (2005) e a pesquisa bibliográfica documental, conforme Marconi e Lakatos (2006). Como referencial teórico foi adotado o conceito de memória coletiva de Le Goff (2003), e para o estudo da atuação das Servas adotou-se o caminho a partir de Ginelli (2008). Para compreensão histórica do contexto acreano seguiu-se as pesquisas em história da educação no Acre desenvolvida por Castro (2012) e Sobrinho (2016), e sobre a formação política administrativa, baseia-se em Souza (2005). Foi possível perceber que as Irmãs desenvolveram um trabalho em sua época que resultou em ser um parâmetro de qualidade em educação, influenciando na gestão educacional e na formação. O trabalho desenvolvido pelas missionárias na formação de professores, no modelo de escola, nas relações institucionais e com a sociedade da época, conferiu-lhes reconhecimentos importantes. A educação pautada no ensino religioso, na disciplina e no preparo para uma vida em sociedade foi um legado deixado por esse grupo de missionárias e repercutiram na cultura educacional nos colégios acreanos. Os colégios construídos continuam em 2023, em funcionamento, e contam com o mesmo reconhecimento. As práticas educativas das Irmãs estão pedagogicamente divididas em duas etapas: a primeira compreende a formação cultural e a segunda se constitui na formalização de uma rede de educação que formava o seu próprio corpo docente, uma novidade na época nessa região, bem como a formação dos seus alunos. Percebe-se que o sistema educacional formal do Acre, tem forte influência das Irmãs, e ainda no século XXI, apresenta muitos traços das práticas educativas das Servas de Maria. Algumas instituições de educação recebem o nome que homenageia personagens do grupo dessas Irmãs. A cultura educacional ainda é praticada, em grande medida, nos colégios fundados pelo grupo, que hoje se encontram sob a administração conjunta com o Estado.

**Palavras-chave:** História da educação. Servas de Maria Reparadoras. Sistema educacional do Acre.

## ABSTRACT

The theme researched in this work constitutes a doctoral thesis, which is developed through the Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, in the History and Education Policies research line, in partnership with the Faculdade Diocesana São José - Diocese de Rio Branco. It is centered on the Human and Social Sciences, and joins studies that address the historiography of Brazilian education. A geographic portion is particularized, the State of Acre, with emphasis on the region of Alto Acre and Alto Purus, focusing on the work and contribution of the Sisters Servants of Marie Reparatrice to the constitution of the Acre formal education system. It sought to answer the following question: how did the Sisters Servants of Marie Reparatrice influence the constitution of the educational system in Acre, in the period from 1921 to 1962? The general aim was to investigate how the Sisters Servants of Marie Reparatrice influenced the constitution of the educational system in Acre region between the years 1921-1962, establishing the following specific objectives: 1) examine how the cultural and socio-political formation of Acre was established; 2) investigate the process constitution of the formal education system in the State of Acre; 3) check how occurred the influence of the Sisters Servants of Marie Reparatrice in the formation of the educational system in Acre between the years 1921-1962. What founded the work was the critical hermeneutic method, according to Gadamer (2005) and documentary bibliographic research, according to Marconi and Lakatos (2006). Le Goff's (2003) concept of collective memory was adopted as a theoretical reference, and the path taken from Ginelli (2008) was adopted to study the performance of the Sisters Servants. For a historical understanding of Acre context, the research on the history of education in Acre developed by Castro (2012) and Sobrinho (2016) was followed, and on administrative political formation, based on Souza (2005). It was possible to notice that the Sisters developed their work in that time resulting in a parameter of quality in education, influencing educational management and training. The work carried out by the missionaries in teacher training, in the school model, in institutional relations and with the society at the time, gave them important recognition. Education based on religious teaching, discipline and preparation for life in society was a legacy left by this group of missionaries and had an impact on the educational culture in Acre schools. The schools built then continue in operation and have the same recognition. The Sisters' educational practices are pedagogically divided into two stages: the first comprises cultural formation and the second constitutes the formalization of an education network to formed their own teaching staff, a novelty at that time in this region, as well as the training of their students. It is clear that Acre's formal educational system has a strong influence from the Sisters Servants, and even in the 21st century, it presents many traces of the educational practices of the Servants of Mary. Some educational institutions are named after characters from the group of these Sisters. The educational culture is still practiced, to a large extent, in the schools founded by the group, which are now under joint administration with the State.

**Keywords: Education. Sisters Servants of Marie Reparatrice. Acre educational system.**

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1. Localização e denominação de áreas indígenas anteriores às existentes hoje.....                                               | 27 |
| Figura 2. Rota da migração dos nordestinos para a região do Território do Acre.....                                                     | 31 |
| Figura 3. Navio Gaiola, chegando no Acre. Primeiros anos do Séc. XX.....                                                                | 32 |
| Figura 4. Seringueiro em atividade e alguns instrumentos que utiliza.....                                                               | 42 |
| Figura 5. Registro fotográfico de um professor e seus alunos no projeto Seringueiro, na colocação Rio Branco, no Seringal Floresta..... | 50 |
| Figura 6. Quadro de horários.....                                                                                                       | 66 |
| Figura 7. Instituto Santa Juliana (1930) .....                                                                                          | 67 |
| Figura 8. Maria Angélica está ao centro, entre as normalistas da Escola Normal Lourenço Filho (1949) .....                              | 70 |
| Figura 9. Primeiro grupo de missionárias Servas de Maria que enviadas ao Acre.....                                                      | 78 |
| Figura 10. Alunos, o Bispo Dom Próspero, Padre Miguel e Irmãs nas instalações do Colégio Santa Juliana, no ano de 1925.....             | 82 |
| Figura 11. O Colégio Santa Juliana.....                                                                                                 | 83 |
| Figura 12. Solenidade de formatura da primeira turma de professoras da Escola Normal Regional do Colégio Santa Juliana (1950) .....     | 88 |
| Figura 13. Primeiras Turmas do Colégio Divina Providência.....                                                                          | 91 |
| Figura 14. Primeiras Turmas do Curso Normal Rural de Xapuri.....                                                                        | 93 |
| Figura 15. Colégio São José, em Rio Branco.....                                                                                         | 97 |

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Quadro 1. Quantidades de alunos, professores e escolas em 1929, no Acre.....</b> | <b>63</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

## Sumário

|                                                                                                                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Introdução .....                                                                                                                                          | 12         |
| Metodologia da Pesquisa .....                                                                                                                             | 15         |
| Referencial Teórico .....                                                                                                                                 | 18         |
| <b>CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL DO ACRE .....</b>                                                                                     | <b>23</b>  |
| 1. 1. A formação territorial do Acre .....                                                                                                                | 23         |
| 1.2. As primeiras ocupações do território acreano .....                                                                                                   | 27         |
| 1.3. A formação política do Acre .....                                                                                                                    | 30         |
| 1.4. Segundo ciclo da borracha no Acre .....                                                                                                              | 37         |
| 1.5. A cultura dos seringais .....                                                                                                                        | 41         |
| 1.6. A cultura e a política no período de formação do Acre.....                                                                                           | 46         |
| <b>CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA FORMAL DE<br/>EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ACRE - DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL ATÉ A<br/>ELEVAÇÃO A ESTADO. ....</b> | <b>50</b>  |
| 2.1. A educação no período pré-revolução acreana e departamental (1889-1920) .....                                                                        | 51         |
| 2.2. A institucionalização da Educação no período territorial (1920 – 1930).....                                                                          | 60         |
| 2.3. O ensino secundário no período do governo territorial .....                                                                                          | 65         |
| 2.4. A evolução histórica do órgão central de educação .....                                                                                              | 68         |
| 2.5. A educação formal no Acre (1920 a 1962).....                                                                                                         | 72         |
| <b>CAPÍTULO III – A INFLUÊNCIA DA CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA<br/>REPARADORAS NA EDUCAÇÃO FORMAL NO ACRE .....</b>                                    | <b>74</b>  |
| 3.1. A fundação da Prelazia do Alto Acre e Alto Purus .....                                                                                               | 75         |
| 3.2. O início do projeto escolar no Alto Purus .....                                                                                                      | 78         |
| 3.2.1. O retorno das Irmãs ao Alto Purus, Sena Madureira.....                                                                                             | 88         |
| 3.3. A proposta educacional em Xapuri, no Alto Acre.....                                                                                                  | 90         |
| 3.3.1 O Curso Normal Rural de Xapuri.....                                                                                                                 | 94         |
| 3.4. A expansão da rede educacional para Rio Branco .....                                                                                                 | 96         |
| 3.5. A influência das Servas de Maria Reparadoras na educação formal no Acre.....                                                                         | 99         |
| <b>Considerações finais .....</b>                                                                                                                         | <b>102</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                  | <b>106</b> |

## Introdução

A temática pesquisada neste trabalho constitui uma tese de doutoramento, que se desenvolve por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Linha de pesquisa História e Políticas de Educação, em parceria com a Faculdade Diocesana São José - Diocese de Rio Branco. Está centrada no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, e reúne-se aos estudos que abordam a historiografia da educação brasileira. Particulariza-se uma porção geográfica, o Estado do Acre, dando ênfase à região do Alto Acre e Alto Purus, focalizando no trabalho e na contribuição das Irmãs Servas de Maria Reparadoras para a constituição do sistema de educação formal acreano.

O Acre é uma das 27 unidades que compõem o território brasileiro, sendo o décimo quinto do país em extensão, com uma superfície de 164.221,36 Km<sup>2</sup>, que corresponde a 4,26% da Região Norte e a 1,92% do território nacional. Neste trabalho, é dada ênfase às regiões, em específico, do Alto Acre e Alto Purus, que são microrregiões acreanas, onde se concentra a ação educadora da Congregação das Servas de Maria Reparadoras. Essas regiões se formaram a partir de seringais ainda nos anos iniciais da ocupação, quando o Acre ainda era propriedade boliviana, nas últimas décadas do século XIX. São caracterizadas, até os dias atuais, pelo isolamento geográfico, a carência de políticas públicas, especialmente na dimensão educacional, apresentando necessidades que precisam ser compreendidas, com finalidade de propor ações governamentais que atendam aos anseios de emancipação desse povo.

A constituição do sistema educacional formal do Acre e a influência das Irmãs Servas de Maria Reparadoras nesse processo constituem o objeto de estudo da pesquisa que fundamenta a tese. A educação nessa região, desde os primeiros habitantes, pode-se dizer, que funcionou como uma atividade doméstica familiar. Isto é, os parentes mais próximos que sabiam as primeiras letras, transmitiam o conhecimento.

O interesse sobre essa temática nasce na própria identidade deste autor. Nascido em uma região de seringal, desde a juventude esteve envolvido nos movimentos sociais que tinham em comum o objetivo de valorizar as tradições, a cultura e o ensino, no intuito de preservar a memória coletiva, fazendo com que essas vivências não caíssem no esquecimento ou fossem silenciadas pelo processo histórico. Os estudos realizados por este pesquisador, desde a sua formação inicial, a filosofia, focaliza na compreensão dos processos de formação da pessoa humana. Em nível de mestrado desenvolveu pesquisa no âmbito da Ética com ênfase na

formação da consciência moral, analisando a influência dos processos culturais na construção de concepções que definem o modo de viver.

Atualmente exerce a docência na rede pública de ensino, vinculado à Secretaria de Estado de Educação, atuando no município de Manoel Urbano, que está localizado na região do Alto Purus, no interior do Estado do Acre. Esta experiência como docente em escolas públicas nessas comunidades interioranas, também desperta o interesse deste estudo, na medida em que se constitui uma forma de revelar os pressupostos identitários da formação educacional dessa sociedade.

A justificativa para a realização desta pesquisa está na importância de resgatar as experiências das Servas de Maria Reparadoras com a educação na Região pesquisada, tendo em vista a contribuição desse grupo de mulheres para o processo de formação e identidade do sistema formal de educação acreano. Esta pesquisa contribui ainda, para uma melhor compreensão geral da educação formal no Acre, no seu contexto histórico, no sentido de entender as fragilidades estruturais, que são originadas em sua constituição histórica social. Colabora também na formulação de propostas de aperfeiçoamentos às práticas educacionais, favorecendo um melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

A investigação nesta área do conhecimento ilustra a realidade histórica, ressignifica a memória e desperta a consciência crítica, abrindo novas perspectivas para uma educação voltada à cidadania e à formação do sujeito como protagonista da vida pessoal e social. Promove ainda, a consolidação de um corpo de conhecimentos sobre as práticas educacionais e culturais da região.

A educação acreana sempre foi negligenciada pelas administrações públicas, pelo menos em dois sentidos: investimentos e formação. Apesar da fundamentação teórica documental, esta, nem sempre se concretiza nas práticas escolares. O Estado do Acre, nas primeiras décadas deste século, apresentou melhoras nos indicadores educacionais. Atualmente, ocupa a 14ª posição na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ainda assim, a educação acreana enfrenta grandes dificuldades. Entre as mais latentes está a formação de professores, falta de estruturas físicas adequadas, a qualificação da gestão educacional, as interferências políticas, o acesso e permanência na escola, e a questão orçamentária.

No Acre, não se encontra, ainda, um número significativo de pesquisas que tratam em específico sobre o tema proposto. As dificuldades quanto à formação de pesquisadores nessa região, é um dos desafios a serem enfrentados. Soma-se a isso, a difícil catalogação de documentos e registros que possam dar fundamentação científica a um itinerário investigativo.

Aborda-se a história da atuação desse grupo de missionárias, no Acre, relacionada com o conceito de memória. Esta relação entre a história e a memória constitui-se para esta pesquisa um pressuposto identitário. A memória tem sido nos tempos atuais revalorizada, pois, ela se constitui em processo coletivo e cultural de transmissão e construção de conhecimentos, valores e tradições de uma geração a outra. Essa transmissão pode ocorrer de diversas formas, como por meio de histórias, mitos, lendas, festividades, monumentos históricos, entre outras. Revisitar o passado, com um olhar crítico a sua transmissão à atualidade é um ato de resistência e emancipação. Porque sem memória não é possível a formação de identidade, seja coletiva ou pessoal.

Com o desenvolvimento desta tese, pretende-se responder à seguinte questão de pesquisa: como se deu a influência das Irmãs Servas de Maria Reparadoras na constituição do sistema educacional acreano, no período de 1921 a 1962? Usaremos o termo influência com o significado do exercício de interferir sobre o modo de agir e/ou pensar de um indivíduo, instituição e comunidade, estabelecendo um modelo ou prática.

Esta investigação se direciona pela hipótese de que o sistema educacional formal do Acre foi influenciado pelas práticas educativas das Servas de Maria Reparadoras. Segue-se a tese de que na medida em que esse grupo de missionárias, ao constatarem a necessidade local de instrução cultural, com vistas à evangelização, criando estruturas educacionais, como colégios e cursos de formação de novos professores, exerceram forte influência na matriz organizacional do sistema de educação formal no Estado.

O objetivo geral desta pesquisa é: investigar como se deu a influência das Irmãs Servas de Maria Reparadoras na constituição do sistema educacional na região do Acre entre os anos de 1921-1962. Para responder ao que se propõe, e alcançar o objetivo geral, se estabeleceu os seguintes objetivos específicos: 1) verificar como se deu a formação cultural e sociopolítica do Acre; 2) investigar como se deu a trajetória da constituição do sistema formal de educação no Estado do Acre; 3) verificar como se deu a influência das Irmãs Servas de Maria Reparadoras na constituição do sistema educacional acreano entre os anos de 1921-1962.

Este trabalho está estruturado em uma introdução, três capítulos e uma conclusão: o capítulo I trata a respeito da formação sociopolítica e cultural do Estado do Acre; o capítulo II versa sobre a evolução histórica do sistema de educação formal acreano; o capítulo III discorre sobre a influência das práticas educativas das Servas de Maria Reparadoras na constituição do sistema de educação do Acre.

Esta pesquisa, ao realizar um levantamento histórico sobre a educação no Acre, pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes na solução de problemas

históricos e estruturais. Estabelece uma linha identitária da formação do educador acreano, bem como das problemáticas do sistema de educação. Agrega à história da educação, os pressupostos que advêm das práticas educativas das Servas de Maria Reparadoras, no contexto do início da formação do Estado do Acre. Um estudo nessa dimensão, proporciona uma perspectiva para a construção de uma identidade institucional, que se constrói de forma coletiva, a partir da memória.

### **Metodologia da Pesquisa**

Esta pesquisa está pautada na relação entre a História da Educação no Acre e a presença da Congregação das Servas de Maria Reparadoras nessa Região, a partir das memórias reveladas nos registros documentais: livros, cartas, documentos e jornais, que versam sobre as práticas educacionais desse grupo de missionárias católicas. Pensa-se nesse caminho a partir de uma abordagem pautada no método hermenêutico crítico, com a pesquisa bibliográfica documental, considerando-se que essa escolha contribui para a constituição da consciência crítica e cidadã.

De acordo com Gadamer (2005, p. 407), a hermenêutica é um método amplamente utilizado pelos pesquisadores para analisar e interpretar eventos do passado. Propõe como problema a tríade: interpretação, compreensão e aplicação. Sendo que a aplicabilidade “é um momento tão essencial do processo quanto a compreensão e a interpretação” [...] “nossas reflexões sempre nos levaram a admitir que, na compreensão, sempre ocorre algo como uma aplicação do texto a ser compreendido à situação atual do intérprete”.

Segundo esse autor “o sentido que se deve compreender somente se concretiza e se completa na interpretação”. O pesquisador, por meio desse método, busca compreender o passado por meio de uma análise crítica e contextualizada das fontes históricas disponíveis. Constitui-se em uma reflexão sobre o que ocorreu em um determinado tempo no passado, e a sua influência sobre a realidade presente, conforme o discernimento do que humanamente é possível conceber em termos de interpretação, compreensão e sentido. (GADAMER, 2005, p. 436).

A hermenêutica como capacidade reflexiva busca uma ressignificação do vivenciado a partir do presente. Dito isto, uma compreensão da hermenêutica está na forma como se interpreta as experiências humanas, a partir de um texto, um fato, uma interação, refletindo sobre aquilo que se vê, lê, vivencia. Implica em uma interpretação que se fundamenta na visão de mundo que se tem, que está diretamente relacionada com as nossas vivências.

A escolha desse método de pesquisa se dá em sintonia à abordagem teórica metodológica desta tese. Trata-se de um estudo que resgata a memória coletiva, na perspectiva de novas interpretações, ultrapassando os obstáculos conservadores para a compreensão da realidade numa dimensão dialógica, pois o real sempre tem aspectos velados. Somente por meio do diálogo é possível se estabelecer um processo investigativo no sentido de compreender o contexto e chegar ao aprendizado transformador.

De acordo com Gadamer (2005, p. 489):

[...] todo compreender é sempre algo mais que a mera compreensão. Nós partimos do conhecimento também de que a compreensão que se exerce nas ciências do espírito é essencialmente histórica, isto é, que também nelas, um texto só pode ser compreendido se em cada caso for compreendido de uma maneira diferente.

Como categorias metodológicas elegeu-se as seguintes: diálogo, compreensão, movimento e crítica. Segundo Gadamer (2005), o diálogo entre o intérprete e o texto é dinâmico, com o texto fornecendo "horizontes de significado" que guiam o processo interpretativo. O horizonte de significado é a perspectiva do autor do texto, enquanto o intérprete traz seu próprio horizonte de compreensão. Além disso, Gadamer também enfatizou que a interpretação é um processo contínuo e nunca finalizado, pois novas experiências e horizontes de significado emergem constantemente. Isso significa que a interpretação de um texto pode mudar ao longo do tempo, à medida que novas perspectivas são consideradas e novos diálogos são estabelecidos.

A compreensão hermenêutica é uma busca por captar o sentido mais profundo do texto, indo além do seu sentido literal. Isso envolve uma atenção especial à linguagem utilizada, às metáforas, símbolos e estruturas de significado que podem estar presentes no texto. De acordo com Gadamer (2005), a compreensão é um processo dialógico entre o intérprete e o texto. Através do diálogo com o texto, o intérprete é constantemente desafiado a revisar e expandir seu próprio horizonte de compreensão. A interpretação acontece quando esses horizontes se encontram, e o texto é compreendido de acordo com a capacidade do leitor de se colocar no lugar do autor.

Ainda segundo o mesmo autor, a categoria movimento enfatiza que a compreensão de um texto não é alcançada em um único momento ou através de uma leitura superficial. Pelo contrário, a interpretação é um processo que se desdobra ao longo do tempo, envolvendo um diálogo constante entre o intérprete e o texto. A hermenêutica reconhece que o significado de um texto pode ser reinterpretado ao longo do tempo. À medida que o contexto cultural, social

e histórico muda, novas perspectivas e significados podem emergir do texto. Portanto, a interpretação está aberta a novas possibilidades de compreensão.

Quanto à categoria crítica na hermenêutica, o autor enfatiza a importância de uma abordagem reflexiva, consciente e questionadora na interpretação de textos, buscando entendê-los em seu contexto histórico, cultural e social, bem como considerando as perspectivas e pressupostos do próprio intérprete. Essa abordagem crítica enriquece a interpretação e promove uma compreensão mais profunda e contextualizada do significado do texto.

Nesta pesquisa usa-se como referencial metodológico Marconi e Lakatos (2006), as quais ensinam que a metodologia da pesquisa se refere a um conjunto de técnicas e procedimentos que visam o alcance de um determinado objetivo. São procedimentos prévios e estratégias que se destinam a estabelecer um passo a passo no intuito de sistematizar um caminho a ser percorrido, a pesquisa. Em outras palavras, a metodologia orienta o desenvolvimento de uma atividade específica. Constitui uma abordagem sistemática que visa garantir que as atividades sejam realizadas de maneira eficaz e eficiente, e que os resultados sejam confiáveis e precisos.

Esta tese se utiliza da abordagem qualitativa, com o levantamento bibliográfico e documental. O procedimento metodológico da abordagem qualitativa se diferencia da quantitativa, sendo que é caracterizada por uma análise subjetiva do pesquisador. A coleta de dados se dá por meio de entrevistas, observações, análises de documentos, livros, jornais, entre outros. As informações coletadas são analisadas de maneira descritiva, buscando compreender as complexidades a partir das experiências dos participantes. (MARCONI E LAKATOS, 2006).

Conforme Marconi e Lakatos (2006), a pesquisa bibliográfica tem como características, a coleta, análise e interpretação de informações e dados existentes em obras escritas, como livros, artigos, teses, dissertações, jornais, entre outros. Nessa análise, o pesquisador busca aprofundar seus conhecimentos sobre um tema específico por meio da análise crítica e reflexiva do que já foi publicado.

Ainda de acordo as autoras, a metodologia documental coleta informações restritas a documentos, escritos ou não, que são as fontes de informações. Analisa documentos, leis, relatórios, arquivos, registros... que constituem as evidências que vão de encontro ao objetivo. Portanto, se faz necessário uma pergunta a ser respondida, e a atenção para a credibilidade e confiabilidade dos documentos.

Assim se faz necessária também, uma revisão literária quanto aos autores clássicos e contemporâneos. Esses pensadores ao longo do tempo vêm desenvolvendo importantes reflexões que abordam sempre novos eventos, objetos e perspectivas, que são relevantes na

compreensão da pesquisa historiográfica, como a que se propõe. Além disso, buscou-se em jornais, documentos e registros, informações concernentes ao trabalho.

## **Referencial Teórico**

Esta pesquisa ancora-se, em especial, nos estudos já realizados sobre a história da educação do Acre, como o trabalho da Professora Giovanna Ginelli, “História da Educação do Acre” (2008); e a obra de Lina Boff, “Espírito e missão na prática pastoral. Acre: 1920 a 1930” (1997). Além dessas obras, cruzam-se informações com pesquisas sobre a história da educação no Acre desenvolvida por Castro (2011); Sobrinho (2016).

No primeiro momento verifica-se sobre as teorias e concepções que versam sobre o conceito de memória dentro da historiografia, bem como das perspectivas levantadas por autores reconhecidos que tratam sobre a temática, e as implicações na elaboração dos conceitos e categorias epistemológicas estruturadas pelos estudiosos ao abordarem a memória como objeto de suas investigações. Neste sentido, Gasparello (2011) destaca:

Pensar o saber escolar como sendo historicamente construído nos afasta de uma concepção naturalizada desse saber e nos esclarece sobre a complexidade do seu processo de formação, no qual interfere uma diversidade de práticas e de agentes dotados de historicidade. (GASPARELLO, 2011, p.109).

A reflexão que se faz nesta tese é marcada pelo seu período histórico e geográfico como também pelas configurações sociais nas quais estão inseridos. Desse modo, a memória é trabalhada juntamente com outras temáticas como o processo de construção de identidade, raça, gênero, manipulação, alienação social, manutenção do poder, construção de subjetividade etc. Por se tratar de uma análise histórico/documental, onde se objetiva uma compreensão do presente a partir de uma interpretação nova do passado, essas concepções serão essenciais para esta pesquisa. No sentido que rememorar não é somente lembrar, mas redescobrir, ressignificar, reavaliar em um movimento de construção identitária.

A memória é um tema complexo e significativo, que tem sido objeto de estudo de vários saberes ao longo da história. Desde a filosofia antiga até a neurociência moderna, diferentes áreas do conhecimento têm se dedicado a compreender como a memória funciona, como é formada e como influencia nossa percepção do mundo e de nós mesmos.

A memória é fundamental para a história, uma vez que é um elemento-chave na construção do passado. Sobre a memória, Le Goff (2003) desenvolve uma reflexão sobre

conceitos de modo didático, porém complexo. Distingue três tipos de memória: a memória individual, a memória coletiva e a memória histórica.

Nesta concepção não é apenas um registro de fatos passados, mas também um elemento ativo na formação da identidade pessoal. Isso significa que a memória individual é influenciada pela forma como cada indivíduo percebe e interpreta suas experiências, bem como pelas mudanças na vida ao longo do tempo.

Le Goff (2003) argumenta que a memória individual é importante porque ela permite que os indivíduos sejam capazes de dar sentido às suas vidas e às experiências que vivenciam. Por meio da memória, cada indivíduo é capaz de construir sua própria narrativa pessoal e se situar em relação aos outros e ao mundo ao seu redor. Além disso, a memória individual pode ser um meio de preservar lembranças de entes queridos e experiências significativas, mantendo vivas essas lembranças mesmo após a morte dessas pessoas.

Nesse sentido, sobre a memória histórica “[...] é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, como também às fases de transição da oralidade à escrita [...]” (LE GOFF, 1996, p.426). É importante observar a existência da memória oral e escrita, a primeira se refere à memorização e registro de informações com a finalidade de comunicar através do tempo e espaço. A segunda objetiva garantir a transmissão de informações do campo auditivo ao visual, permitindo a reformulação e revisão de ideias, conceitos e palavras.

A memória coletiva, na concepção de Jacques Le Goff (2003), é um conjunto de lembranças e conhecimentos compartilhados por uma determinada sociedade ou grupo social. Ela é um elemento fundamental para a construção da identidade coletiva, pois permite que as pessoas se reconheçam como pertencentes a um determinado grupo, a uma determinada cultura ou tradição.

Segundo Le Goff (2003), a memória coletiva não é apenas uma lembrança individual, mas sim um processo social e cultural de transmissão e construção de conhecimentos, valores e tradições de uma geração para outra. Essa transmissão pode ocorrer de diversas formas, como por meio de histórias, mitos, lendas, festividades, monumentos históricos, entre outras.

A memória coletiva é um elemento dinâmico e está em constante transformação, sendo influenciada por fatores políticos, sociais e culturais. Ela é um instrumento importante para a preservação e transmissão da identidade cultural ao longo do tempo, e é um elemento central para a compreensão da história e cultura de uma sociedade. Assim, as memórias são coletivas porque o ser humano é essencialmente um ser social. Seu constructo de formação é coletivo, influenciado pela vivência em comunidade.

Para Le Goff (2003), a memória coletiva é um processo de construção social e cultural da identidade coletiva, que se baseia na transmissão e preservação de conhecimentos, valores e tradições de uma geração para outra. Segundo o autor:

Memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente de estes terem sido sentidos e experimentados por alguém. (LE GOFF, 2003, p. 95).

Em relação ao Acre, Guerra (2004) destaca que o Estado fica situado no extremo oeste da Região Norte do Brasil, fazendo divisa com os Estados do Amazonas e Rondônia, e fronteira com o Peru e a Bolívia. Sua superfície territorial é de 153.149,9 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 3,2% da Amazônia brasileira e 1,8% do território nacional, sendo o Estado brasileiro mais próximo do Oceano Pacífico, do qual dista aproximadamente oitocentos quilômetros.

A migração de brasileiros para essa região mais ao oeste do país, se deu por dois principais motivos: o primeiro, um projeto desenvolvido pelo Governo do Amazonas, que objetivava a expansão da produção agrícola e o assentamento das famílias. E, segundo a ocorrência de uma grande “seca” na região Nordeste, o que provocou uma das maiores crises de ordem social e econômica naquela região, tendo por consequência a quase interrupção completa da atividade agropastoril, que era realizada pelos grandes latifúndios escravistas; o que ocasionou na desarticulação do trabalho escravo, e um excedente da mão de obra. (CUNHA, 1999).

De acordo com Tocantins (1979, p. 31), a borracha foi tão importante para o Acre ao ponto de se afirmar que “sem borracha o Acre não seria brasileiro, a menos que surgisse um outro produto rei capaz de emprestar à terra a mesma fascinação econômica”.

Ao adentrar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, o governo brasileiro e norte-americano estabelecia entre si uma série de acordos – conhecidos como os Acordos de Washington – a partir dos quais havia o compromisso de cumprir com os requisitos estabelecidos um com o outro. Nesse caso, o governo norte-americano se comprometia em financiar a siderúrgica de Volta Redonda e a suprir o Exército brasileiro de armas, enquanto o Brasil se comprometia a ceder determinados pontos estratégicos do território nacional para a instalação de bases militares norte-americanas, além de fornecer a matéria-prima necessária para a produção da borracha, item indispensável para a indústria bélica naquele contexto [...]. (CUNHA, 2020, p.8).

O Estado do Acre faz parte das unidades federativas que compõem o Brasil, com uma população de cerca de 900 mil habitantes e uma economia diversificada, que inclui atividades como a agricultura, a pecuária e o extrativismo. A formação política do Estado é marcada pela

luta dos seus pioneiros pela independência e pela construção de uma sociedade justa e democrática.

O povoamento da região acreana está intimamente relacionado com a exploração da borracha, que começou com a chegada dos primeiros seringueiros nordestinos, que se aventuraram na floresta em busca de novas oportunidades de trabalho e enriquecimento. Com o tempo, a produção de borracha se consolidou como a principal atividade econômica da região, atraindo trabalhadores de diversas partes do país e também de outros países, como Peru, Bolívia e Colômbia.

A criação da Prelazia do Acre foi resultado de uma série de fatores, em que os principais protagonistas foram os Bispos Diocesanos de Manaus, Dom Frederico Benício Costa e Dom João Irineu Joffly. Esses episcopos foram importantes no sentido de promover uma sensibilização da sociedade civil e política, para a organização do Bispado na região do Alto Acre e Alto Purus, o que colaboraria com os anseios da classe política e beneficiaria as comunidades mais carentes. (BOFF, 1997).

A criação dessa Prelazia do Acre é um marco importante para a vinda das Irmãs Servas de Maria Reparadoras para o Território do Acre. A partir desse momento foi possível perceber, de forma mais vivencial, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades residentes, especialmente no Alto Acre e Alto Purus. O Bispo Dom Próspero, sensível às condições de vida das famílias, principalmente aqueles que residiam nas colocações e nas periferias das cidades, as crianças órfãs, a carência da saúde e higiene, além da ausência de uma educação moral e social, descreve para a Ordem dos Servos de Maria, a realidade em que se encontrava a região. Essa situação foi descrita pelo Padre Lorenzini em 1925, por meio de uma carta à Cúria Geral da Ordem dos Servos de Maria, conforme destacada na obra “História da Diocese de Rio Branco (1878 a 2000), de Pertiñez e Lombardi:

Mas não demorou muito: depois de umas viagens nos seringais, depois de contatar diretamente os seringueiros e índios, passaram a entender as verdadeiras causas da miséria, isto é a exploração. O padre Lorenzini escrevia em 1925: “Se cheguei a admirar a simplicidade, a alegria e a moralidade deles, cheguei a ficar triste por eu ter entendido quanto este pobre povo seja explorado. Os médicos, os farmacêuticos, os dentistas, cobram uma fortuna para os seus serviços; também os comerciantes e alguma vez os patrões dos seringueiros, cobram muito pela mercadoria, apesar de ser de baixa qualidade. Por isso a borracha não torna rico o seringueiro, mas quem se aproveita deste pobre povo... As riquezas acumuladas deste jeito não são abençoadas por Deus”. Nessa abertura aos problemas sociais, levou os padres a imaginar algumas obras de promoção, na intenção de melhorar a vida material e a formação humana. Daí nasceu o Colégio Santa Juliana. (PERTIÑEZ E LOMBARDI, 2019, p.101-102).

A partir dessa realidade, Dom Próspero formula pedido oficial às Congregações Católicas Femininas que envie missionárias ao Acre, com objetivo de prestarem assistência humanitária na saúde e educação. Em 11 de fevereiro de 1921, é enviada especificamente para a Congregação das Servas de Maria Reparadoras, localizada na Itália. Em uma carta, o Bispo esclarece à Madre Superiora Elisa Andreoli, o projeto que as Irmãs deveriam desenvolver na Prelazia do Acre.

Eis os esclarecimentos que a senhora deseja. Monsenhor Bernardi pede seis religiosas. Seu escopo imediato é de abrir uma escola elementar para meninas na pequena cidade de sua residência, isto é, em Senna Madureira (Alto Purus), isto é, (sic) uma escola privada, a qual não será subsidiada pelo governo local, mas que se manterá muito bem por si mesma. Há também a probabilidade de confiar às Irmãs os cuidados e a assistência e talvez até a direção do pequeno hospital da Cidade. (VIGGIANO, 1980, p. 180-181).

De acordo com Pertínez (2019), a necessidade do cuidado com as crianças foi um dos fatores que interpelaram a ação educativa das Irmãs. A primeira intenção foi a formação humana e social, com o objetivo de ensinar hábitos de higiene, modos de comportamento, as primeiras letras e, principalmente, o ensino da doutrina católica. Devido à rigidez na organização e ao trabalho realizado com o público infantil, as freiras ganharam o respeito da comunidade em geral, que passou a também enviar seus filhos à escola administrada pelas irmãs.

A principal influência dessas religiosas na educação acreana está no exemplo de dedicação e compromisso com a dignidade humana. Fazem de sua ação educadora uma defesa da vida e uma luta pela emancipação da pessoa humana. A educação, que não era vista pela família como algo essencial para a vida, entra na memória coletiva acreana, a partir delas, como um caminho seguro para a construção de uma vida melhor, conforme diz o ditado popular: “Estuda pra ser alguém na vida”. Essas Servas de Maria Reparadoras deixaram o legado das boas práticas escolares para a educação formal no Acre.

## **CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL DO ACRE**

Neste capítulo trata-se a respeito da formação social, política e cultural do Estado do Acre. No contexto da abordagem que se desenvolve neste trabalho, é importante destacar que se leva em conta a questão levantada no referencial teórico sobre a memória enquanto um constructo coletivo, subjetivo ao grupo ao qual tem significado e identidade. A partir disso, se faz necessário a revisitação da história do Acre, das bibliografias que registram os fatos, os movimentos, os monumentos históricos que darão direção e significação ao que se pretende.

A formação do Estado do Acre remonta ao período do século XIX, quando a região que hoje está delimitada dentro do território brasileiro ainda pertencia ao país vizinho, a Bolívia. Região isolada, habitada inicialmente por povos indígenas, que não tinham contato com a comunidade nacional. Apesar do isolamento, esses primeiros habitantes indígenas já eram alvo de enfrentamentos que vinham da parte de exploradores bolivianos, militares e algumas expedições com fins comerciais, que buscavam informações sobre a região. Em grande maioria esses povos foram dizimados no processo da colonização das terras acreanas.

O povoamento dessa região está intimamente relacionado com a exploração da borracha, que começou com a chegada dos primeiros seringueiros nordestinos, que se aventuraram na floresta em busca de novas oportunidades de trabalho e enriquecimento. Com o tempo, a produção de borracha se consolidou como a principal atividade econômica da região, atraindo trabalhadores de diversas partes do país e também de outros países. Os dois principais momentos, que impulsionaram a formação do Acre foram o primeiro ciclo da borracha, um período de grande prosperidade econômica para a região, que durou aproximadamente entre os anos de 1870 e 1912. O segundo ciclo da borracha foi um período de renascimento da atividade extrativista, que ocorreu entre as décadas de 1940 e 1970.

### **1. 1. A formação territorial do Acre**

Segundo Le Goff, a memória coletiva é um processo de construção social e cultural da identidade coletiva, que se baseia na transmissão e preservação de conhecimentos, valores e tradições de uma geração para outra.

Memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como

dados e feitos, independentemente de estes terem sido sentidos e experimentados por alguém. (LE GOFF, 2003, p. 95).

Nesse prisma que se compreende o sofrimento passado pelos brasileiros que povoavam a região amazônica e, nesta, a região do Acre, que de certa forma, alimentava um sentimento de nacionalismo, de mudanças, principalmente no sentido de terem mais autonomia sobre os recursos e os frutos do trabalho. Esse sentimento, *a priori*, foi o que motivou as revoluções. Uma das mais importantes ocorre em 06 de agosto de 1902, na qual José Plácido de Castro embrenha-se no combate contra os bolivianos que ocupavam o Território, liderados por Juan de Dios Barrientos, e conquista a Intendência boliviana que se localizava na Vila Xapuri, na região do Alto Acre.

No dia 5 de outubro de 1902, o exército de Plácido de Castro rende as forças bolivianas localizadas no Seringal Empresa, hoje cidade Rio Branco. Em 14 de outubro, após 108 dias de combate, todo o Acre, com exceção de Puerto Acre, onde estava localizado o quartel-general da Bolívia, havia sido conquistado. (TOCANTINS, 1998).

É importante destacar o que o boliviano Dom Lino Romero, Delegado Nacional em Territórios de Colônias acerca do que entendia sobre a região do Acre. Dom Lino Romero já escrevera carta [ao presidente da Bolívia]: “o Acre é nominalmente da Bolívia, porém, materialmente é do Brasil”. Ele explica: “tudo contribui para isso: a imensa distância e obstáculos que o separam do resto do país, a gente estranha que o povoa, a falta de vias de comunicação dentro do mesmo território, e, finalmente, a impossível adaptação de nossa raça a este clima mortífero”. (TOCANTINS, 1998, p. 48).

O combate final com os bolivianos deu-se em Puerto Acre. Em 15 de janeiro de 1903, os combatentes abrem fogo. No dia 24 de janeiro, depois de duros enfrentamentos os bolivianos se rendem, e as duas partes assinam tratado de cessar fogo. Dom Lino Romero, Delegado Nacional em Território de Colônias, transfere as bases bolivianas para o domínio dos brasileiros. No dia 27 de janeiro de 1903, é constituído o Estado Independente do Acre, sendo aclamado como presidente José Plácido de Castro.

Após esses intensos e sangrentos combates, o Governo brasileiro sob a Presidência de Rodrigues Alves, por meio da diplomacia de Rio Branco, Ministro do Exterior do Brasil, estabelece com os representantes bolivianos um período de paz (*modus vivendi*), por meio de um protocolo assinado em 21 de março de 1903, o que significava um acordo para que cessassem os litígios entre Brasil e Bolívia, na região do Território Acreano.

Logo em seguida, após muitas negociações diplomáticas, foi assinado o Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, o qual confirmava o protocolo de paz, e incorporava

ao território brasileiro, um total de 181.000 quilômetros quadrados de terra, que constituía o Território do Acre. Esse Tratado, assinado entre os países Brasil e Bolívia, marcou o ato formal pelo qual a região na qual atualmente se localiza o Estado do Acre, passou a pertencer ao Brasil.

No período dos anos seguintes, o novo Território Acreano, passou por várias mudanças de ordem administrativa. Formalmente como propriedade do Brasil, e sob a administração da União, surgiram as primeiras cidades.

A partir daquele momento, o Governo brasileiro institui o Acre como Território Federal pela Lei 1.181, de 25 fevereiro de 1904, e divide o novo Território Federal, em três departamentos administrativos, autônomos e descentralizados: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. O Departamento do Alto Acre com sede na cidade de Rio Branco, compreendendo a região dos rios Abunã, Rapirran, Iquiri, Alto Acre ou Aquiri, e Alto Antimari.

O Departamento do Alto Purus sediado em Sena Madureira e se estendendo pela região dos rios Iaco ou Hiuaco e com todos os afluentes deste, incluindo o Chandless, o Corunja até as cabeceiras dos mesmos rios. E o Departamento do Alto Juruá com sede, em Cruzeiro do Sul, abrangendo os rios Tarauacá e seus afluentes, e pelo lado do Alto Juruá, incorporando o Moa, Juruá-Mirim, Amonea, Tejo e o Breu até as nascentes dos mesmos rios. Esses Departamentos eram administrados por prefeitos que eram nomeados livremente pela Presidência da República.

Depois do acordo realizado entre brasileiros e bolivianos, o Peru passa a reivindicar as terras pelo lado dos Rios Purus e Juruá, exatamente por onde faz fronteira com o Brasil, sob a alegação de que aquelas terras não pertenciam ao território boliviano. Assim sendo, foram formadas algumas comissões que tinham o objetivo de investigar sobre a questão, nas quais Euclides da Cunha e o Gal. Berlamino Mendonça chefiam estudos e perícias. Apesar de em pequenas dimensões, havia conflitos armados no Alto Juruá, que envolviam brasileiros e peruanos que habitavam a região.

Após mais de cinco anos de negociações, em 8 de setembro de 1909, foi assinado o tratado de ajuste de fronteiras entre Brasil e Peru. Esse acordo trouxe uma nova configuração político-administrativa ao Território Federal do Acre, que passou a medir 152.000 quilômetros quadrados. Nesse tratado Brasil-Peru, o Brasil cedeu quase 300.000 mil quilômetros quadrados daquelas regiões do Alto Purus e Juruá para o Peru.

De acordo com Ginelli (2008), após a incorporação definitiva dessa região ao território brasileiro, visando uma melhor administração, o novo território é dividido em três prefeituras departamentais, compreendendo; Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purus, sendo que em 1912 foi criado o departamento de Tarauacá, que se desmembrou do Alto Juruá. Importante salientar

que, no que se refere à administração para o escoamento da produção do látex e o lucro, os governos, tanto do Pará como do Amazonas, criaram serviços administrativos públicos bastante “avançados”.

No ano de 1912, o Território Federal do Acre foi alvo de mais uma reforma administrativa promovida pelo Governo Federal. O Departamento do Alto Juruá sofreu um desmembramento e foi criado o Departamento do Tarauacá que tinha sede na cidade de Tarauacá-Seabra. Essa mudança não ocorre na dimensão administrativa do Território, sendo que a gestão administrativa continuava marcada pela descentralização política.

No ano de 1920, o governo federal resolve centralizar a representação dos Departamentos através da figura do governador Territorial, localizado na cidade Rio Branco, nomeado pela Presidência da República. De 1934 em diante, passa a haver eleições para escolha de representação territorial para o Congresso Nacional. Finalmente, em 14 de junho de 1962, o Território Federal do Acre é elevado à categoria de Estado Federal do Brasil, com a aprovação do Projeto de autoria do deputado federal, José Guimard Santos, no Congresso Nacional, durante o governo de João Goulart.

A formação territorial do Acre está intimamente ligada aos processos políticos e econômicos que são liderados pelo Amazonas e pelos padrões seringalistas. O Acre ainda não se constituía como um espaço geográfico habitado por sujeitos dotados de sentimento político próprio, de pertencimento social de um lugar ou um povo em específico. Na verdade, ainda se vivia certo auge do processo de colonização e povoamento na região. O que se observa na história é a necessidade de se vencer o isolamento e as dificuldades impostas pelas circunstâncias selvagens às quais a população seringueira era submetida.

Nessa perspectiva abordar a formação histórica do Acre é buscar na memória, o protagonismo histórico e as fontes das vivências deste povo, contribuindo com a formação de identidade. Assim sendo, vale citar as palavras elucidativas de Cardini (1988), descrevendo a importância da memória e o seu lugar nos processos históricos.

[...] a grande protagonista da história é a memória coletiva que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, re-funda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido. (CARDINI, 1988, p. 11).

O Acre, apesar de ser jovem tem sua contribuição à formação da história do território brasileiro. Está situado na região Norte, sudoeste do Brasil, fazendo divisa geográfica com os

Estados brasileiros do Amazonas e Rondônia. Com relação ao seu limite geográfico com outros países, o Acre está situado na fronteira com a Bolívia e o Peru. É o Estado mais jovem com uma densidade demográfica de 906.876 habitantes segundo a atualização do Instituto de Geografia Estatística – IBGE<sup>1</sup>. Tem como capital o Município de Rio Branco e conta com outros 21 municípios.

Quanto à posição hidrográfica do Estado do Acre, a hidrografia acreana é parte da grande bacia hidrográfica amazônica. É representada pelos rios Purus e Juruá, estes se situam à margem direita do rio Amazonas. Os rios que formam a rede hidrográfica acreana podem ser considerados inteiramente de planície, já que suas bacias se acham instaladas sobre as terras do platô terciário amazônico. A Bacia do Juruá é composta pelos rios: Moa, Juruá-Mirim, Juruá, Liberdade, Tejo, Gregório, Tarauacá, Envira e outros. Quanto à economia, segundo Carli e Carneiro (2012) sua base principal está na agricultura: mandioca, milho, feijão. Pecuária: bovinos, suínos. Indústria: produtos alimentares e Construção civil: madeira e mobiliário.

## 1.2. As primeiras ocupações do território acreano

*Muito novo é o Acre.  
Há vinte anos passados, as suas terras só conheciam o trato do jaguá e do selvagem.  
Nenhum homem civilizado havia pizado nelas.*<sup>2</sup>

Os primeiros a ocuparem o espaço na região a qual seria o Estado do Acre, foram os povos indígenas. Os registros históricos a respeito da presença de indígenas na região do Acre datam de 1640, e trazem os povos Pano e Aruak como os primeiros habitantes da região. Esses indígenas entraram na região acreana quando fugiam da perseguição espanhola que sofriam no país vizinho, o Peru. Os índios Aruak dominavam a bacia do Rio Purus e os índios Pano, a região do Juruá. No ano de 1892 os índios Kanamari, Machinery e Apurinã, do tronco linguístico Aruak habitavam a região do Purus, ocupando as margens dos rios Ituxi, Acre e Yaco. Os índios Remo, Arara, Inuquinin, Karipuna, Pacauara, Jaminawá, Conivo e os Nauás, do tronco linguístico Pano, em 1892, ocupavam a região dos rios Juruá, Tarauacá e Envira. (SOUZA, 2005).

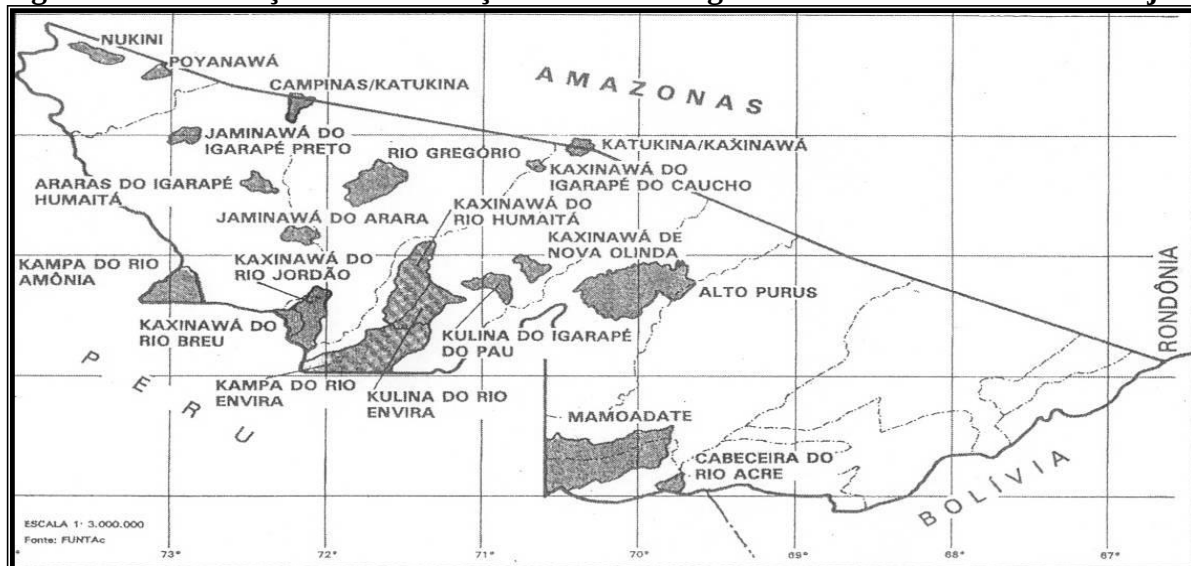
---

<sup>1</sup> IBGE. População estimada [2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>. Acesso em: 12 fev. 2023.

<sup>2</sup> ARAUJO, Antonio José. Carta do Acre. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1910.

A figura 1, de acordo com Souza (2005, p. 25), mostra como se dava essa divisão geográfica do território entre as diversas etnias dos povos indígenas.

**Figura 1 – Localização e denominação de áreas indígenas anteriores às existentes hoje.**



Fonte: Souza (2005, p. 25).

Os primeiros contatos desses indígenas com as expedições exploratórias, se deram nas últimas décadas do século XIX, com as expedições de João da Cunha Correia, Manuel Urbano da Encarnação e o inglês William Chandless. Esses exploradores se utilizavam dos rios acreanos para acessar as localidades onde se encontravam as populações indígenas, com o objetivo de colher informações necessárias para o reconhecimento do lugar. O maior interesse seria mapear a geografia no sentido de estabelecer os fluxos dos rios, com finalidade de subsidiar o comércio com essas informações. (SOUZA, 2005).

Segundo Aquino e Iglesias (2005) foi a partir do século XIX, na região de florestas que hoje constitui o Estado do Acre, os primeiros encontros dos diferentes povos indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais, vindos do Nordeste, foram marcados pelas "correrias", expedições armadas que resultaram em massacres, a introdução de doenças, o acirramento induzido de antigos conflitos intertribais, ocupação dos territórios tradicionais dos povos indígenas, a dispersão das remanescentes pelas cabeceiras dos rios Juruá, Purus e Acre e a instalação da empresa seringalista nessa vasta região.

Durante as primeiras sete décadas do século XX, não ocorreu qualquer atuação sistemática dos governos federal, estadual e municipais direcionada aos povos indígenas no Território e depois no Estado do Acre. No Vale do Juruá, por exemplo, duas iniciativas do governo federal não tiveram desdobramentos duradouros. Em 1904, o primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá, Marechal Thaumaturgo de

Azevedo, delineou um conjunto de propostas para a "catequese" e "civilização" dos indígenas, parte de um plano mais amplo para tentar pôr fim às "correrias", normatizar as relações de trabalho nos seringais, fomentar práticas agrícolas e consolidar a presença do poder público nessa região, propostas essas que nenhuma continuidade tiveram após seu pedido de exoneração em 1905. A presença do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), limitou-se a raras viagens de funcionários da I Inspetoria Regional de Manaus por certos afluentes dos vales do Alto Juruá e Alto Purus, em começo dos anos 1910, ocasiões em que proprietários, patrões seringalistas e políticos locais foram legitimados como representantes do órgão federal enquanto "inspetores de índios" (AQUINO; IGLESIAS, 2005, p. 2).

O autor ainda destaca que a grande população indígena existente no período das primeiras ocupações, sofreu a violência da colonização exploratória, ao menos em três situações histórica distintas. A primeira com caucheiros peruanos, que em 1910 mataram mais de 400 indígenas da tribo Ajubins que habitava o Rio Gregório (afluente do Rio Juruá). A segunda, são as chamadas "correrias", que eram organizadas pelos donos dos seringais, as quais pode-se referir como "verdadeiras caças aos índios". Esses eventos reuniam até cinquenta homens armados. Essa violência predatória contra os primeiros indígenas habitantes da região, avança inclusive à década de 1970, quando chegam ao Acre os grandes fazendeiros.

Até o início do século XX, de acordo com o Tratado dos Limites assinado em Ayacucho, a região que hoje constitui o Estado do Acre fazia parte do território boliviano. O Tratado de Ayacucho foi um acordo assinado em 23 de novembro de 1867, pelos governos do Brasil e Bolívia, com o objetivo de definir as fronteiras entre esses países. Esse acordo foi um marco importante para a estabilidade política na região, trazendo uma solução pacífica aos conflitos que então existiam. Apesar de não abordar diretamente a questão do Acre, é importante ressaltar, que nesse acordo grande parte da região na qual se localiza o atual Estado do Acre havia sido delimitada dentro do território da Bolívia. Uma das características da ocupação dessas terras por brasileiros, ocorre ainda enquanto território boliviano, sendo que os primeiros registros datam do ano de 1857. (SOUTO, 1928).

A migração de brasileiros para essa região mais ao oeste do país se deu por dois principais motivos: o primeiro, um projeto desenvolvido pelo Governo do Amazonas, que objetivava a expansão da produção agrícola e o assentamento das famílias. (CALIXTO, FERNANDES e SOUZA, 1983). E, segundo, a ocorrência de uma grande "seca" na região Nordeste, o que provocou uma das maiores crises de ordem social e econômica naquela região, tendo por consequência a quase interrupção completa da atividade agropastoril, que era realizada pelos grandes latifúndios escravistas; o que ocasionou na desarticulação do trabalho escravo, e um excedente da mão de obra. (CUNHA, 1999).

O território acreano, desde seus primórdios, foi palco de inúmeros conflitos, na medida em que a maior parte dos que migraram, incentivados e apoiados pelo Governo do Amazonas, não aceitavam a subordinação aos bolivianos. Esses conflitos envolviam ações políticas e militares, o que ensejou a primeira insurreição contra a administração boliviana em 1899, patrocinada pelo Governo amazonense, que culminou com a expulsão da autoridade representativa da Bolívia. Além disso, houve outros confrontos que marcaram esse momento.

A segunda insurreição, liderado por Luís Galvez, que em 14 de julho de 1899, declarou o Acre como um país independente do Brasil e da Bolívia, o que não prosperou, resultando na expulsão de Galvez, e o retorno ao domínio boliviano. A terceira insurreição, ficou conhecida como “A Expedição dos Poetas”, que também recebeu financiamento do Amazonas, e que, com o objetivo de tomar posse da região, atacou, em 29 de dezembro de 1900, Puerto Alonso (atual município de Porto Acre), sede da administração boliviana, culminando em um trágico fracasso, onde os adversários bolivianos subjugarão os brasileiros, inclusive se apossando de seus equipamentos bélicos.

Além dessas tentativas, na busca de emancipação, ainda se tem registro da última insurreição, liderada pelo gaúcho Plácido de Castro, que, vitoriosa, teve como resultado a assinatura do Tratado de Petrópolis, no dia 17 de novembro de 1903, anexando definitivamente as terras dessa região ao Brasil. (SOUZA, 1992).

De acordo com Calixto (2003), Plácido de Castro foi convidado pela junta revolucionária, composta por seringalistas e financiadas pelo Governo da Província do Amazonas, que se reuniam clandestinamente no seringal de Joaquim Vitor. O convite deu-se pela experiência militar e conhecimento da “questão acreana” que tinha o jovem Plácido. A junta enviou Rodrigo de Carvalho, Joaquim Vitor e Gentil Nover, que mais tarde tornaram-se coronéis da Guarda Nacional, e estes receberam a missão de contactar Plácido e convidá-lo para chefiar o movimento de resistência à ocupação boliviana.

### **1.3. A formação política do Acre**

A formação política do Estado do Acre teve início no final do século XIX, quando a região ainda fazia parte do território boliviano. Na época, a exploração da borracha atraiu uma grande quantidade de migrantes nordestinos e estrangeiros, que acabaram por criar uma sociedade multicultural e diversa.

Em 1899, os seringalistas da região iniciaram um movimento de resistência contra o governo boliviano, que cobrava altos impostos e não oferecia condições adequadas para a

exploração da borracha. Essa atitude de resistência por parte dos seringueiros, frente à desassistência da administração boliviana, desencadeará uma organização mais abrangente em toda a região que será importante na luta pela independência acreana.

A partir desse momento, o Acre passou a ser administrado pelo governo brasileiro e teve sua organização política estabelecida por meio de leis e decretos. Em 1904, foi criado o Território do Acre, que tinha como objetivo controlar a exploração da borracha e garantir a soberania brasileira sobre a região.

Durante o período em que foi um território, o Acre passou por diversas mudanças políticas e administrativas. Em 1962, foi promulgada a primeira Constituição do Estado do Acre, que estabeleceu a divisão dos poderes e definiu as competências do governo estadual. Desde então, o Estado tem sido governado por diferentes lideranças políticas, que têm buscado promover o desenvolvimento econômico e social da região.

Hoje, o Acre é uma das 27 unidades federativas do Brasil, com uma população de cerca de 900 mil habitantes e uma economia diversificada, que inclui atividades como a agricultura, a pecuária e o extrativismo. A formação política do Estado é marcada pela luta dos seus pioneiros pela independência e pela construção de uma sociedade justa e democrática.

A ocupação inicial da Região do Acre pode ser interpretada como resultado da exploração da borracha. O movimento migratório de nordestinos para o Acre se dera após intensas campanhas de recrutamento de mão de obra para o trabalho nos seringais. A publicidade argumentava a possibilidade de uma “nova vida” para os migrantes, que sofriam a desolação da seca e a pobreza. Neste cenário, a região acreana surgiu no imaginário popular como o “El dorado”. No decorrer desse processo de ocupação, a região se torna atrativa, inclusive, para imigrantes de outros países, despertando o interesse econômico em nível internacional.

O primeiro ciclo da borracha no Acre foi um período de grande prosperidade econômica para a região, que durou aproximadamente entre os anos de 1870 e 1912. A borracha, extraída do látex das seringueiras, se tornou um dos principais produtos exportados pelo Brasil, principalmente para os Estados Unidos e a Europa, impulsionando a economia do país e da região amazônica.

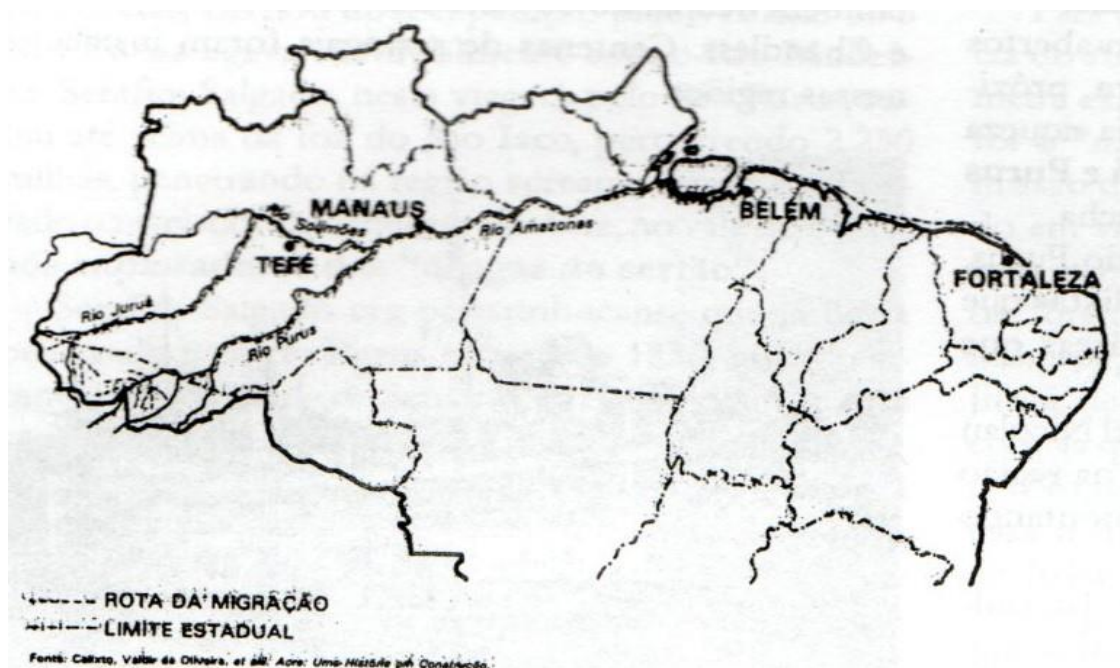
Em 1852, o Acre passou a integrar a Província do Amazonas. Na intenção de encontrar especiarias – também denominadas “drogas do sertão” - para comercializar, várias expedições foram realizadas na região acreana: a de João Rodrigues de Cametá, de Serafim Salgado, de Manuel Urbano da Encarnação, de João de Cunha Correia e a de William Chandless. Com o término das expedições, a Amazônia estava aberta para a exploração. A demanda por mão de

obra para a exploração da borracha, existia desde a primeira metade do século XIX, tendo em vista a necessidade do mercado internacional, principalmente com o desenvolvimento da indústria automobilística americana e europeia. A partir de 1877, após uma grande seca no Nordeste, ocorre uma intensificação no processo migratório nordestino para a região amazônica em busca de melhores condições de vida, precisamente para a região que hoje é o Estado do Acre.

Entre 1877 a 1979, tentando resolver problemas internos de abastecimento, o governo da província do Amazonas agiu no sentido de implantar projetos de colonização agrícola, de subsistência, financiando a migração de brasileiros do Nordeste. Dos 12.563 trabalhadores migrados para o Amazonas, apenas 1.448 atuaram na agricultura nas redondezas de Manaus. A grande maioria destacou-se para os seringais, principalmente para a região do Acre. Afinal, a propaganda do enriquecimento fácil no trabalho da borracha chamava mais atenção dos trabalhadores. Produzia mais efeito no imaginário do nordestino ávido por sobreviver. (SOUZA, 2005, p. 80)

A figura 2 (apresentada na sequência) mostra o mapa da rota da migração nordestina. O povoamento dessa região marca a busca trágica dos nordestinos que percorriam o país de leste a oeste, fugindo da seca e da miséria que assolava sua região de origem em busca do enriquecimento fácil através da exploração do “ouro branco”, a borracha.

**Figura 2 – Rota da migração dos nordestinos para a região do Território do Acre.**



Fonte: De acordo com Souza (2005, p. 80).

Nesse período de maior intensidade do processo migratório Nordeste-Amazonas, a região em ocupação, ainda pertencia ao governo boliviano. Apesar de tratar-se de uma área de permanentes conflitos entre brasileiros, maioria nordestinos, e o exército boliviano, o Governo brasileiro reconhecia a área, como território boliviano.

A jornada dos migrantes brasileiros para a ocupação territorial da Amazônia se constitui a partir de uma singularidade dentro das histórias das migrações. A incursão era uma saga. Saída do porto de Fortaleza seguia para Belém e depois Manaus. Essas viagens eram patrocinadas pela iniciativa privada. Os navios muitas vezes não eram preparados para o transporte de passageiros, eram chamados de “gaiola”. A figura 3 mostra a imagem de um navio que era chamado como Gaiola.

**Figura 3 – Navio Gaiola, chegando no Acre. Primeiros anos do Séc. XX.**



Fonte: Emílio Falcão. Álbum rio Acre. De acordo com Souza (2005, p. 79).

Nunca houve uma expedição acompanhada de um médico, engenheiro e um padre, ou seja, não eram organizadas e não ofereciam as mínimas condições de um transporte salubre para os seres humanos.

Conforme Cunha (2020), ao final do século XIX, houve no Acre, provocado pela demanda decorrente do crescimento das indústrias norte-americanas e europeias pela borracha, o primeiro movimento de migração vindo do nordeste do Brasil, que ficou conhecido como o “primeiro surto da borracha”, o que alavancou o processo de colonização e ocupação dessa Região.

Os novos seringalistas se apropriaram de áreas enormes de floresta para extrair a matéria-prima para a borracha - o látex das seringas. Os índios nas áreas do Juruá e Purus tentaram defender as terras deles, mas, tendo só arco e flecha não conseguiram. Os novos migrantes fizeram as chamadas “Correrias”, eles se juntavam em grupos de homens armados com espingardas e assaltavam as aldeias indígenas.

Interessante ler estas observações da pena de Euclides da Cunha, resultado de uma expedição à região do Acre, entre os anos de 1904 e 1905.

De- fato- à parte o favorável deslocamento paralelo ao equador, demandando as mesmas latitudes – não se conhece na história exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimamento, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levadas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará, para aquele recanto da Amazônia. Acompanhando-a, mesmo de relance, põe-se de manifesto que lhe faltou desde o princípio, não só a marcha lenta e progressiva das migrações seguras, como os mais ordinários resguardos administrativos. (Cunha, 1999, p. 33)

A partir desses relatos, se compreende que o período das migrações foi lapso históricos de muito sofrimento e exploração dos migrantes nordestinos pelos donos do capital. Importante salientar que o custo da viagem era bancado pelo próprio viajante. Essa dívida compunha o primeiro passo do endividamento do migrante nordestino, agora seringueiro, com o patrão. Euclides da Cunha em seu livro “À margem da História” (1999) detalha o passo a passo do processo de endividamento pelo seringueiro.

Vede esta conta de venda de um homem: No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se 150\$000. Depois vem a importância do transporte numa *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Admite-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um *rifle* (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão* senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneiros de farinha-d’água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso* experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000. (CUNHA, 1999, p. 13)

Essa dinâmica de mercado, narrado por Euclides da Cunha, que tinha como principal característica a alienação da mão de obra nordestina, ficou conhecida como o sistema de aviação. Esse sistema constituiu um modelo de crédito e comércio que funcionava à margem de qualquer regulamentação governamental, desde o primeiro surto da borracha.

Assim se dava a ocupação do território acreano e a formação dos grandes seringais. Apesar do início da ocupação dessa região ocorrer em período anterior, inclusive com a formação de pequenos seringais, é nesta época em que a migração da mão de obra nordestina se intensifica, trazendo consigo a cultura, as crenças, hábitos e costumes do Nordeste brasileiro, que será o solo fértil da cultura acreana.

Nesta perspectiva, a memória é construída pela narrativa desses migrantes. Essas narrativas que os acompanha colaboram na formação de uma identidade. De acordo com Le Goff (2003), a memória coletiva é um processo de construção social e cultural da identidade coletiva, que se baseia na transmissão e preservação de conhecimentos, valores e tradições de uma geração para outra. Segundo o autor:

Memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente de estes terem sido sentidos e experimentados por alguém. (LE GOFF, 2003, p. 95).

Avançando no contexto da história da formação do Acre, a capital do Estado, a cidade de Rio Branco, teve origem em 1882, à margem esquerda do Rio Acre, por iniciativa do cearense Neutel Newton Maia, fundador do Seringal Empreza. O Território do Acre ainda não existia oficialmente nas leis do Brasil e nos mapas de geografia, embora as terras já fossem contadas em mapas e obras bolivianas. Pelo fato de os brasileiros e os bolivianos terem interesse nas terras do Acre e não conseguirem chegar a um acordo, em 1903 estourou a quarta fase da Revolução Acreana. Em Rio Branco, aconteceram conflitos entre as tropas lideradas por Plácido de Castro e as do Exército boliviano.

De acordo com Lima; Nascimento e Ogando (2022), os conflitos entre o Brasil e a Bolívia acabaram de fato quando foi assinado o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Por este acordo, firmado por Rio Branco, Assis Brasil, Fernando Guachalla e Cláudio Pinilla, o Governo brasileiro comprou o Acre dos governantes bolivianos, mediante a indenização de 2 milhões de libras esterlinas. Além disso, o Brasil se comprometia a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, para que os bolivianos escoassem sua produção pelo rio Amazonas.

Em 25 de fevereiro de 1904, o Congresso Nacional autorizou o Presidente do Brasil, Rodrigues Alves, a assumir a administração do novo território brasileiro, o Acre. Para Lima, Nascimento e Ogando (2022) a criação do território federal do Acre se constituiu uma “inovação”. A primeira organização política administrativa do território acreano, dividia a região em três departamentos: Alto Acre, Alto Juruá e Alto Purus.

Como resultado da expansão populacional em decorrência do avanço da exploração da borracha, em 1912, a Vila Seabra, denominada a cidade de Tarauacá, foi elevada a Departamento, ganhando autonomia política e administrativa. Somente em 1 de outubro de 1920, o Acre será unificado e passará a ser reconhecido política/administrativamente como território federal com sede em Rio Branco que se tornará capital do território. (ACRE, 1969).

Os departamentos criados tiveram autonomia administrativa. Visando manter o foco da pesquisa dar-se-á ênfase, às prefeituras departamentais do Alto Acre e Alto Purus, pois constituem o campo de ação das Servas de Maria Reparadoras. Apesar de ocorrer semelhanças no processo histórico cultural de todo território, segundo Ginelli (2008) o território do Alto Acre abrangia a região correspondente aos atuais municípios de Rio Branco, Senador Guiomar, Xapuri, Brasiléia, Plácido de Castro e Assis Brasil. A sede do departamento foi o seringal “empresa”, fundado por Neutel Maia, 1882, posteriormente denominada vila Rio Branco.

O departamento do Alto Purus teve como seu desbravador Manoel Urbano da Encarnação, juntamente com outros nordestinos. Eles chegaram até o Alto Purus em território peruano, próximo a foz do rio Chambuiaco. A sede do Alto Purus foi fundada pelo general Siqueira de Menezes, em cumprimento de sua missão, chegando ao rio Iaco a 25 de setembro de 1904. E foi nomeada com o nome de Sena Madureira em homenagem ao Coronel do Exército Brasileiro que prestava serviços à Pátria.

Importante ressaltar que em 1920, o Acre passará a ser considerado território federal do Brasil. Essa mudança política administrativa será realizada como estratégia do governo central para resolver conflitos gerados pelo movimento autonomista e as reivindicações do governo do Amazonas de que as terras da região acreana pertenciam a sua jurisdição.

No contexto da formação territorial e política tem-se que se destacar o que ficou conhecido como movimento autonomista. Foi um movimento político e social que ocorreu no final do século XIX e início do século XX na região do Acre. O movimento foi liderado por seringalistas, seringueiros e, também, alguns militares, como Plácido de Castro, gaúcho, que se consagrou como o grande líder da revolução acreana. O movimento autonomista fará importantes intervenções na história acreana até o ano de 1962, quando finalmente o Território do Acre é elevado à categoria de Estado da Federação.

O movimento autonomista aparecerá em vários momentos na história do Acre. Desde a anexação ao território nacional, em 1903, até sua emancipação a Estado em 1962. Segundo Loureiro, as elites seringalistas compartilhavam diferentes métodos de como atingir a autonomia política do Acre, o que levou a conflitos internos na região. As repetidas e distintas reivindicações das elites seringalistas junto ao governo federal por autonomia estadual culminaram em várias rebeliões, sendo as revoltas autonomistas do Alto Juruá, em 1910, e do Alto Purus, em 1912, as de maiores proporções (LOUREIRO, 2004). O movimento atingirá seu ápice com liderança de José Guiomard, que resultará na assinatura da Lei Nº 4.070 que eleva o Acre a Estado em 1962.

#### **1.4. Segundo ciclo da borracha no Acre**

O segundo ciclo da borracha no Acre foi um período de renascimento da atividade extrativista, que ocorreu entre as décadas de 1940 e 1980. Após um período de declínio da economia do Estado, a borracha voltou a ser uma atividade importante para a região, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.

Esse período de ressurgimento da borracha no Acre se deveu principalmente à Segunda Guerra Mundial, que interrompeu o comércio da borracha com a Ásia, tornando o Brasil o principal fornecedor do produto para os Aliados. Como resultado, o governo brasileiro investiu na produção de borracha na Amazônia, especialmente no Acre, incentivando a expansão dos seringais e a construção de infraestrutura para o transporte do produto.

Além disso, as políticas de incentivo à reforma agrária e à colonização do Acre também ajudaram a impulsionar o segundo ciclo da borracha, atraindo novos trabalhadores e investidores para a região. Durante esse período, a produção de borracha chegou a atingir seu auge, gerando uma grande quantidade de empregos e fortalecendo a economia do Estado. No entanto, a partir da década de 1980, a concorrência internacional e a queda dos preços da borracha voltaram a afetar a economia do Acre, provocando um novo declínio da atividade extrativista. Ainda hoje, na segunda década dos anos 2000, a produção de borracha no Acre continua a ser uma atividade importante para a economia regional, embora em menor escala do que no passado.

Para entender esse processo, deve-se voltar na história, ao final do século XIX e início do século XX. A assinatura dos Acordos de Washington desencadeou uma propaganda maciça em torno da migração para a Amazônia e da produção da borracha. Os migrantes que se engajaram na campanha ficaram conhecidos como “soldados da borracha” e ganharam *status*

de combatentes de guerra. De acordo com Tocantins (2001, p. 36), a borracha foi tão importante para o Acre ao ponto de se afirmar que “sem borracha o Acre não seria brasileiro, a menos que surgisse um outro produto rei capaz de emprestar à terra a mesma fascinação econômica”.

Ao adentrar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, o governo brasileiro e norte-americano estabelecia entre si uma série de acordos – conhecidos como os Acordos de Washington – a partir dos quais havia o compromisso de cumprir com os requisitos estabelecidos um com o outro. Nesse caso, o governo norte-americano se comprometia em financiar a siderúrgica de Volta Redonda e a suprir o Exército brasileiro de armas, enquanto o Brasil se comprometia a ceder determinados pontos estratégicos do território nacional para a instalação de bases militares norte-americanas, além de fornecer a matéria-prima necessária para a produção da borracha, item indispensável para a indústria bélica naquele contexto [...]. (CUNHA, 2020, p.8).

A partir da década de 1910, com a instalação de uma profunda crise na economia da borracha e diversificação produtiva ocorrida nos seringais, os povos indígenas foram gradualmente incorporados à empresa seringalista. Atrelados a essas redes de aviamento engendradas pelos patrões nos barracões, as famílias indígenas desenvolviam suas atividades de subsistência, geralmente agrícolas, passando a produzir a borracha, e pagando pelo arrendamento das colocações<sup>3</sup> e consequentemente pelas estradas de seringa<sup>4</sup>.

[...] a década de 1910 foi marcada pela produção da borracha no Oriente, sobretudo, a borracha inglesa produzida na Malásia, onde timidamente produziu 3 toneladas em 1900, contra mais de 26 mil toneladas produzida na Amazônia brasileira, passou a produzir em 1913, 47 mil toneladas contra 38 mil toneladas de borracha brasileira, sendo esse o ano que marca a quebra do monopólio brasileiro na exportação da borracha em detrimento da produção internacional. Todavia, as três décadas de produção da borracha antes do fim do monopólio foram marcadas por verdadeira epopeia que vai desde a chegada dos primeiros desbravadores, até a formação dos seringais, migração nordestina, responsável pela mão de obra nos seringais amazônicos/acreanos, sistema de aviamento, que institui a relação patrão/empregado ou seringalista/seringueiro e os acontecimentos responsáveis pelo aumento da produção asiática da borracha, culminando no declínio da produção brasileira. (PONTES, 2014, p. 2).

Depois da falência dos seringais brasileiros por motivo do desenvolvimento da eclosão da produção dos seringais da Malásia, ocorre que a guerra trouxe o investimento americano de

---

<sup>3</sup> Colocação é a área do seringal onde mora o seringueiro. É onde estão suas estradas de seringas. É por onde passa os varadouros que interligam o seringal. (SOUZA, 2005, p.82)

<sup>4</sup> As Estradas de Seringa estavam situadas nas colocações, sendo a área onde se localizam as seringueiras para a extração do látex. Cada colocação possui, em média, 3 ou 6 estradas. Cada estrada possui em média, de 150 a 200 árvores de seringueiras. (SOUZA, 2005, p.82)

volta à Amazônia. Observa-se, a partir das reflexões de Cunha, que o segundo ciclo da borracha tem sua intensificação por causa da II Grande Guerra.

A produção da borracha estava localizada em territórios dominados pelas nações que formavam a aliança das potências do eixo, as quais enfrentavam os países das nações aliadas. Isso comprometia o fornecimento da matéria-prima (borracha) aos Estados Unidos, que naquele momento seria o maior fornecedor de bens de consumo básico para as nações aliadas. Neste sentido, novamente o olhar se volta para a Amazônia, pois, já havia experimentado a produção da borracha, antes. O primeiro ciclo da borracha teve seu período denominado como “A idade de Ouro” entre os anos de 1880 a 1914. Foi o momento das cotações mais altas no mercado internacional da borracha. (FECURY DA SILVA, 1977).

A razão pela qual os Estados Unidos necessitavam da matéria-prima da borracha oriunda do Brasil foi a ocupação de áreas produtoras de borracha pelas forças do Eixo, áreas essas que pertenciam aos países reunidos no grupo dos Aliados. Dessa forma, a produção da borracha se encontrava seriamente comprometida, fazendo com que os Estados Unidos buscassem em caráter de urgência áreas produtoras de látex que pudessem negociar o produto com o governo norte-americano. Nesse ínterim, a região amazônica mostrou-se como uma alternativa, tendo em vista já ter vivenciado o período áureo da borracha no início do século XX, atestando sua capacidade de produção da matéria-prima mais cobiçada naquele momento. (CUNHA, 2020, p.9).

De acordo com Costa (2015) a promessa de lucros exorbitantes oriundos da extração do látex, que segundo a propaganda era um líquido precioso a jorrar abundantemente da seringueira, não condizia com a realidade dos seringais. Ao ser inserido nesse mundo do trabalho do espaço amazônico, o soldado da borracha se encontraria imerso numa prática presente desde os períodos anteriores à batalha da borracha, onde o seringueiro acabava por ser capturado pelas dívidas contraídas com o patrão no barracão do mesmo, ao adquirir os gêneros de que necessitava no seu dia a dia.

[...] o látex só poderia ser vendido ao patrão do seringueiro, ou seja, o responsável pelo seringal em que trabalhava, não podendo comercializar essa matéria-prima com nenhum outro seringalista ou comerciante. Inclusive, havia uma forte crítica quanto a atuação dos regatões: pessoas que transportavam mercadorias diversas em embarcações e saíam pelos rios vendendo suas mercadorias às populações próximas. Essa atividade era combatida pelos seringalistas, pois, segundo eles, esse comércio de regatão prejudicava a atividade econômica local, uma vez que fazia com que o seringueiro deixasse de vender sua matéria-prima (o látex) ao seringalista, para vender ao regatão, ou usá-la como moeda de troca para obter outros produtos. Isso também fazia com que esses trabalhadores deixassem de comprar mercadorias no barracão do seringal ao adquiri-las desses regatões, o que, na visão do patrão, acarretava prejuízo para o seu comércio. (CUNHA, 1999, p.12).

Em troca de uma série de matérias-primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil material bélico, financiamento para programas de saneamentos (Vale do Rio Doce e Amazônia) e abastecimento alimentar, dentre outros. É importante compreender que a Amazônia era apreendida por um imaginário constituído de elementos contraditórios, onde sobressaía a imagem de uma floresta verde e pujante, misto de Éden e Inferno Verde. De acordo Martinello (2018), confirmados em março de 1942, os Acordos de Washington previam ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Diante desse quadro, milhares de trabalhadores nordestinos foram induzidos a ingressarem no Exército da Borracha em meio às promessas de enriquecimento e de fartura divulgadas pela propaganda do Estado brasileiro, que agora apresentava a região amazônica como o “Eldorado”, o “Vale da Promissão”, onde esses trabalhadores não só contribuiriam para a vitória dos Aliados na guerra, mas também desfrutariam de uma vida próspera e abundante, ao contrário do que se apresentava para eles no Nordeste brasileiro. No entanto, o que não foi apresentado a esses trabalhadores foi a situação de descaso e de exploração a que muitos estariam sujeitos em solo amazônico, situação essa fruto de um esquema de exploração econômica já enraizado e que não raro subtraía qualquer chance de prosperidade aos seringueiros, além da falta de fiscalização por parte das autoridades envolvidas na batalha da borracha para garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores estabelecidos no contrato de trabalho, que naquele espaço e contexto, nada mais significava do que um simples papel, sem valor e sem reconhecimento.(CUNHA, 2020, p.13).

Esta inserção nos seringais, marcada por dívidas impagáveis, roubo nos preços e no peso da borracha e das mercadorias, constantes ameaças de expulsão das colocações e pesado preconceito associado à categoria genérica de "caboclo", perdurou até fins da década de 1970, configurando uma situação histórica hoje categorizada pelos acreanos como "o tempo do cativo".

Segundo Samuel Benchimol (1999, p.137), apesar da realidade hostil, e as severas doenças tropicais, as correntes migratórias impulsionadas pelo sonho de uma vida melhor, não se reduziram, “desde o início do ciclo da borracha até 1960, aproximadamente 500.000 nordestinos vieram fazer a Amazônia, representando assim o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira, superado somente pela migração pau-de-arara para São Paulo”.

De acordo com Martinello (2018), pode-se dizer que a formação do Acre está intimamente ligada aos ciclos da borracha. No primeiro período (1890-1912) têm-se uma janela de prosperidade que desperta interesses econômicos a partir do volume de produção e da valorização dos produtos da borracha no mercado internacional. No segundo período (1912-

1942), apesar da crise, têm-se uma retomada do produto por algumas indústrias, o que alavanca mais uma vez a borracha e a economia da Região do Acre. Um terceiro momento se dá entre os anos de 1942 a 1951, caracterizado por um forte aumento da produção em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

O Acre teve as bases de sua formação política e social gestada nos seringais, pois, segundo Moraes (2016, p.40) “a vida neles e a questão da defesa e da posse desses territórios nos altos rios, fornecem os ícones identitários da formação do acreano e do Acre”. Isso ocorre por meio do discurso oficial que tenta forjar uma sociedade florestal que adviria da vivência dos povos da floresta nas matas de seringa. Enquanto discurso identitário, é construída uma ideia de convivência harmoniosa na floresta entre índios e seringueiros, entre os povos da floresta, os verdadeiros acreanos, ao longo de mais de cem anos de Acre. E foi essa convivência harmoniosa na floresta que respaldou as reivindicações territoriais destes a partir da década de 1870.

### **1.5. A cultura dos seringais**

O modo de vida nos seringais do Acre no final do século XIX e início do século XX, era bastante singular e difícil. Essas localidades constituíam-se em extensas áreas de florestas, em geral, eram geograficamente isoladas, muito distantes dos centros habitados. Eram regiões densas, de difícil acesso, onde se poderia encontrar facilmente animais selvagens, povos indígenas isolados, e que eram, em grande parte, desconhecidas. Nessas áreas de densidade da floresta amazônica, eram encontradas as seringueiras, *hevea brasiliensis*, árvores exploradas pelos seringueiros para a produção de látex.

A cultura nordestina estava presente no cotidiano do seringueiro, nos hábitos, nas festas, crenças e no trabalho. A própria linguagem que se estabelece revela o parentesco com o nordeste brasileiro. Por exemplo, as expressões “compadre”, “cabra macho”, “valei-me meu São Francisco”, muito usadas pelos seringueiros acreanos, remontam o modo de vida sertanejo. As principais festas guardavam íntima semelhança, pois, geralmente eram chamadas de “Festejos dos Santos”, a Festa de São João, de Santo Antônio, Santa Luzia, entre outras. A religião veio com o nordestino, o cristianismo católico era vivenciado nas práticas da piedade popular: a oração do terço, as celebrações das novenas e as devoções. A musicalidade nordestina sempre esteve presente inclusive nos dias atuais, por meio dos ritmos musicais como: forró, baião e o xaxado. A cultura do trabalho intenso era uma prática do seringueiro.

Tocantins (1979), verifica os fortes traços da presença da cultura nordestina no Acre, e que se manifestavam por meio de representações populares, assim como, os hábitos nordestinos manifestos nos comportamentos, costumes, nas realizações materiais e espirituais, que marcavam as características típicas do Nordeste nos acreanos.

Os seringais eram as unidades produtoras da borracha dentro da organização do sistema de aviamento<sup>5</sup>. “Calcula-se que um seringal possuía em médio, de duzentas ‘estradas’ de seringas: tem cerca de 15 léguas quadradas; e este latifúndio, que se povoaria à larga com 3.000 habitantes ativos, comporta apenas a população invisível de 100 trabalhadores, exageradamente dispersos”. (CUNHA, 1999, p. 37). O seringal, nesta visão, seria uma enorme prisão em vastidão territorial.

Sua sede era denominada de Barracão, onde habitava o seringalista ou o gerente, o dono da seringa recebia o título, semelhante ao nordeste, de “coronel de barranco<sup>6</sup>”. O “Barracão, localizado nas margens dos rios, é a sede do seringal, onde mora o seringalista com seus empregados auxiliares como gerente e o guarda-livros. O barracão representava o poder seringalista e o local onde o seringueiro era enganado” (SOUZA, 1992, p.50). Os seringais eram constituídos por várias colocações. As colocações eram as residências dos seringueiros, geralmente possuíam de três a quatro estradas de seringas, por sua vez, as estradas continham as seringueiras.

Pelas leis que regulamentavam o sistema de aviamento, o seringueiro deveria vender sua produção no valor de 60%, valor de mercado. Porém, essa realidade não acontecia na prática. Recebiam as mercadorias que eram cobradas nos valores atuais e vendiam os produtos cotados no início do fabrico, ou seja, vendia sua produção com preço defasado. Uma pesquisa realizada por um grupo de estudo descobriu que:

[...] a equipe de estudos descobriu que o seringueiro típico recebia três cruzeiros – ou quinze centavos de dólar – por quilo, enquanto seu patrão, ou quem o representasse, recebia 1,25 cruzeiro – 6,25 centavos de dólar. Mas os preços das mercadorias no

---

<sup>5</sup>A Palavra “aviamento” vem de “aviar”, que significa fornecer mercadoria a alguém. Na produção de borracha, as casas aviadoras eram as grandes casas de comércio que financiavam os seringalistas na formação de seringais no Acre e em outras regiões da Amazônia. Os seringalistas, com o dinheiro conseguido dos aviadores (donos das casas aviadoras), conseguiram trabalhadores nordestinos na cidade de Fortaleza, Ceará, trazendo-os do Maranhão até Belém e Manaus, de onde seriam levados em navios chamados “gaiolas” para os seringais acreanos. Nas cidades de Belém e Manaus, os seringalistas eram abastecidos por seus aviadores, com mantimentos e instrumentos necessários para a extração da borracha. (SOUZA, 1992, p. 49).

<sup>6</sup> Título dado aos seringalistas que expressavam poder e riqueza. Essa expressão pode ser considerada herdada do nordeste brasileiro se, remontando ao tempo dos coronéis. É um título político e, não uma patente do exército.

barracão do seringalista eram fixados de maneira a deixar o seringueiro de bolsos vazios no fim da estação. (DEAN, 1989, p. 139)

A rotina de trabalho do seringueiro iniciava nas primeiras horas do dia, muito antes do nascer do sol. A primeira refeição correspondia a um café preto, quando tinha disponibilidade do produto. Além disso, fazia parte da rotina alimentar-se da farofa de carne de caça seca ou peixe frito em fogão à lenha. Feita a primeira refeição, o seringueiro se equipava do material necessário para o desenvolvimento da atividade na floresta, que correspondia a uma poronga, faca de cortar seringa, um balde, um terçado (facão) inseparável, o rifle ou espingarda.

**Figura 4 – Seringueiro em atividade e alguns instrumentos que utiliza.**



Fonte: Hélio Melo. Sem título, 1983. Coleção do Governo do Estado do Acre, Rio Branco - AC. Coleção do Governo do Estado do Acre, Rio Branco - AC. Disponível no acervo do Teatro Hélio Melo – Rio Branco - Acre.

A vida nos seringais era marcada por um trabalho extenuante e muitas vezes perigoso, já que os seringueiros precisavam se deslocar pelas florestas para coletar o látex. Eles trabalhavam em condições muito precárias, muitas vezes dormindo em barracas improvisadas e enfrentando doenças tropicais como malária e febre amarela. Desse modo, cita-se as palavras de Euclides da Cunha. “Repitamos: o sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se”. (CUNHA, 1999, P. 36)

Ir ao Acre mesmo depois de ser unidade brasileira, era aventurar-se. Os que desejavam, no comércio, nas profissões liberais ou na administração pública, iniciar

carreira, valia a pena tentar. Mas, na primeira oportunidade, retornavam ao seu lugar de origem (TOCANTINS, 1979, p. 72-73).

Os seringais eram as unidades administrativas no processo de produção das borrachas e também foram os palcos das lutas pela anexação do Acre ao Brasil, sendo governados pelos seringalistas, denominados também “coronéis de barranco”. Além dos seringueiros, os seringais tinham outros trabalhadores. Cita-se aqui, algumas funções exercidas no barracão:

**Gerente:** substituía o seringalista em suas ausências. No dia-a-dia, inspecionava todas as atividades do seringal [...]; **Guarda-livros:** responsável por anotar as mercadorias que entravam e saíam do barracão do seringal [...]; **Caxeiro:** coordenava os depósitos de borracha e de pele de animais silvestres, trazidos pelos seringueiros [...]; **Comboieiros:** esses trabalhadores levavam as mercadorias dos seringueiros em burros do barracão a colocação de seringa [...]; **Mateiros:** eram responsáveis pela identificação de áreas de florestas que continham árvores de seringueiras, quando da abertura de seringal ou de uma colocação de seringa; **Toqueiros:** eram os responsáveis pelas aberturas das Estradas de Seringa; **Caçadores:** responsáveis pelo abastecimento do seringalista com carne de caça; **Fiscais:** era o responsável para verificar se os seringueiros estavam respeitando ou não os tipos de cortes permitidos nas seringueiras. (SOUZA, 2005, p. 82).

Além disso, a exploração da borracha era controlada por empresas estrangeiras que dominavam o mercado nacional e internacional. O lucro era distribuído da seguinte forma: as multinacionais sempre ficavam com a maior parte, seguidas pelos empresários e seringalistas, e na base estavam os seringueiros, estes recebiam salários, geralmente muito baixos, apenas para a subsistência. As condições de trabalho eram degradantes e a qualidade de vida praticamente inexistente; não tinham nenhuma assistência estatal e, muitos menos de políticas públicas.

O isolamento era uma característica marcante do modo de vida nos seringais do Acre. Euclides da Cunha em “À margem da história”, se remete a Dostoiévski e ao mito grego de Sísifo. O primeiro descreve as condições dos trabalhadores russos na Sibéria, lugar para pagar penas por meio de trabalho forçado, já o segundo consistia em penalidade imposta pelos deuses, na qual o apenado deveria repetir a mesma tarefa todos os dias. Euclides via de modo semelhante, a labuta do seringueiro, que no surgir da aurora percorria as estradas de seringas, realizando a mesma atividade todos os dias, sendo que o resultado do seu trabalho não se convertia em benefício próprio, pois era utilizado na totalidade para pagamentos de dívidas intermináveis.

A exploração da seringa, neste ponto é pior que a do caucho, impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoiévski sombrearia as suas páginas mais

lúgubres com esta tortura: a do homem constrangido a calcar durante a vida inteira a mesma “estrada”, de que ele é o único transeunte, trilha obscurecida, estreitíssima e circulante, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos – se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebataram àquele lance, à ventura, em busca de fortuna.” (CUNHA, 1999, p.36)

Apesar das dificuldades, a vida nos seringais também era marcada por uma forte cultura de solidariedade e cooperação entre os trabalhadores. Eles criavam comunidades próximas aos locais de trabalho e compartilhavam recursos e experiências para enfrentar as dificuldades do dia a dia. Importante salientar que em sua maioria absoluta, os seringueiros eram homens solteiros.

Contudo, a cultura nos seringais do Acre durante o primeiro ciclo da borracha foi marcada pela diversidade e riqueza das tradições dos trabalhadores e migrantes que se estabeleceram na região. Essa miscigenação de culturas, que incluía indígenas, nordestinos, e imigrantes europeus, gerou uma rica mistura de costumes, hábitos, idiomas e crenças.

A vida nos seringais era difícil e exigia muito trabalho dos seringueiros, que precisavam coletar o látex das seringueiras diariamente, muitas vezes enfrentando longas distâncias e condições adversas na floresta. No entanto, nos momentos de folga, os trabalhadores se dedicavam a diversas atividades culturais, como a música, a dança, a culinária e a produção artesanal.

A música e a dança eram muito valorizadas pelos seringueiros, que utilizavam essas formas de expressão para se divertir e se distrair do trabalho árduo. A culinária nos seringais do Acre era marcada pela simplicidade e pela utilização de ingredientes locais, como o peixe, a farinha, o arroz e a mandioca. As refeições eram compartilhadas em grandes grupos, com os trabalhadores se reunindo ao redor de uma mesa para compartilhar histórias, risadas e comida.

Além disso, a produção artesanal também era uma atividade importante nos seringais, com os trabalhadores utilizando os materiais disponíveis na floresta para criar objetos como cestas, esteiras, redes e utensílios domésticos.

A cultura nos seringais do Acre durante o ciclo da borracha refletiu a diversidade e a criatividade dos trabalhadores e migrantes que viveram na região. Essa rica mistura de tradições contribuiu para a formação de uma cultura única e marcante, que é valorizada até os dias de hoje.

Hoje em dia, o modo de vida nos seringais do Acre mudou significativamente, com a modernização da produção de borracha e a expansão de outros setores econômicos na região. No entanto, a história dos seringueiros e trabalhadores da borracha ainda é uma parte importante da identidade e cultura do Acre.

### **1.6. A cultura e a política no período de formação do Acre**

Este item tem como objetivo verificar como se deu a formação cultural e sócio-política do Acre. Inicialmente remete-se ao fato de que o território acreano era de propriedade da Bolívia, povoado, no primeiro momento, em sua totalidade pelos povos indígenas. Posteriormente, a ocupação do território acreano se deu a partir da exploração da borracha. A revolução industrial que se expandia pelo mundo, principalmente no setor automobilístico, impulsionou a migração de tantos brasileiros, em maior parte nordestinos, que fugiam de uma grande seca que assolava a região do Nordeste, e viam no extrativismo do látex a possibilidade de uma vida melhor.

A cultura acreana foi moldada a partir dos costumes do povo nordestino. A organização social, a moral, as festas, a religião, os valores, as crenças, os trabalhos, de forma geral, são praticados com forte influência da cultura que veio com migrantes do Nordeste. A migração para o Acre foi financiada por empresas que tinham o interesse econômico na região. Essa população, em grande parte, era desprovida de recursos, bem como de instrução escolar. O sertanejo vindo para o Acre, deixava as vestes de um camponês agrícola para assumir um posto de trabalho extrativista, que era denominado “o seringueiro”. Do ponto de vista da cultura laboral, passa-se de uma relação direta com a terra para a exploração do trabalho de coleta do látex na floresta. Essa nova relação é caracterizada pela dominação do seringalista sobre o seringueiro, do Coronel de Barranco sobre o empregado, do dono do capital sobre o trabalhador. É o que ficou conhecido como o “sistema de aviamento”. Essa cultura de exploração, somada à ausência da instrução é uma forte característica da formação sociopolítica do Acre.

A partir disso, pode-se perceber que a formação do Acre tem nas suas raízes sinais profundos da divisão social de classes. A exploração dos menos favorecidos evidencia uma sociedade marcada pelas contradições, polarizada, dividida em classe dominante e classe dominada. No Acre, as relações econômicas chegaram antes das relações políticas. Verifica-se que as primeiras organizações sociais se davam dentro dos seringais, nos barracões, sendo gerenciadas pelos seringalistas, Coronel de Barranco. Eram estes que definiam a moral, as

normas, e as leis do seringal. Foram os primeiros “governadores” da região, e suas influências se perpetuaram até mesmo com a anexação ao território nacional.

A formação política do Acre foi marcada pela atuação de personagens que nutriam o ideal de independência, o que resultou em diversos conflitos que culminaram na anexação da região ao Brasil em 1903. A integração do Acre, que ocorre no período da República, sofreu a influência da mentalidade militar, que se instalou no governo central. As administrações têm como características: o autoritarismo, patriarcalismo, nacionalismo, assistencialismo, fundamentados na visão positivista, que se instrumentalizava no discurso da “ordem e progresso”. Pode-se dizer que a formação cultural e sociopolítica do Acre foi prejudicada pelos interesses de particulares, a ausência de políticas de desenvolvimento adequada e a falta de um sentido de identidade.

A maçonaria exerceu influência significativa na formação do Estado do Acre, especialmente durante o período da Revolução Acreana, que culminou com a anexação da região acreana ao território brasileiro, a unificação do Território Federal do Acre em 1920, e a emancipação do Território a Estado da Federação, em 1962. É importante nesta tese relatarmos, ainda que brevemente, como se deu a participação dessa Instituição nesse processo político e administrativo.

A Maçonaria chegou ao Acre na década de 1890, trazida por imigrantes europeus e migrantes brasileiros que se estabeleceram na região para trabalhar na exploração da borracha. A instituição rapidamente ganhou força e se tornou um importante espaço de sociabilidade e organização política para os trabalhadores e empresários da região.

A loja Bandeirantes do Acre, fundada no início do século XX, relembra o pioneirismo dos que desbravaram com dinamismo e espírito revolucionário, os rios e terras que compõem o Estado. Eram homens comprometidos com seu tempo e sua pátria, por isso se revoltaram e participaram ativamente da Revolução Acreana, não contra a Bolívia, mas contra o esbulho que seria promovido pelo Bolivian Syndicate sobre as riquezas naturais que continha a região acreana.

Destaca-se a figura do coronel José Cardoso Ramalho Júnior, venerável mestre por várias vezes reeleito para dirigir a Loja Esperança e Porvir, em Manaus. Governador do Amazonas de 1898 a 1900. Quando o Brasil parecia disposto a entregar o Acre à Bolívia, discordou, enviando dinheiro e apoio para que a luta continuasse desembocando na grande Revolução Vitoriosa de Plácido de Castro.

Graças ao espírito desprendido de José Ramalho, o Amazonas perdeu parte de suas terras para ajudar a formar o Acre. Em 1902, Ramalho Júnior juntou-se à Revolução Acreana,

liderada por Plácido de Castro, e participou da tomada da cidade de Rio Branco, que culminou na declaração de independência do Acre em relação ao Amazonas. Após isso, a criação do Território Federal do Acre, em 1904.

Outro exemplo foi o grão-mestre Antônio Pinto do Areal Souto, foi prefeito do Departamento do Alto Purus, intendente de Sena Madureira, secretário geral do Departamento e segundo governador do Território do Acre. Defendia a libertação do homem pela instrução, e é um dos fundadores da Academia Acreana de Letras.

Durante a Revolução Acreana, que teve início em 1902, a Maçonaria desempenhou um papel fundamental na organização dos rebeldes e na articulação de alianças políticas e militares. Muitos dos líderes da revolta eram membros da Maçonaria, incluindo Plácido de Castro, José Guimard dos Santos e José de Melo, que utilizaram a rede de contatos da instituição para difundir suas ideias e mobilizar apoiadores.

Além disso, a Maçonaria também foi responsável por influenciar a construção de uma nova ordem política e social no Acre, baseada nos valores da liberdade, igualdade e fraternidade. Os maçons defenderam a criação de um território autônomo para o Acre, livre da influência do Estado do Amazonas, e promoveram a inclusão social e política dos trabalhadores e migrantes da região.

Após a criação do Território Federal do Acre em 1904, a Maçonaria continuou a exercer uma forte influência na política e na cultura da região. A instituição foi responsável pela fundação de diversas associações e instituições culturais e educacionais, incluindo a primeira escola pública do Acre, o Instituto Dom Pedro II.

A Maçonaria mantém uma presença significativa no Acre, atuando como uma importante instituição de sociabilidade e organização política para a população local. O primeiro venerável mestre da Maçonaria no Acre, Francisco d'Oliveira Conde era autodidata, mergulhou fundo em seus estudos e chegou à função de adjunto de Promotor Público do Departamento do Alto Acre. Nomeado pelo presidente da República, Hermes da Fonseca como tenente coronel comandante do 5º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, foi um dos fundadores do Colégio Acreano, além de outros cargos, chegando a ser vice-governador do Acre. Foi um maçom que deu uma contribuição significativa para o sistema educacional, político e cultural do Acre.

Na década de 1920, as lojas Acre e União Acreana fundiram-se no dia 7 de agosto de 1924 na loja Bandeirantes do Acre nº 1. Dentre seus veneráveis pode-se destacar o empresário Alberto Zaire, o ex-governador e ex-senador Jorge Kalume e Almir Santana Ribeiro, que chegou ao grão-mestrado, cargo máximo da Maçonaria.

Além disso, a maçonaria teve um papel importante na construção de instituições e na organização política do Acre no período pós-independência. Muitos dos primeiros governadores e líderes políticos do Acre eram maçons, e a maçonaria influenciou a formação de partidos políticos e outras instituições que ajudaram a consolidar a autonomia e o desenvolvimento do Estado.

É importante ressaltar que, durante o período da exploração da borracha, principalmente no início do século XX, a maçonaria era uma das poucas instituições organizadas na região, e seus membros se engajaram em diversas causas sociais e políticas. Muitos dos líderes do movimento autonomista eram maçons, e a maçonaria foi uma das principais instituições que apoiaram a luta pela autonomia política e administrativa. Além disso, a maçonaria também teve um papel importante na construção da identidade política e cultural do Acre durante o período da exploração da borracha. Muitas das instituições e organizações que surgiram na região, como partidos políticos e sindicatos, tinham forte presença ativa da maçonaria.

Além de Plácido de Castro, outros líderes do movimento autonomista eram maçons, incluindo Joaquim Macedo, que foi um líder político e militar importante no movimento autonomista. Foi um dos principais estrategistas militares do movimento e participou ativamente das batalhas que levaram à independência do Acre. Antônio Ferreira Lima Júnior e Antônio Cândido da Costa, que também foram líderes políticos de muita importância para o processo de formação do Estado do Acre.

A maçonaria influenciará também na fundação da Prelazia do Alto Purus e Alto Acre, pois, muitas autoridades locais, como já citados, eram membros da maçonaria. Porém, as relações entre a Igreja Católica e a maçonaria nesta região terão muitos conflitos. A congregação das Servas de Maria Reparadoras, sendo uma instituição católica, vivenciará esses conflitos na área da educação.

Por fim, a maçonaria teve um papel importante na construção da identidade política e cultural do Acre durante o período da exploração da borracha, e muitas das instituições e organizações que surgiram na região, como partidos políticos e sindicatos, tinham forte presença da maçonaria. Embora nem todos os líderes do movimento autonomista do Acre fossem maçons, a instituição teve uma presença significativa na luta pela autonomia política e administrativa do Acre.

A categoria movimento nos proporciona a compreensão de que a formação do Estado do Acre está relacionada com as transformações que ocorriam no mundo e no país, resultantes de novas perspectivas sociais e políticas. A região acreana se forma a partir dos cenários que se estabelecem em cada período da história.

## **CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA FORMAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ACRE - DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL ATÉ A ELEVÇÃO A ESTADO.**

Neste capítulo aborda-se o período da unificação Territorial que vai do ano 1920 a 1962. Nessa época o contexto nacional se configurava pela continuação das mudanças advindas com a nova forma de governo: a República. Percorre-se um caminho temporal para evidenciar a evolução histórica do sistema de educação formal, descrevendo as etapas da organização política administrativa, iniciando a partir da ocupação, no período departamental, até a unificação do Território do Acre. Uma das principais preocupações do governo Federal dessa época era a busca de desenvolvimento para o país, e um dos problemas mais graves a ser enfrentado era o analfabetismo. Nesse contexto, no que se refere à educação, estava se fortalecendo no cenário brasileiro, os princípios do movimento da Pedagogia da Escola Nova. Esse movimento trouxe concepções que influenciaram diretamente o pensamento e gestão educacional.

É importante observar que ainda antes da anexação do Acre ao Brasil, apesar de muito incipiente, já se tinha certa iniciativa no sentido de alfabetizar a população residente. O processo de ensino e aprendizagem se dava nas famílias e nos barracões. O método de ensino era a cartilha do ABC, baseado em práticas tradicionais da época. O Acre era uma região que apresentava um alto índice de analfabetismo. A ausência de escolas era um elemento constituinte do sistema que mantinha o seringueiro explorado. Não havia uma educação formal. Somente a partir de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Acre é anexado ao território nacional brasileiro. Com o novo cenário político e administrativo surge a busca para garantir o direito à instrução pública aos acreanos.

O processo de ensino e aprendizagem era orientado pelos princípios modernos da educação, em vigor em toda nação. A preocupação por parte do governo federal com a educação do povo acreano era, praticamente, de oferecer um conhecimento básico civilizatório, que oportunizasse uma qualificação para o exercício de atividades necessárias ao comércio e aos serviços públicos básicos. Assim, neste momento, esta investigação se dedica a explicitar como se deu a trajetória da educação acreana com o foco na formação do seu órgão gestor central, até 1962.

## 2.1. A educação no período pré-revolução acreana e departamental (1889-1920)

O migrante nordestino saía de um sertão com graves conflitos sociais: fome, miséria e analfabetismo, e chegava a um território de desafios gigantescos. As doenças tropicais, a ausência de assistência dos serviços públicos, e a exploração nas mãos dos grandes seringalistas intitulados “coronéis de barranco”, configuravam a realidade trágica a qual esse povo era submetido. O processo de constituição do sistema educacional formal do Acre se inicia, ainda, enquanto essas terras pertenciam à Bolívia. Apesar disso, a região já era povoada por migrantes do nordeste brasileiro. Nesse período, a educação acontecia dentro do ambiente doméstico de maneira informal, a partir dos conhecimentos trazidos pelos migrantes que se instalaram nessas terras. A sala de aula era a própria residência do seringueiro, onde os de mais idade, que possuíam certo conhecimento, os transmitiam aos mais novos. Geralmente nos seringais mais distantes dos centros habitados, não havia materiais didáticos. Eram utilizados objetos e utensílios aproveitados da floresta e alguns materiais trazidos das vilas.

Não havia escolas para eles, nem havia escola para os filhos dos patrões, moradores dos seringais. Estes pagavam a alguém que ensinasse a seus filhos. Os que tinham herdado das suas terras de origem a herança das primeiras letras, depois de uma jornada de extenuante trabalho, ao claror de uma fraca vela, ensinava à sua prole. Nas entrevistas feitas pelas matas adentro ou nas periferias da cidade, encontram-se seringueiros ou filhos deles que, até a terceira geração, aprenderam a ler, escrever e fazer contas com esse sistema. (GINELLI, 2008. p.3)

**Figura 5 – Registro fotográfico de um professor e seus alunos no projeto Seringueiro, na colação Rio Branco, no Seringal Floresta.**



Fonte: Disponível em [www.aquiri.cadernodecultura/meioambiente](http://www.aquiri.cadernodecultura/meioambiente). Rio Branco, Fundação Cultural. Acesso em 23/jul/2023.

No período da colonização dessa região acreana, os primeiros registros referentes à ação de educar, se direcionavam mais pela intenção de instruir para a leitura e escrita. Era um ensino decodificador, onde se valorizava o desenvolvimento da memorização em relação às letras e números. Isto tem a ver com o fato de que o Acre estava sendo povoado em grande medida, por nordestinos que fugiam da miséria ocasionada pela seca de 1877, em sua maioria, analfabetos, que buscavam o ouro branco amazônico, a borracha. (BARBOSA SOBRINHO, 2016).

Assim, observa-se que os primeiros habitantes não tinham uma preocupação imediata com questões relacionadas à formação educacional, nem dos mais adultos (geralmente analfabetos), e nem dos mais jovens. No entanto, a atenção maior se voltava para o trabalho de extração do látex, que tinha por pano de fundo o sonho do enriquecimento e o retorno para a sua terra natal, o Nordeste.

É importante destacar que não havia uma educação formal. Apesar de sofrerem influência direta da Província do Amazonas (que fazia parte do Brasil), a qual era beneficiada pela movimentação econômica da borracha, aos migrantes que chegavam ao Acre não era disponibilizada a educação pública. A Bolívia, proprietária legítima da região à época alegava inviabilidades, e o Amazonas, maior beneficiado pelo comércio regional, levantava as questões relacionadas à soberania nacional. O fato é que as populações locais viveram décadas à “mercê da sorte”, sem contar com políticas públicas de assistência, que trouxessem condições necessárias para uma formação educacional.

Outro fato relevante, é que já se observava uma explícita divisão de classe. As famílias dos seringalistas, os donos dos seringais que moravam no seringal, enviavam seus filhos às cidades de Manaus ou Belém, com finalidade de se formarem em instituições renomadas de educação. Alguns preferiam contratar professores particulares que se deslocavam dos grandes centros urbanos e permaneciam por períodos determinados nas sedes dos seringais instruindo aqueles que residiam ali e outros que moravam nas proximidades. (GINELLI, 2008).

Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem se dava nas famílias e nos barracões. O método de ensino era a cartilha do ABC, baseado em práticas tradicionais da época. Essa configuração social explica o alto índice de analfabetismo nos seringais e sua manutenção. A ausência de escolas era um elemento constituinte do sistema que mantinha o seringueiro explorado.

“O sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1999, p. 36). A escrita denunciante, marca literária de Euclides da Cunha elenca o analfabetismo do seringueiro como

um dos elementos que sustenta a exploração, a realidade da vida nos seringais. Logo, observa-se que o analfabetismo se constitui em um dispositivo de dominação ideológica, política e social, que objetivava a submissão dos migrantes nordestinos ao trabalho semiescravo. (CUNHA, 1999, p. 36).

Em 17 de novembro de 1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Acre é anexado ao território nacional brasileiro. As novas terras são organizadas administrativamente em três departamentos independentes e autônomos politicamente, e seus prefeitos nomeados diretamente pelo presidente da República: o Departamento do Alto Acre com sede em Rio Branco, tendo como primeiro prefeito o Coronel Rafael Augusto Cunha Matos; o Departamento do Alto Purus com sede em Sena Madureira seu primeiro prefeito foi o General Siqueira de Menezes; e o Departamento do Alto Juruá com sede em Cruzeiro do Sul, tendo como seu primeiro prefeito o General Thaumaturgo de Azevedo. (SOUZA, 1992, p.84).

Com o novo cenário político e administrativo surge a busca para garantir o direito à instrução pública aos acreanos. Neste primeiro momento, a educação será voltada para o ensino primário, ou seja, dar-se aberturas das escolas primárias com a ênfase no ensinar a ler e escrever, tendo em vista a estatística alarmante de analfabetismo nas terras acreanas. A educação primária era uma das urgências dessa região. De acordo com Ginelli (2008, p. 223), “o analfabetismo se dilatava e se alastrava pelas matas adentro e caótica se apresentava a natureza da povoação do Território, dificultando a difusão da instrução”.

É importante recordar que o Estado brasileiro estava vivenciando a passagem do império para a República recém proclamada, em 1889. Desse modo, observa-se que todos os prefeitos departamentais possuíam titulações militares e o nome das cidades, como exemplo, Sena Madureira, fazem referência à memória dos componentes do exército, instituição com alto prestígio nesse momento da história nacional.

Assim, o setor público oferecia um processo de ensino e aprendizagem com uma mentalidade colonizadora/civilizadora, e essa ideologia seria transmitida aos pais pelos filhos que seriam doutrinados nas escolas. Talvez a maior correspondência entre a educação acreana e a comunidade nacional, nesse momento, fosse que a escola protagonizaria os princípios nacionalistas de civilidade, de progresso e de higienismo, o que teria como fruto um pensar pedagógico moralizante, civilizador e nacionalista.

Segundo Souza (2005), com a publicação do Decreto n. 1.181/1904, que cria o Território do Acre, se estabelece uma organização administrativa mínima, é possível então estruturar e implantar escolas no território acreano, sob a responsabilidade do poder público. O período demarcado entre 1904 e 1920 é determinado na historiografia como período do Acre

“Departamental”. Esse momento é caracterizado pela organização, “quase independente”, dos Departamentos, momento em que se verifica a publicação, especialmente no campo da educação, de resoluções, decretos, regulamentos que normatizam a instrução pública local.

Por motivos didáticos, inicia-se com a abordagem do departamento do Alto Acre. Essa região compreende hoje os atuais municípios de Rio Branco, Senador Guimard, Xapuri, Brasília, Plácido de Castro e Assis Brasil. Essa região já possuía, mesmo antes da revolução de 1902, duas grandes vilas, devido ao número de sua população. Uma dessas Vilas refere-se, justamente ao seringal “Empresa”, que teve como seu proprietário Neutel Maia, em 1882. Esta Vila se tornou Vila Rio Branco e foi constituída como sede do Departamento. E a outra Vila foi Xapuri fundada em 1894 por João Damasceno Girão, depois da pacificação com os indígenas, principalmente os índios Chachetys.

O Departamento do Alto Acre é fundado no dia 28 de agosto de 1904, no seringal “Empresa”. No mesmo ano é inaugurada pelo prefeito Coronel Rafael Augusto da Cunha Matos, a primeira escola primária departamental, que se localizava na cidade de Rio Branco, sede do Departamento. “Naquele tempo, eram os governos prefeitoriais que legislavam, criavam e extinguíam estabelecimentos de ensino, ditavam normas didáticas e programas, fixavam horários de aula, etc.” (GINELLI, 2008, p. 44).

Tem-se que ressaltar a carência de documentos e registros a respeito do processo educacional inicial no município de Rio Branco, o que prejudica, em parte, uma melhor compreensão histórica da educação no Departamento do Alto Acre. De acordo com Ginelli (2008, p. 46) “infelizmente parece não ter sido conservado o arquivo da Prefeitura Departamental do Alto Acre, razão pela qual não é possível demonstrar os esforços feitos no campo educacional por este Departamento”.

Apesar disso, essa mesma autora, ao analisar Boletins Oficiais, que se encontram disponíveis no foro Barão de Rio Branco, localizado na cidade de Rio Branco, destaca que até 1915, todas as escolas públicas de Rio Branco eram financiadas pelo Governo Departamental, sendo que somente em 1916 é que se verifica no orçamento municipal, quantia destinada à educação pública.

De acordo com Ginelli (2008), em Rio Branco, no dia 1º de maio de 1915, foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar, denominado 24 de Janeiro que, posteriormente, passou a ser identificado por “7 de Setembro”. A criação de grupos escolares no Território acreano era uma forma de integrar a região ao restante do país, que vivenciava os primeiros momentos da nova República. Havia uma movimentação nacional em prol de uma modernização social, voltada para o desenvolvimento civilizatório, na qual a educação era encarada como um dos

principais pilares. Ainda no Departamento do Alto Acre, há registros que denotam a implantação de um Grupo Escolar em Xapuri, contendo 47 alunos em 1917 e 122 em 1918, permanecendo nesse ritmo de crescimento nos anos seguintes.

Em 28 de setembro de 1915 foi criado o primeiro Grupo escolar com o nome de "6 de Agosto" pelo prefeito Augusto Monteiro (Vide documento na sede da Prefeitura de Xapuri), tendo como Diretor Anthero Bezerra. Um ofício de 2 de fevereiro de 1918 comunica ao Intendente Municipal a mudança do Grupo Escolar "6 de Agosto" para a antiga "Casa Branca."! (O barracão no qual Plácido de Castro organizara a revolução). Em seguida o Grupo passará a denominar-se "Plácido de Castro", nome que conserva atualmente. (GINELLI, 2008, p.53).

O processo de ensino e aprendizagem era orientado pelos princípios modernos da educação em vigor em toda nação. Mas, Anselmo de Sá Ribeiro em sua obra "Memorial sobre a Educação do Acre" (1936), questionava a aplicação destas diretrizes em sala de aula, no sentido de que não se operacionalizava de fato o que se propunha. Teoricamente se fundamentava uma prática de ensino com os melhores pressupostos pedagógicos da época, mas, no dia a dia da sala de aula tais princípios e práticas não eram implementados.

A preocupação por parte do governo federal com a educação do povo acreano era, praticamente, de oferecer um conhecimento básico civilizatório, que oportunizasse uma qualificação para o exercício de atividades necessárias ao comércio e aos serviços públicos básicos. Todas as iniciativas governamentais tinham esse mesmo objetivo. O motivo principal era o interesse em promover a alfabetização, tendo em vista que o analfabetismo era visto como um dos principais vetores de atraso no processo de desenvolvimento do país.

Desde 1914, encontra-se documentos referentes às despesas com a instrução pública na cidade de Xapuri, o segundo mais importante centro urbano do Departamento do Alto Acre. Essas despesas correspondem à contratação de professores, como é o caso de:

Rosa Fidança Dutra, professora Normalista, diplomada pela Escola de Belém, Estado do Pará como prova com os documentos juntos, (a qual pede que lhe sejam restituídos, mediante recibo, após preenchimento das formalidades legais, desejando apresentar-se candidata para provimento da cadeira mixta desta cidade, vem requerer a V. Exa. a sua inscrição no concurso aberto para essa diretoria. Neste termo pede Deferimento - Xapuri, 25 de março de 1914. (GINELLI, 2008, p. 47).

E juntamente tem-se a história de Pe. Benedito de Araújo Lima, cearense.

Pe. Benedito de Araújo Lima, natural do Estado do Ceará, de trinta e nove anos de idade, com os preparatórios de Português, Francês, Geographia Geral e do Brasil, História geral e do Brasil, Aritmética, Física, Geometria e Música, aprovado pelos

seminários de Fortaleza e de Pernambuco, sendo este equiparado ao Curso de Lyceus do Brasil, vem respectivamente propor-se para exercer a função de professor de uma cadeira de ensino desta cidade de Xapury. Xapury, 31 de março de 1914. (GINELLI, 2008, p. 47).

Esses documentos revelam uma organização inicial da escola pública em Xapuri, a partir do início da segunda década do século XX, quando se verifica as primeiras contratações de profissionais educadores para atuarem na escola pública na região. Xapuri, na época, era uma cidade com muita produção de borracha, uma das maiores economias do Acre, o que proporcionava a existência de escolas particulares de ensino primário, que atendiam as famílias dos donos de seringais. Essas escolas funcionavam antes e permaneceram abertas depois da anexação do território. Cita-se a escola “1º de maio”, administrada pelo Professor Anthero Soares Bezerra e a escola “Lauro Sodré”, esta última era localizada na cidade de Brasília, que havia sido desmembrada de Xapuri em 1910. (GINELLI, 2008, p. 48-49).

No plano orçamentário<sup>7</sup> da cidade de Xapuri para 1915, no capítulo III, encontra-se o item 5º, que aborda a organização do Regulamento da Instrução Pública dando ênfase à laicidade do ensino e admissão de professores por concursos, além da obrigatoriedade de vacinação, que caracterizam a influência do pensamento liberal. Essa influência pode ser associada à presença da maçonaria, que mantinha forte presença no Acre, com forte atuação na educação. Não se pode esquecer como já citado, que os maçons também protagonizaram a Proclamação da República e esses ideais iluministas, eram os valores ideológicos deste momento histórico. (GINELLI, 2008).

O Departamento do Alto Juruá teve como sede a Cidade de Cruzeiro do Sul fundada em 28 de setembro de 1904, pelo General Taumaturgo de Azevedo. Essa cidade foi palco de muitas lutas históricas: primeiro contra os invasores “caucheiros” peruanos, depois para tornar o Acre em Estado, em 1910. (SOUSA, 1992, p.87).

O primeiro prefeito do Alto Juruá, o General Taumaturgo de Azevedo preocupou-se muito com a instrução pública. Esta inferência se faz a partir do conteúdo de seus relatórios e a fundação de várias escolas. No mesmo dia da fundação da cidade, foram inauguradas duas escolas primárias. A escola “Visconde de Rio Branco”, para as crianças, com uma característica singular: foi a primeira escola mista, atendendo ambos os sexos. E a escola “Rodrigues Alves” para adultos. E três meses depois foi regulamentado o ensino primário no departamento, pelo

---

<sup>7</sup> Encontra-se no arquivo documental, Miscelânea de Xapuri, a pasta de 1914, no Museu da Borracha, em Rio Branco – Acre.

decreto nº 17, de 26 de dezembro. Nota-se a sensibilidade para com a educação por parte desse prefeito. (GINELLI, 2008).

O General Gregório Thaumaturgo de Azevedo, homem inteligente e preparado, acreditava na educação como um projeto civilizador. Por isso, investia tanto na instrução pública. Observa-se essa perspectiva no seu relatório de 1906 enfocando a sua preocupação com os poucos recursos para o ensino público.

Assoberbado pela estreiteza dos recursos financeiros da Prefeitura e desejando espalhar os benefícios da instrução por todo o território departamental, ocorri-me de um meio econômico e garantidor para alcançar este desiderato: inclui no regulamento de ensino primário do Departamento, um artigo, o de nº 68, pelo qual a Prefeitura oferece 10\$ de subsídio mensal para cada alumno de escola particular diurna e 5\$ para cada uma das escolas particulares nocturnas. No meu regresso, abroquelado por esta disposição, tratei de incentivar a fundação de várias escolas particulares nos centros mais populosos, escolhendo pessoas habitadas para as dirigir. E é com prazer que registro um excellentê êxito nestas primeiras tentativas para disseminação do ensino primário ou nacional deste departamento” (AZEVEDO, 1906, p. 37).

Dois anos depois de sua fundação, esse Departamento já contava com uma grande rede escolar. O Alto Juruá buscou algumas inovações na educação. Tentou implantar o ensino secundário, o que se concretizou mais tarde, por seu terceiro prefeito, Manuel Boeno de Andrade, criando o Lyceu “Afonso Penna”, o que depois se transformou em sede para o ensino técnico-profissional, como uma estratégia de desenvolvimento da população carente. A preocupação com a instrução pública era tão grande que o Departamento formula a Lei nº 60, de 19 de janeiro de 1917, em que a intendência do município do Alto Juruá obrigava o ensino primário em todo o município. (GINELLI, 2008).

O Alto Juruá é o último departamento a criar os grupos escolares. Uma explicação é a grande extensão do território que culminou resultando nas denominadas escolas isoladas, de difícil acesso. Outro motivo eram as lutas políticas partidárias. Sendo assim, somente em 1918, os grupos escolares serão constituídos na Região.

A grandeza da extensão territorial será o principal motivo da formação do quarto Departamento em 1912, o Departamento de Tarauacá, que no ano de 1913 abrirá suas primeiras escolas públicas, a escola “Senador Arthur Lemos” no rio Jaminuá, a escola “Justiniano de Serpa” no seringal Novo Destino, e a escola “Barão do Rio Branco” no seringal Paraíso. Todas essas escolas ofertavam o ensino primário. (GINELLI, 2008).

Finalmente, abordamos o Departamento do Alto Purus, que foi primeiramente desbravado pelo nordestino Manoel Urbano da Encarnação, que navegou no rio Purus, do Acre ao Peru. Essas expedições tinham o objetivo de conhecer e explorar a riqueza da região. Esse

Departamento foi fundado em 25 de setembro de 1904. Esta data compreende a fundação da sede departamental na cidade de Sena Madureira pelo General Siqueira de Menezes.

Apesar de ser o maior em extensão territorial, observa-se por meio dos registros históricos levantados por Ginelli (2008), que esse Departamento apresentava o menor número de escolas públicas em comparação com os demais. Esse fato se dava por conta do difícil acesso entre as residências dos seringueiros e as sedes dos seringais, caracterizado pelo povoamento esparso, com baixa densidade demográfica, o que dificultava a fundação de escolas e o acompanhamento por parte dos administradores.

Em 1911, temos o registro de duas escolas públicas, uma para meninas e outra para meninos, e mais uma classe destinada à prenda e trabalhos manuais. Também existiam escolas mistas nas periferias da cidade, estas “eram instaladas em prédios particulares, pouco espaçosos e sem as mais elementares condições de higiene”. (MACIEL, 1912, p. 94).

Uma observação importante é que o Departamento do Alto Purus buscou por meio de seus gestores, iniciativas que pudessem sanar ou minimizar a defasagem da educação pública na região. Em 1912, foi nomeado pelo Prefeito Godofredo Maciel, um inspetor escolar, o Sr. Doutor Arthur Cyrilo Freire, que recebeu a incumbência de organizar o ensino primário em Sena Madureira. Esse Departamento foi o primeiro a instalar grupos escolares, que tinham como principal finalidade reduzir o *déficit* na educação, e preparar o caminho para a implantação de uma educação escolarizada pública.

De acordo com os registros<sup>8</sup> do Sr. Souza Leão, Inspetor de Ensino do Departamento do Alto Purus, os anos de 1917 a 1919 foram marcados por uma grande crise na educação na região do Purus. Essa situação se formara a partir de conflitos de interesses políticos que interferiram na administração dos recursos e na implementação de ações educacionais no âmbito do poder público departamental. Somou-se a isso, a carência de profissionais educadores, bem como a inadequação de instalações próprias para a atividade escolar.

No Município de Sena Madureira, buscou-se implantar o ensino secundário, por meio de um colégio denominado “Ginásio Acreano”. Porém, esse fato somente está registrado em notícia do “Jornal do Alto Purus”, publicado no dia 13 de julho de 1913. Não se tem outros registros que revelem o que ocorreu a partir da atuação dessa instituição de ensino.

Apesar do esforço de muitas ilustres autoridades e personagens históricas em prol da educação na região do Departamento do Alto Purus, os conflitos políticos que envolviam

---

<sup>8</sup> Relatório do Inspetor de Ensino, de 18 de junho de 1918. De acordo Ginelli (2008, p. 103).

movimentos sociais como os autonomistas e políticos administradores indicados ou nomeados pelo Governo Federal, implicaram em atraso no desenvolvimento da educação pública nessa parte do Acre. Por um lado, revelavam a força e esperança de acreanos em busca de autonomia, e por outro, revela que o Governo respondia com a morosidade da administração pública. De certa forma, era uma estratégia de controle do poder na região.

O ensino primário, herdado do período da anexação territorial ao Brasil, até 1920, manteve-se subdividido em dois níveis: elementar e complementar. O curso elementar constituía os dois primeiros anos do ensino primário, no qual os alunos estudavam as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Caligrafia, Aritmética, Educação Física, Exercícios Militares, Educação Cívica, Ginástica e Noções de Higiene, conveniente e progressivamente distribuídas em programas. Nos dois últimos anos do ensino complementar, eram acrescidas as disciplinas Geografia do Brasil e do Acre, História do Brasil e do Acre, Geometria Prática, Desenho Linear, Noções Elementares de História Natural, Zoologia e Mineralogia.

Os desafios enfrentados para a implantação do ensino público nos diversos Departamentos que compunham o território acreano apresentam semelhanças, como relata o Inspetor de Ensino do Alto Juruá, João Craveiro Costa (1936), que destaca a natureza do povoamento das matas, a alienação dos pais quanto à escola, a falta de orientação e fiscalização do trabalho pedagógico, e a carente formação de profissionais educadores. Somam-se a isso, a situação de vulnerabilidade social da população e os conflitos de interesses da classe dominante.

Desse modo, os prefeitos departamentais tiveram grandes desafios neste primeiro momento, pois deviam criar escolas para enfrentar o analfabetismo, instruir a fazer contas. Além disso, buscavam atender a política educacional do governo da República que propagava o ensino como civilizador e o principal elemento do progresso. De acordo com Lima, Nascimento e Albuquerque (2012), a realidade da região acreana se configurava com grandes desafios.

[...] a situação do território nos seus primeiros anos, se impõe como desafiadora e de grandes dificuldades aos administradores dos Departamentos (Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá), referente ao atendimento educacional para seus habitantes. Das dificuldades relacionadas à configuração geográfica da região – administrativo experimentado, passando pela dispersão populacional, posto que os habitantes ocupavam majoritariamente os seringais e não as sedes dos Departamentos, a escassez de recursos financeiros, a ausência de professores formados, bem como a incipiente fiscalização nos estabelecimentos educacionais. (LIMA, NASCIMENTO E ALBUQUERQUE, 2012, p. 22).

## 2.2. A institucionalização da Educação no período territorial (1920 – 1930)

O período anterior a 1920 se refere às primeiras ações administrativas por parte do Governo Federal na região acreana. A educação ficou sob a responsabilidade de cada prefeito departamental. Nessa fase buscou-se implementar a educação primária, haja vista que o analfabetismo era um problema geral e que afetava o desenvolvimento das atividades locais. A falta de infraestrutura adequada e a falta de professores qualificados eram desafios constantes enfrentados pelas escolas acreanas. Muitas vezes, as escolas eram improvisadas em pequenos barracões de madeira, e os professores, muitas vezes, eram recrutados localmente sem uma formação específica. Essa realidade dificultava o processo de aprendizagem e limitava a qualidade da educação oferecida.

Iniciou-se com a fundação de escolas primárias, com um único professor para cada turma, que ensinava todas as disciplinas. Posteriormente, acontece a constituição de grupos escolares, compostos por quatro ou mais escolas, que visavam um melhor acompanhamento pedagógico/escolar. Esse processo de organização escolar do governo territorial foi pautado no objetivo de educar as crianças e os mais jovens. “O futuro de um povo depende da boa ou má educação ministrada à infância na escola”. (O Acre, edição 47 nº de 18 de maio de 1928, assinada por João Utebaldo Pinto). É importante ressaltar aqui, novamente, que a comunidade nacional neste período, vê o ensino como um instrumento civilizatório.

A criação desses grupos escolares e o modelo de organização inicial do sistema educacional do Acre evidenciam uma ligação com a história da educação brasileira. Percebe-se esses elementos em Carvalho (In: Lopes *et all* (2011,p. 226),na citação abaixo:

[...] o Grupo Escolar é a instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida e o “método intuitivo” a peça central na institucionalização do sistema de educação pública modelar. De sua conjunção, resulta o modelo paulista que será exportado para outros estados da Federação. Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso – essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. Viagens de estudo a esse estado e empréstimo de técnicos passam a ser rotina administrativa na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública dos outros estados tomem iniciativas de remodelação escolar na Primeira República.

Diante de inúmeros conflitos e reivindicações do movimento autonomista, que militava para que a região obtivesse independência política, o Acre, em 1920 terá sua administração unificada. O congresso nacional aprova o decreto nº 14.383 de 1º de outubro de 1920, que

extinguiu os departamentos e estabelecia o governo territorial. O historiador Carlos Alberto Alves de Souza comentando o fato descreve:

Pelo decreto nº 14.383, de 1º de outubro de 1920, o Território do Acre passou a ser governado por um Governo Geral, nomeado pelo presidente da República. Os Departamentos do Alto Acre, Alto Purus, Alto Juruá e Alto Tarauacá foram extintos. Rio Branco ficou sendo a capital do Território do Acre, de onde o governador administraria toda a região acreana. Desta vez, com autorização do Congresso Nacional pelo Decreto nº 4.058, de 15 de janeiro de 1920. Na verdade, a criação de um Governo Geral para o Território do Acre foi uma forma que o governo federal encontrou para diminuir os poderes dos movimentos autonomistas Acreanos, que desejavam a elevação do Acre à categoria de Estado. O poder político passou a ser centralizado em Rio Branco, ficando os outros municípios isolados. A maior parte dos recursos enviados eram gastos na capital. (SOUZA, 2005, p.169.)

Esse novo cenário político e administrativo implicava uma nova organização dos serviços públicos, e entre eles estava a preocupação com a instrução pública. O primeiro governador territorial, Epaminondas Jácome, encarregou Francisco de Oliveira Conde, em 1921 de elaborar o Regulamento da Instrução Pública, que para época significou um grande avanço. Esse regulamento propunha a criação de grupos escolares, um para cada município, isso deveria ocorrer de acordo com o grau de conhecimento e habilidades dos alunos e esses deveriam ser organizados em sala de aula por ordem numérica.

A proposta curricular acompanhava a nacional. É o que descreve Lima, Nascimento e Albuquerque (2012, p. 30):

O Regulamento de ensino de 1926 apresentou um programa bem diversificado, estruturado, seguindo os ‘princípios da pedagogia moderna’. A palavra curso passou a ser utilizada com o sentido de caracterizar a noção de corpo que os reformadores pretenderam dar ao conjunto de matérias e seus respectivos conteúdos, organizados sequencialmente no decorrer de quatro anos. No 1º ano as matérias estabelecidas são as seguintes: Língua portuguesa, caligrafia, aritmética, lições de coisas (comportando lições de higiene e educação moral), educação física, exercícios militares e ginástica. No 2º ano além das disciplinas já mencionadas para o primeiro ano, foi acrescentada a disciplina moral e cívica, lições de coisas, geografia e “chorografia” do Brasil, particularmente o do Acre, história do Brasil, particularmente a do Acre, geometria prática e desenho linear. No 4º ano seriam repetidas as mesmas matérias acrescidas de educação física, exercícios militares e ginástica.

A formulação teórica dos princípios educacionais despertou muitas críticas. A proposta curricular maquiava os desafios educacionais da época: ausência de professores bem formados e também a falta de cursos para a preparação de professores, o que era inexistente na região. Não se tinha uma ação política voltada para o desenvolvimento da docência. A preocupação dos administradores era uniformizar o sistema educacional do território.

O Regulamento elaborado por Francisco de Oliveira Conde também dividiu o ensino público em três graus: primário, secundário e profissional, sendo que a modalidade do ensino primário foi subdividida em duas etapas: elementar e suplementar. A implantação dessas diretrizes não obteve muito êxito como comenta Anselmo de Sá Ribeiro, no seu livro “Memorial sobre a educação do Acre” (1936).

Afora uma iniciativa particular, de pouca duração devido às dificuldades de todas ordens que se lhe entolharam, o ensino secundário não teve, nessa phase regulamentar, nenhum surto de origem oficial. O ensino profissional talvez mesmo para as condições de ambiente local, mais importante e mais útil que o secundário, ficou apenas, e é de lamentar-se que assim tenha sido, como anseio digno de aplausos de seu preconizador Dr. Oliveira Conde. Por esse decreto foram instituídas as juntas de Inspeção, com atribuições de ordem tecnica e administrativa, de grande alcance para a Instrução Pública. (RIBEIRO, 1936, p.6)

Desse modo, o Regulamento apresenta uma excelência na elaboração teórica da proposta curricular, mas como ocorreria a aplicação no chão da comunidade escolar se configurava como utopia. Essa ausência de uma política pública efetiva, que contemplasse orçamento, formação e acompanhamento pedagógico, por parte das autoridades em relação à educação, faz com que o sistema de ensino tenha desafios estruturais e históricos.

Em 1927 assume o governo do Território acreano Hugo Carneiro, considerado por muitos como idealista. Propõe-se a reformar a regulamentação do sistema educacional, visando implementar ao lado do ensino primário, o ensino profissional. Para tanto, nomeia para a Diretoria da Instrução Pública o professor Pedro Mattos, seguindo a orientação do ilustre pedagogo Frota Pessoa que, na época, era o Secretário da Instrução Pública do Distrito Federal. (GINELLI, 2008).

A reforma orientada pelo professor Pedro Mattos, teve sua publicação oficial em 8 de junho de 1930, no jornal “O Acre” fundamentada pela Resolução nº 5 de 31 de maio do mesmo ano. Essa reforma realiza algumas alterações: o ensino primário que era dividido em elementar e complementar volta a ser somente ensino primário, ministrado em quatro séries, permitindo a divisão do primeiro ano em diferentes turmas, de acordo com o adiantamento dos alunos.

O ensino público custeado pelo governo do território devia compreender: o ensino primário, o ensino normal, o ensino técnico-profissional e o ensino secundário. Esses cursos não estavam, certamente, ainda todos presentes no ensino do Acre, mas tendia-se a eles como meta a perseguir. (GINELLI, 2008, p.97).

O trabalho do Professor Pedro Mattos teve grande relevância para o sistema educacional do Acre. Estabelecia as normas gerais para a disciplina dos estudantes, como por exemplo, o

horário de funcionamento das instituições escolares, a faixa etária dos alunos por classe e a quantidade de aluno por sala.

O ensino funciona das 7 e meia horas á 11 e meia, havendo turnos à tarde para o ensino profissional (14 e meia às 16 e meia horas). Admite-se alunos de 7 a 12 anos nas escolas singulares e até 18 anos nas profissionais. As escolas isoladas funcionam com uma só classe, sem número pré-fixado de alunos, havendo algumas cuja matrícula atinge a 80 discentes. Todas as escolas diurnas são mixtas. Nas escolas urbanas e suburbanas existe o serviço de inspeção médico dentário e odontológica. (ACRE, 1933, p.3).

Em nível nacional, o Brasil, a partir da década de 1920 passa por profundas mudanças de ordem social, política e econômica. Um dos pontos de destaque nesse período foi a industrialização e a urbanização, esta última resultante do êxodo rural. Essas mudanças seriam reflexos do contexto internacional, haja vista o final da primeira guerra.

O contexto educacional dos anos iniciais do século XX, já não se encaixava nos anseios da sociedade moderna desse século. O alto índice de analfabetismo e da defasagem escolar fez com que os governos nacionais mobilizassem recursos para a instrução do povo, principalmente nos interiores do país. (IVASHITA e VIEIRA, 2009).

O campo educacional foi caminho escolhido para as transformações pretendidas. Foi no âmbito da educação que se encontrou a repercussão necessária para as mudanças. É nesse sentido, que se empreende esforços no intuito de educar a sociedade para a modernidade. Um dos documentos que expressa essa perspectiva ensejada nos debates foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado no ano de 1932.

Ivashita e Vieira (2009, p. 5), trazem que “o texto do Manifesto expressou um ideal reformador, que teve início com um movimento educacional gestado por volta da década de 1920, quando iniciaram as primeiras reformas educacionais em diferentes estados brasileiros”. Essas ideias estavam alinhadas ao que se conheceu como “Escola Nova”, e defendia a escola única, laica, gratuita, obrigatória e comum para todos os brasileiros. De acordo com Saviani *et al* (2006):

[...] o manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade. (Saviani, *et al*, 2006, p. 33).

As reivindicações dos intelectuais da Escola Nova se concentravam na necessidade de estruturas adequadas, a implantação de métodos de ensino mais eficientes, recursos necessários

ao bom desempenho escolar de professores e alunos, gestão pedagógica, bem como estratégias e conteúdos escolares que estivessem alinhados com os objetivos estratégicos que delineavam o conceito que definia a escola.

Essa contextualização em nível nacional se faz necessária para compreender as mudanças que ocorreram no Acre nesse mesmo período. Por exemplo, o ano letivo das escolas públicas do Território acreano, no período anterior à gestão de Hugo Carneiro, durava sete meses e possuía um período de férias de três meses e meio. Já a partir da gestão de Hugo Carneiro, o período letivo foi modificado a fim de que a criança ficasse menos tempo fora da escola. O que se objetivava era evitar que os alunos esquecessem o que foi ensinado no período letivo. Para tanto, a Resolução nº 5 determinava:

Art. 46 – O ano letivo em todas as escolas mantidas pelo Território, começará no primeiro dia útil do mês de março e terminará no último dia útil da primeira quinzena de dezembro. Art. 47 – O período de férias irá de 16 de dezembro ao último dia do mês de fevereiro do ano imediato. (ACRE, 1930, p. 2).

O quadro 1 a seguir, mostra informações retiradas do Relatório de Desempenho Anual do ano de 1929, elaborado por Pedro Mattos. De acordo com este Relato, havia nesse ano, um total de 1.365 estudantes que frequentavam a rede pública de escolas que eram administradas pelo governo territorial, 1.050 estudantes na rede escolar administrada pelos municípios e 196 estudantes que frequentavam escolas de rede privada, totalizando 2.611 alunos frequentando escolas.

**Quadro 1 – Quantidades de alunos, professores e escolas em 1929, no Acre.**

| <b>REDE DE ENSINO</b>             | <b>QUANTIDADE DE ALUNOS FREQUENTANDO EM 1929</b> |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------|
| Alunos no ensino territorial      | 1.365                                            |
| Alunos no ensino municipal        | 1.050                                            |
| Alunos no ensino particular       | 196                                              |
| <b>Total</b>                      | <b>2.611</b>                                     |
| <b>REDE DE ENSINO</b>             | <b>CORPO DOCENTE EM 1929</b>                     |
| Professores do ensino territorial | 63                                               |
| Professores do ensino municipal   | 45                                               |
| Professores do ensino particular  | 19                                               |
| <b>Total</b>                      | <b>127</b>                                       |
| <b>REDE DE ENSINO</b>             | <b>ESCOAS EM FUNCIONAMENTO NO ACRE EM 1929</b>   |
| Escolas do ensino territorial     | 34                                               |
| Escolas do ensino municipal       | 35                                               |
| Escolas do ensino particular      | 10                                               |
| <b>Total</b>                      | <b>79</b>                                        |

Fonte: Com base em informações levantadas por Ginelli (2008).

Ainda conforme o quadro 1, podemos ver que o número de professores era muito pequeno, 127 professores estavam atuando, divididos em todas as escolas. O número de escolas sob a administração do governo territorial e municipal era muito semelhante, 34 e 35, respectivamente. As instituições privadas constituíam um total de 10 escolas.

No período da unificação do território, a instrução pública recebeu influência direta das discussões que afloravam em nível nacional. Entre os principais problemas estava a questão do analfabetismo. A realidade da educação no território acreano não se diferenciava da encontrada na maioria dos estados brasileiros. No Acre, o analfabetismo chegava a 70% da população. (CASTRO, 2011).

### **2.3. O ensino secundário no período do governo territorial**

Apesar de, nas primeiras décadas do período do Território acreano, a gestão da educação se concentrar na instrução inicial para crianças, sempre existiu a ideia de que se deveria constituir o ensino secundário, o que não ocorria por conta da falta de estrutura física, recursos financeiros, e, como também a ausência de docentes capacitados.

A primeira tentativa de formação do ensino secundário na região acreana foi ainda no governo departamental do Alto Juruá. Era um projeto do prefeito Gregório Thaumaturgo, porém, se concretizou com o prefeito Antônio Manoel Boeno de Andrade, que foi o fundador do Lyceu “Afonso Pena”, para o qual o Governo Federal por Decreto n. 2.272, de 31 de dezembro de 1907, concedeu as mesmas regalias do ginásio nacional. Apesar disso, a ausência de verbas públicas e a falta de professores fez com que o Lyceu encerrasse suas atividades tempos depois.

Os primeiros registros do funcionamento de escolas que disponibilizavam o ensino secundário no período Territorial, datam de 1923. O Relatório de José Lopes Aguiar, Diretor da Instrução Pública do Governo Territorial, Cunha Vasconcelos, descreve: o Curso Tavares de Lira, criado pelo Governo anterior, que funcionava anexo ao Grupo Escolar Barão de Rio Branco, na cidade de Cruzeiro do Sul; o Instituto de Ensino Secundário que funcionava na capital, Rio Branco, anexo ao Grupo Escolar 7 de setembro; e um outro Curso Secundário que se localizava na cidade de Sena Madureira, anexo à Escola Normal Carneiro Ribeiro. Vale destacar que os dois primeiros citados eram Cursos financiados pelo Governo Territorial, e o último pela iniciativa privada. (GINELLI, 2008).

Esses cursos surgiram a partir da urgência em dar continuidade à educação da população, que há aproximadamente duas décadas, desde a anexação ao Brasil, vinha sendo instruída nas unidades escolares. Localizaram-se, a priori, nas cidades que anteriormente constituíam as sedes departamentais. Essas localidades foram escolhidas por serem mais estruturadas e centralizadas, além de concentrarem profissionais com preparo intelectual (de diversas áreas de conhecimento) que pudessem atuar na docência.

Em 1933, por iniciativa de um grupo de intelectuais, professores e servidores públicos que viviam na capital, foi fundado o “ginásio acreano”, que corresponderia ao ensino secundário da época. Destacam-se entre esses professores, os doutores Flaviano Flávio Batista, José Rodrigues Leite, José Hermano de Vasconcellos Fernandes, Mario de Oliveira, e o Professor José Bezerra Duarte. Esses precursores lecionavam de forma voluntária, sem vínculo de trabalho direto na docência. Desenvolviam seus ofícios principais em outros ramos profissionais, como a medicina e o direito. Praticavam a docência em dias e horários intercalados, nos quais estivessem disponíveis.

Em 17 de julho de 1933, ocorre o ato solene da fundação do Ginásio Acreano. Mas, somente em 1934, o curso é oficialmente instalado juntamente com a Escola Normal.

Solenemente abrilhantada com a presença numerosa de autoridades, famílias e cavalheiros de nossa elite social teve lugar no dia 17 do corrente às 16 horas, a cerimonia oficial da fundação do ginásio Acreano, estabelecimento particular destinado a ministrar as disciplinas do curso secundário à juventude deste recanto do Brasil. (ACRE, 1933, p. 4)

CONSIDERANDO que, para a devida execução do decreto nº 72, de 24 de janeiro de 1934, da Interventoria Federal deste Território, foram baixados por esta prefeitura os de ns. 40 e 41, de 28 de fevereiro, organizando o Gymnasio Acreano e creando a Escola Normal desta capital, respectivamente, decretos esses aprovados pela mesma interventoria, pelos de n. 73, de nove março do referido anno. (ACRE, 1935, p. 2)

Até este momento da história não havia uma escola que se destinasse à formação de educadores. Aqueles que atuavam na atividade docente ou eram profissionais formados em outras áreas, ou haviam estudado a docência em outras regiões que dispunham dessa formação, estes geralmente eram migrantes ou estavam desenvolvendo atividades administrativas temporárias no Acre.

Esses primeiros cursos ginasiais funcionavam nos dias úteis da semana, de segunda-feira a sexta-feira, variando entre duas e quatro horas diárias, com a administração de uma disciplina por dia. O curriculum era constituído das seguintes disciplinas: língua portuguesa,

álgebra, aritmética, geometria, desenho, geografia, história da civilização, ciências naturais e canto.

A figura 6, a seguir, mostra um quadro de horários estabelecida para o funcionamento do Ginásio Acreano, que contém, dias, horários, disciplinas e seus respectivos professores, de acordo com Ginelli (2008, p. 240):

**Figura 6 - Quadro de horários**

| MATERIAIS                       | HO-<br>RÁRIO | DIAS DA SEMANA     |             |              |              |        |         | PROFESSORES                                                                               |
|---------------------------------|--------------|--------------------|-------------|--------------|--------------|--------|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                 |              | Se-<br>gun-<br>das | Ter-<br>ças | Quar-<br>tas | Quin-<br>tas | Sextas | Sábados |                                                                                           |
| PORTU-<br>GUEZ                  | 4<br>horas   | 13-14              | 14-15       | -            | 14-15        | -      | 14-15   | Professor José<br>Bezerra Duarte                                                          |
| ALGEBRA                         | 3<br>horas   | 14-15              | -           | 14-15        | -            | 14-15  | -       | Dr. Hermano<br>Fernandes                                                                  |
| ARITIMÉ-<br>TICA                | 3<br>horas   | -                  | 15-16       | -            | 15-16        | -      | 15-16   | Dr. Flaviano<br>Flavio Baptista                                                           |
| GEOME-<br>TRIA                  | 3<br>horas   | 15-16              | -           | 15-16        | -            | 15-16  | -       | Dr. Rivaldo<br>Cardoso                                                                    |
| DESENHO                         | 3<br>horas   | 16-17              | -           | 16-17        | -            | 16-17  | -       | Dr. Rivaldo<br>Cardoso                                                                    |
| GEOGRA-<br>FIA                  | 3 hoas       | -                  | 16-17       | -            | 16-17        | -      | 16-17   | Dr. José Lopes de<br>Aguilar / Prof. <sup>a</sup><br>Dália da Silva<br>Cravo (su-stituta) |
| HISTÓRIA<br>DA CIVI-<br>LIZAÇÃO | 2<br>horas   | -                  | 17-18       | -            | -            | 17-18  | -       | Dr. Francisco<br>d'Oliveira Conde<br>/ Dr. Emanuel<br>Eugenio Raulino<br>(su-stituto)     |
| CIENCIAS<br>NATU-<br>RAIS       | 2<br>horas   | -                  | 13-14       | -            | -            | 13-14  | -       | Dr. José Rodri-<br>gues Leite                                                             |
| FRANCEZ                         | 3<br>horas   | 17-18              | -           | -            | 17-18        | -      | 17-18   | Madame Gon-<br>thier                                                                      |
| CANTO                           | 2<br>horas   | -                  | -           | 13-14        | -            | -      | 13-14   | Professora Mer-<br>cêdes Pamplona                                                         |

Fonte: Disponível em Ginelli (2008, p. 240).

Com a institucionalização do Ginásio, começa um período de organização e estruturação. Naquele momento o ginásio estava voltado para a educação propedêutica, enquanto a Escola Normal se concentrava no ensino secundário profissionalizante de docentes. Para a formação técnica profissional em nível secundário, que tinha o objetivo de formar profissionais para o serviço público e privado, foi fundada em 1943, a Escola Técnica do Comercio Acreano, pelo então Governador Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho.

Ressalta-se a Escola Normal por esta estar diretamente relacionada com o objeto desta pesquisa. Os cursos oferecidos nessas Escolas eram divididos em dois blocos: o primeiro correspondia às duas primeiras séries, e tinha como finalidade o preparo para a atuação na alfabetização; e os dois últimos anos preparavam o educador para o ensino primário.

No ano de 1947, Castro (1947, p. 17-18) registra a existência de quatro unidades de Escola Normal no Acre, a Escola Normal Lourenço Filho, em Rio Branco, com 19 alunos; a Escola Normal no Instituto Divina Providência, em Xapuri, com 36 alunos; a Escola Normal Instituto Santa Juliana, em Sena Madureira, com 11 alunos; e o Instituto Santa Terezinha, em

Cruzeiro do Sul, como 09 alunos; somando um total de 75 normalistas. Ressalta-se aqui, que a Escola Normal no Instituto Divina Providência foi a primeira a ser fundada entre as Escolas Normais Regionais, o que explica o fato de apresentar um maior número de alunos. Também é importante destacar que as três instituições, Instituto Divina Providência; Instituto Santa Juliana e Instituto Santa Terezinha, pertencem às Congregações femininas católicas, sendo que as duas primeiras foram fundadas pela Congregação das Servas de Maria Reparadoras.

Esse modelo escolar foi difundido pelo interior das cidades que compunham o Acre, no decorrer dos anos seguintes. A figura 7 mostra o Instituto Santa Juliana, no ano de 1930.

**Figura 7 – Instituto Santa Juliana (1930).**



Fonte: Acervo do Instituto Santa Juliana

#### **2.4. A evolução histórica do órgão central de educação**

No período departamental a gestão educacional, apesar de ainda se constituir em algumas somente na modalidade do ensino primário, era de responsabilidade do prefeito do Departamento, que nomeava administradores, os quais tinham a atribuição de orientar, coordenar e avaliar as atividades do processo de ensino e aprendizagem.

A partir da unificação territorial, em 1920, ocorre também a centralização da gestão educacional. É nesse período que se constitui a “Diretoria Geral do Interior e da Instrução Pública”, que apesar de estar subordinada à Secretaria Geral do Departamento, se estabelece como o órgão central de gestão da educação no Território federal.

Nesse período, o acompanhamento às unidades escolares, por parte do órgão central acontecia por meio de uma comissão que ficou conhecida como “juntas de instrução e propagandas de ensino”. Estas foram instituídas pelo Decreto do Regulamento do Ensino de 1921. Cada município possuía uma, sendo constituída pelos seguintes cargos: o intendente municipal; o delegado auxiliar de polícia e o delegado de higiene e saúde pública. A natureza de sua função e suas atribuições estavam firmadas no art. 113 e 114, Regulamento da Instrução Público. (GINELLI, 2008).

Ocorre ainda, nessa mesma época, a formação das Inspetorias de Ensino. Elas foram propostas por José Lopes Aguiar, que gerenciava o órgão central durante o Governo de Cunha Vasconcelos. Porém, somente se tornaram efetivas no Governo de Hugo Carneiro, quando o professor Pedro Mattos promulga o novo Regulamento do Ensino no Território, em 1930. Neste mesmo ano, a “Diretoria do Interior e Instrução Pública” passará a ser denominada “Diretoria da Educação, Estatística e Biblioteca”.

Existem três regulamentos que são importantes de serem destacados para a compreensão de como se dá o modelo de gestão da educação a partir de 1930: a Resolução nº 5, de 31 de maio de 1930, que Regulamenta a Instrução Pública do Território unificado do Acre; a Resolução nº 6, de 31 de maio de 1930, que Regulamenta o Programa de Ensino para as Escolas Primárias em todo o território acreano (ambas organizadas durante o governo de Hugo Carneiro) e o Decreto nº 94-A, de 22 de agosto de 1934, que apresenta o Regulamento Geral do Ensino no Território do Acre, publicado durante o governo de Francisco de Paula Assis Vasconcelos.

Esse Decreto nº 94-A traz algumas mudanças estruturais, seguindo os preceitos das legislações federais, mantendo os princípios de gratuidade e obrigatoriedade da educação, em consonância com o Manifesto dos Pioneiros de 1932, estabelece os princípios pedagógicos e metodológicos da Escola Nova, concepção que tinha no seu bojo a ideia de uma educação moderna. No Art. 1º do Capítulo I do Decreto nº 94-A/1934, a legislação estabelecia quais seriam os Níveis de Ensino que seriam ofertados no Território do Acre:

Art. 1º do Capítulo I – O ensino, público ou particular, no Território do Acre, será orientado e fiscalizado pela Secretaria Geral do Governo, por seu órgão técnico - a Diretoria de Educação e compreenderá: a) o ensino pré-primário; b) o ensino primário; c) o ensino secundário; d) o ensino normal e e) ensino técnico-profissional (ACRE, 1934, p.3).

Em 12 de fevereiro de 1939 foi instalado no Território, o Departamento de Geografia e Estatística que, em virtude do Decreto Territorial de 25 de janeiro de 1939, passou a

denominar-se Departamento de Educação e Cultura (DEC). Desse modo, o órgão central de educação ampliava suas competências e atribuições, compreendendo o complexo fenômeno educacional de uma maneira mais ampla e integrada.

A década de 40 pode ser considerada um período de importantes avanços para a gestão da educação no Acre. Um dos fatores que contribuíram foi a capacidade técnica dos gestores, dentre eles: Océlio Ribeiro, que projetou a educação do Acre em nível nacional. Com a saída deste, em 1941, assume, depois de um período de instabilidade, Humberto Soares, que promoveu a formação de inspetorias itinerantes com o objetivo de fiscalizar o movimento escolar, e colaborar para um melhor planejamento e implantação de métodos pedagógicos mais adequados.

Uma importante personagem de destaque nessa época, foi a professora Maria Angélica de Castro, natural de Minas Gerais. Esta foi convidada pelo Governador Cel. Senador Guimard dos Santos, o qual havia sido seu aluno, para em 1947, assumir o DEC. Esta gestora organizou a administração do DEC, melhorou a estrutura escolar, expandiu a rede de escolas públicas, promoveu um aumento na frequência escolar bem como no quantitativo de alunos nas escolas, incentivou e consolidou as Escolas Normais, demonstrando uma preocupação especial com a formação de professores.

Maria Angélica enfrentou com ações concretas a ideia de que qualquer um poderia ser professor. O diagnóstico educacional realizado no início de sua gestão foi o instrumento que embasou, posteriormente, a oferta de formação pedagógica para professores e técnicos com o objetivo de atuarem no Território. Essa ação proporcionou um ambiente minimamente adequado para outras, como por exemplo: A ampliação do quadro de profissionais, bem como a readequação física do Departamento de Educação e Cultura do Território Federal do Acre; a organização de rotinas escolares administrativas e encontros pedagógicos; a realização de concurso público para o magistério, e outras.

**Figura 8 – Maria Angélica está ao centro, entre as normalistas da Escola Normal Lourenço Filho (1949).**



Fonte: Acervo particular da Maria Angélica de Castro, doado ao Centro de Cultura de Santo Antônio do Monte, Minas Gerais.

A partir de 1951, houve uma tentativa de reestabelecer a junção entre a saúde e a educação, como no início do governo territorial. Assim, se extinguiu o DEC e criava-se o Departamento de Educação e Saúde do Território. Essa experiência não prosperou, sendo que em 1952, o DEC volta a ser o órgão central da gestão educacional no Território.

No arquivo do Estado foi encontrado o Decreto n. 125, de 17 de agosto de 1952, com o qual ficava revogado o Decreto n. 94 de 2 de maio de 1951, que tinha criado o Departamento de Educação e Saúde do Território, e reestabelecidos o Departamento de Saúde (DS) e de Educação e Cultura (DEC) anteriores. Houve, por isso, uma nova tentativa de acumulação de cargos no órgão central de educação, que depois de menos de um ano de experiência, resultou em verdadeiro fracasso, por causa das suas inúmeras atribuições, da complexidade e importância de suas finalidades, abrangendo setores vitais da comunidade. (GINELLI, 2008, p. 45-46).

Encerrada a gestão da ilustre professora Maria Angélica, segue a administração do professor Miguel Jerônimo Ferrante. Esse Diretor deu ênfase à fiscalização e orientação das escolas, por meio da figura dos inspetores escolares de ensino. Para ele, estes inspetores mantinham as informações sobre o andamento escolar, atualizadas.

Na última gestão do DEC, ocupa o cargo de Diretor, o Padre Cristóvão Arnaud (1956-1960). Esta gestão permanece à frente do órgão central da educação por um período de dois governos territoriais, o Governador Valério Caldas de Magalhães e o Governador Fontenele de Castro. Pe. Arnaud buscou organizar o Departamento, principalmente nos cargos internos, que eram dedicados ao trabalho pedagógico, bem como o acompanhamento das escolas no interior, que exigiam transportes, em especial aquelas escolas que se localizavam na zona rural.

Outro fato relevante nessa gestão foi o convênio firmado com o SIRENE (Sistema Radio Educativo Nacional). Pe. Arnaud já havia trazido do Rio de Janeiro materiais didáticos para a educação rural, como discos que continham aulas em formato de áudio, e usava-os na Rádio Difusora Acreana. A ausência de rádioreceptores nas colocações (onde moravam os seringueiros) e a falta de verbas públicas para adquiri-los, fez com que o gestor adiasse o processo de alfabetização via rádio. Mas, é importante salientar, que tanto a educação adulta como a do campo ganharam impulso neste período. Este gestor teve ainda uma importante participação na transição do governo territorial para a nova organização político-administrativa, ou seja, a emancipação do território do Acre e sua passagem a Estado da Federação, em 1962.

## **2.5. A educação formal no Acre (1920 a 1962)**

Pretendeu-se, neste capítulo, investigar como se deu a trajetória da constituição do sistema formal de educação no Estado do Acre. É a partir de 1904 que a educação acreana recebe uma institucionalidade, a partir das normas e regulamentos que se estabelece no período pós anexação do Acre ao Brasil. Inicialmente era destinada ao ensino básico, voltado para a formação da leitura e da escrita, com ênfase na moralidade, higiene e civilidade. O modelo administrativo estava estreitamente ligado à figura do prefeito departamental. A partir deste nível da gestão que foram estabelecidas as normas, currículos e a gestão escolar. As escolas estavam localizadas nos Departamentos, e geralmente, ficavam nas sedes.

Nesse período não havia formação de professores. As escolas eram supridas por profissionais que se prestavam ao ensino. As estruturas quase sempre não eram adequadas, e faltavam materiais didáticos. A organização escolar se dava a cargo do Inspetor de Ensino, que gerenciava as atividades escolares. Esse modelo se constitui na fase inicial da formalização do sistema educacional do Acre.

Posteriormente, com a unificação administrativa do Território, a partir da influência do movimento da Escola Nova, que chegava ao Brasil, buscou-se uma sistematização das práticas educativas, que se desenvolveram por meio de normativas e reformas. Uma importante ação do

Governo Territorial foi a normatização do ensino secundário, a inauguração do Ginásio Acreano e da Escola Normal Regional.

A formação do órgão central de gestão da educação no período do Território acreano se dá a partir das concepções da República que ensejava o desenvolvimento nacional. Outro fator que se soma, é existência de um grande número de pessoas que já haviam passado pela instrução básica, e necessitavam de uma preparação secundária para que pudessem exercer funções, tanto na administração pública territorial como para atuar no setor privado.

Os desafios que marcaram esse período se referem à continuação dos problemas anteriores ao Território, somando-se a questão de falta de recursos para o financiamento da educação, a ausência de estruturas adequadas à nova configuração educacional e inexistência de uma política pública voltada para a formação de professores.

Esse quadro social é o que interpelará a Congregação das Servas de Maria Reparadoras, a partir de 1941, a abrirem, além das escolas que estavam em funcionamento, os cursos Normais para a formação de educadores e educadoras. Trataremos com mais profundidade sobre a atuação desse grupo de irmãs católicas no capítulo seguinte desta pesquisa.

A categoria compreensão traz luz ao entendimento de que o sistema formal de educação do Acre emerge a partir da necessidade de prover formação escolar para jovens oriundo das famílias mais privilegiadas, com o objetivo de formar uma elite que atenderia aos interesses do serviço público. Além disso, também se objetivava estabelecer um mínimo de formação para as camadas populares, os mais pobres da sociedade acreana.

### **CAPÍTULO III – A INFLUÊNCIA DA CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS NA EDUCAÇÃO FORMAL NO ACRE**

Neste capítulo aborda-se o período Territorial que vai do ano 1920 a 1962. Nessa época o contexto nacional se configurava pela continuação das mudanças advindas com a nova forma de governo: a República. Percorre-se um caminho temporal para evidenciar a evolução histórica do sistema de educação formal do Acre, a partir das contribuições das Irmãs Servas de Maria Reparadoras, que chegaram à região do município de Sena Madureira, no Alto Purus, em 1921, após um ano da unificação do Território do Acre.

Usa-se como referencial o conceito de memória, a partir de Le Goff (2003), o qual descreve que a memória é um processo de construção coletiva, fundamental para a descoberta da identidade de um povo. Neste sentido, esta tese evidencia elementos históricos da ação das Servas de Maria Reparadoras no Acre, no contexto social da primeira metade do século XX, que contribuíram para a constituição do sistema educacional formal acreano, e para a formação da identidade da educação nessa região.

A vinda dessas religiosas para a atuação no Acre foi motivada pelos pedidos realizados pelo Prelado do Alto Purus e Alto Acre, sensibilizado pela realidade que se apresentava. O contexto social com o qual as Irmãs se deparam é de extrema pobreza. À primeira vista pode-se achar exagerado, mas as correspondências dos religiosos enviadas à sede na Itália, descrevem uma situação de muita carência de recursos básicos, como roupas, remédios, materiais de higiene e cuidados, sem qualquer assistência social ou espiritual.

A partir da chegada dessas Irmãs se inicia um trabalho de instrução da população, em especial, mais carente, no sentido de humanização. No primeiro momento focalizam o atendimento às crianças órfãs e abandonadas, e posteriormente a toda comunidade. Apresentam um conjunto de atividades educacionais que ficou conhecido como “Formação Cultural”. As Servas fundaram o Colégio Santa Juliana, na cidade de Sena Madureira, que obteve reconhecimento pelos resultados e pelo modelo educacional que se estabeleceu a partir dele.

No município de Xapuri, no Alto Acre, assim como em Sena Madureira, deixaram seu legado com a fundação do Colégio Divina Providência e da primeira Escola Normal Rural no interior do Território, que se destinava à formação de professores. Tal reconhecimento levou as Irmãs a serem convidadas para trabalharem a educação também na capital Rio Branco, onde fundaram o Colégio Imaculada Conceição e o Colégio São José, que se tornaram referências para o ensino no Acre.

Nas próximas seções trataremos sobre o trabalho, a influência e todo o legado deixado pelas Irmãs Servas de Maria Reparadoras, no contexto da constituição do sistema de educação formal acreano.

### 3.1. A fundação da Prelazia do Alto Acre e Alto Purus

O período de 1903 a 1920 foi marcado por importantes avanços na educação, na região do Acre. O modelo educacional observado no início do século era caracterizado por ser um ensino denominado de civilizatório, baseado na aquisição de hábitos higiênicos, atitudes moralizantes e a crença no progresso econômico por meio do conhecimento escolar, mas que não dispunha de estruturas e uma pedagogia adequada. É a partir da anexação do Acre ao Brasil que ocorrem mudanças significativas, como por exemplo: organização institucional, criação de regulamentos mais específicos, estruturação física e um plano de ensino, entre outras.

Nesse contexto é que ocorre a fundação da Prelazia<sup>9</sup> do Alto Acre e Alto Purus. O Papa Bento XV, em 04 de outubro de 1919, com a Constituição Apostólica *Ecclesiae Universae Regimen*, cria a Prelazia desmembrando-a da Diocese de Manaus. Após dois meses, foi nomeado o primeiro Bispo da Ordem dos Servos de Maria, Dom Próspero Gustavo Bernardi, por meio do documento *Commissium Humilitati Nostrae*, de 15 de dezembro do mesmo ano.

A criação da Prelazia do Acre foi resultado de uma série de fatores, em que os principais protagonistas foram os Bispos Diocesanos de Manaus, Dom Frederico Benício Costa e Dom João Irineu Joffyli. Esses episcopos foram importantes no sentido de promover uma sensibilização da sociedade civil e política, para a organização do Bispado na Região do Alto Acre e Alto Purus, o que colaboraria com os anseios da classe política e beneficiaria as comunidades mais carentes. (BOFF, 1997).

Já em 1910, o Bispo Dom Frederico Benício Costa, conhecendo a realidade da população residente na região acreana, marginalizada e sem assistência espiritual, inicia o movimento para a instalação de uma prelazia no Acre. Neste sentido, escreve ao Núncio Apostólico apresentando o pedido para concretização deste propósito.

---

<sup>9</sup>É uma parcela da Igreja Católica, no sentido que está composta por determinados fiéis, e se encontra estruturada de modo hierárquico, e com prelado (o bispo que governa) que é a sua cabeça e princípio de unidade, e com sacerdotes e diáconos que colaboram.

Acta da 1ª sessão para se tratar da criação do bispado do Acre.

Às cinco horas da tarde do dia 16 de abril 1910, na capela de N.S. da Conceição, na Vila Rio Branco, presentes entre outras pessoas, o Dr. Diocleciano Coelho de Souza, prefeito do Departamento, Dr. Frederico Costa, Bispo do Amazonas, Mgr. Francisco Leite Barbosa, Pe. Benedito de Araújo Lima, Dr. Julio Gentil de Lima, Juiz de Direito da Comarca Alto Acre, Dr. Antonio Diniz Maceió, Juiz substituto [...] Dr. Francisco de Paula Leite... Secretário do Senhor Prefeito, Fr. Antonio Dias dos Santos, advogado José Alves Maia, Octavio de Moura Chaves, promotor publico [...]. O bispo do Amazonas refere que logo que assumiu a diocese de Manaus preocupou-se com a região acreana reconhecendo que lhe é tão necessária a sua autonomia política como a religiosa e nesse sentido escreve ao Nuncio Apostólico no Rio de Janeiro, [...], pedindo da ereção do bispado do Acre, [...], o Nuncio mandou consultar a ele bispo, se poder-se-ia obter os elementos que são necessários para a criação de um bispado no Acre [...] esses elementos são: uma Igreja catedral, uma casa para moradia do bispo, e seu patrimônio para a mitra, que garanta a subsistência do bispo obrigado das necessidades e permita manter a representação [...] do seu elevado cargo. O bispo respondeu que viria examinar o Acre para dar uma resposta” [...] O Acre é talvez a mais rica e mais afortunada das regiões brasileiras e com direito a sair da posição inconstitucional que se acha, que pela topografia do Acre o bispado que se criar só poderá abranger as zonas do Purus e Acre pela distancia em que se acha o Juruá distando apenas resolver se a sede seria em Sena Madureira ou Penápolis o que dependia dos acreanos. (AGOSM, Ata da primeira sessão para tratar-se da criação do Bispado no Acre, fl. 1-6).

Esse movimento ganha força com o apoio das autoridades locais, principalmente das que residiam na cidade de Sena Madureira. Tudo fluía bem para a instalação da prelazia, porém, a crise de 1914 retardou a organização local em prol de um bispado. Com isso, o Bispo de Manaus, responsável pela administração religiosa na região, com o apoio dos prefeitos, insiste por meio de cartas oficiais, junto à Nunciatura Apostólica pela criação do pretense prelado acreano.

Ex. Jacinto Scapardini, Nuncio.  
Manaus, 31 de março de 1918.

[...] Peço o auxilio de V. Eminência, isto é, propondo a criação de uma prelazia no Acre, fundada nas razões que passo a expor: O território do Acre Federal comporta 4 departamentos civis. Falarei somente de dois que deve constituir a futura prelazia, os quais são: O departamento do Alto Acre e do Alto Purus. Estes 2 departamentos, cuja superfície é de 71.200 K [...] e a população de 71.000 habitantes [...] um só sacerdote, eis todo o clero dos departamentos falados! Urge, portanto, uma providencia. [...] O prelado deverá ser brasileiro, [...] peço permissão para lembrar o nome de um religioso da congregação da Missão, e atualmente reitor do Seminário do Maranhão, que reúne as melhores qualidades para dirigir o Acre – o padre Manoel dos Santos Ferreira, [...] Também o Pe. Manoel Gomes, salesiano brasileiro. (ASV, Carta do bispo do Amazonas João Joffily ao Nuncio Apostólico Scapardini (9-1-1919) em: *Nunciatura Apostólica do Brasil*, fasc. 837, caixa 165, doc. 6, fl. 41,43 – 44.)

A Ordem dos Servos de Maria, por meio do seu conselho geral, escolhe o Frei Dom Próspero Gustavo Bernardi como Bispo da nova Prelazia. Frei Bernardi, personagem

respeitável dentro da Ordem, ex-secretário geral e ex-vigário geral das fundações canadenses, foi sagrado Bispo no dia 11 de janeiro de 1920, na igreja de Santa Maria in via, em Roma, pelo cardeal Amadeo Ranuzzi de Bianchi.

A primeira comunidade missionária dos Servos de Maria, que atuaria na Prelazia do Acre, o Monsenhor Dom Próspero Gustavo Bernardi, Frei Thiago Maria Mattioli, Frei Miguel Maria Lorenzini e Frei Domingo Maria Baggio, partiu da Itália no dia 19 de março de 1920 e chegou a 9 de junho do mesmo ano, no município de Sena Madureira, sendo recebida pelas autoridades e pela população com grande regozijo. (BENASSI, 1990).

A criação dessa Prelazia do Acre é um marco importante para a vinda das Irmãs Servas de Maria Reparadoras para o Território do Acre. A partir desse momento foi possível perceberem, de forma mais vivencial, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades residentes, especialmente no Alto Acre e Alto Purus. O Bispo Dom Próspero, sensível às condições de vida na qual as famílias, principalmente aquelas que residiam nas colocações e nas periferias das cidades, as crianças órfãs, a carência da saúde e higiene, além da ausência de uma educação moral e social, descreve para a Ordem dos Servos de Maria, a realidade em que se encontrava a região.

No meio deste riquíssimo da natureza, é o mesmo rei que não está a altura do papel. Pobreza física e moral. Pobreza nas moradias, muitas das quais são simples coberturas de palha, sem algum traço de vida civil. Muitas vezes a cadeira melhor que tinham para oferecer ao Bispo, era uma velha lata de querosene. Pobreza no vestuário. Muitos nem se apresentam porque não tem com que se cobrir. Já vi várias vezes um vestido ser usado por oito ou dez pessoas; uma mulher se apresentando com o vestido do marido; três filhos usando a roupa do pai, sendo que o mais velho vestia as calças, o segundo a camisa e o caçula as cuecas. Pobreza na alimentação. Estamos na terra do açúcar e do café e aconteceu também comigo de encontrar essa bebida sem que entrasse nem café e nem açúcar... o café e o açúcar estão indo no exílio. Num lugar encontrei tanta pobreza que não tinha nada a oferecer a não ser milho cozido. E isso aconteceu várias vezes. Pobreza intelectual e moral. O analfabetismo aqui chega a 95%. As uniões ilegítimas e as separações arbitrárias nas famílias só agora estão diminuindo, mas poucos anos atrás, a desgraça era a situação normal de quase toda população do Acre. Ao lado da pobreza vai a falta de higiene. Os poucos que usam uma mesa para as refeições, se tiverem uma toalha para forrar, esta costuma ser colorida, pois todos com ela limpam a boca e as mãos... Copos, ninguém conhece, no lugar deles usam caneco ou garrafa talhadas. No rio, um rapaz para beber, tirou um sapato, o mergulhou na água e tomou a vontade ... Pântanos, mordidas de insetos, falta de medicamentos e alimentação suficiente..., tudo explica as doenças que produzem morte, especialmente nas crianças. As canoas que eles usam são todas esburacadas ... até que a minha tarefa durante uma viagem era a de esvaziar a canoa que estava enchendo de água... Quem conserta um relógio é ourives, todos são coronéis sem pertencer ao exército, todos são doutores, mas sem formatura..., quem tira os dentes é o barbeiro... (PERTIÑEZ E LOMBARDI, 2019, p.121- 122).

A partir da realidade encontrada, Dom Próspero formula pedido oficial às Congregações Católicas Femininas que enviem missionárias ao Acre, com o objetivo de prestarem assistência

humanitária na saúde e educação. Em 11 de fevereiro de 1921, é enviada uma carta especificamente para a Congregação das Servas de Maria Reparadoras, localizada na Itália. Nessa carta, o Bispo esclarece à Madre Superiora Elisa Andreoli, o projeto que as Irmãs deveriam desenvolver na Prelazia do Acre.

Eis os esclarecimentos que a senhora deseja. Monsenhor Bernardi pede seis religiosas. Seu escopo imediato é de abrir uma escola elementar para meninas na pequena cidade de sua residência, isto é, em Senna Madureira (Alto Purus), isto é, (sic) uma escola privada, a qual não será subsidiada pelo governo local, mas que se manterá muito bem por si mesma. Há também a probabilidade de confiar às Irmãs os cuidados e a assistência e talvez até a direção do pequeno hospital da Cidade. (VIGGIANO, 1980, p. 181).

### 3.2. O início do projeto escolar no Alto Purus

Antes de adentrar-se em específico na atuação das Servas de Maria no Alto Purus e Alto Acre, é importante destacar um breve relato da história das Servas de Maria Reparadoras. Essa congregação surgiu na Itália, no início do século XX. Sua fundadora se chamava Amélia Izabel Ester (que depois dos votos religiosos recebera o nome de Elisa Andreoli), formada no magistério, foi ajudada por sua mãe Margarida, co-fundadora. Em 1900, Elisa, Margarida e Carmela recebem o hábito religioso como Servas de Maria, sendo espiritualmente filiadas à Ordem dos Servos de Maria.

A dimensão espiritual da reparação foi assumida pela Congregação em 1912, com a entrada da jovem Maria Inglese, que foi acolhida pela Madre Elisa, recebendo o hábito religioso e o nome de Irmã Dolores. A obra da reparação deu vigor e identidade carismática à Congregação, que a partir de então recebeu a denominação de Congregação das Servas de Maria Reparadoras, cujo carisma é: “Seguir Jesus Cristo; testemunhar o evangelho em comunhão fraterna; colocar-se a serviço de Deus e dos homens; inspirar-se em Maria, a serva do Senhor; perseguir o ideal cristão, de modo a alcançar a estatura de Cristo”. (MOLLINETTI e BRIZZI, 2017, p. 16-17)

O trabalho das Servas no Acre ocorre após os esclarecimentos solicitados pela Madre Geral, que recebera resposta do Senhor Bispo. Em decorrência desse relato, o Conselho Geral e a Madre Elisa Andreoli escolherem as missionárias, estas partem em direção ao Brasil para exercerem o ofício missionário na região do Alto Acre e Alto Purus, no Acre. Este grupo é formado por cinco irmãs e uma postulante, irmã Maria Constantina Gian; irmã Maria Mercedes Andreollo; irmã Maria Margarita Damietto; irmã Maria Rosária Vettorato; irmã Maria Éster

Bressan e a postulante Augusta Francheschi. A figura 9 mostra essas primeiras missionárias juntamente com a Superiora Geral e Conselheiras.

**Figura 9 – Primeiro grupo de missionárias Servas de Maria que foram enviadas ao Acre.**



Fonte: Disponível no arquivo do memorial da Servas de Maria Reparadoras – Sede Provincial Rio Branco – Acre. Nota: Foto registrada na Itália, próximo a partida das Irmãs para o Brasil. No centro a Madre Geral Elisa Andreoli, juntamente com as Irmãs Conselheiras. Logo atrás as primeiras missionárias enviadas ao Acre.

As Servas de Maria Reparadoras saíram da Itália em 27 de junho de 1921, com destino à Belém e depois Manaus, onde ficaram hospedadas no Convento da Congregação das Irmãs Filhas de Santana, para conhecerem a cultura e aprenderem a língua local. Finalmente, chegaram em Sena Madureira em 14 de novembro de 1921, recebidas com boas honras tanto pelas autoridades (algumas dessas autoridades eram as que exploravam a mão de obra dos, já miseráveis, migrantes nordestinos e indígenas), como também pelos populares, conforme destaca na obra de GREZELE *et all.*:

A chegada das primeiras missionárias Servas de Maria Reparadoras foi muito importante para a missão. Eram pessoas que extravasavam de alegria e desejo de colaborar. No primeiro momento, procedeu-se a organização da sua vida em comunidade interna e de atividades externas que refletiu a mentalidade eclesial da época. Os primeiros contactos das missionárias em Sena foram feitas com as pessoas

que representavam as estruturas de poder e que exerciam maior influência social, política na cidade, nos seringais e no interior. Embora acolhedoras, bondosas e gentis, eram também agentes da ação violenta extorsiva do imperialismo econômico que se organizara com base no trabalho servil dos migrantes e dos índios, forçados ao trabalho extrativo, apesar de que, em 1921, por uma série de fatores este produto tivesse em decadência. (GREZELE *et all.*, 2011, p. 45).

Ressalta-se a linguagem simbólica da imagem que se reflete a partir da figura 9. O registro histórico da partida dessas Irmãs constitui-se como um documento que não está reduzido ao aspecto físico, mas, além disso, reflete perspectiva de mudança de uma realidade. Na perspectiva de Le Goff (2003), o documento não é uma prova objetiva da realidade. Mas, uma perspectiva de interpretação do real. Essa compreensão afirma que somente o exame do documento, este interpretado como monumento, permite à memória coletiva recuperá-lo e ao pesquisador manuseá-lo cientificamente, isto é, com pleno motivo e ciência. O passado não é qualquer coisa, e algo que possuímos, podendo ser revistado, reinterpretado e ressignificado.

Os documentos que são matérias de memória, apresentam-se como elementos para novas leituras. Desse modo, essa análise é de suma importância para esta pesquisa, pois auxilia a compreender através da análise memorial, o itinerário, ações e influência do trabalho educacional das servas de Maria Reparadoras.

Já no ano de 1922, ocorrem as primeiras iniciativas das Servas de Maria Reparadoras. Envolvidas na missão de atender as meninas órfãs do município de Sena Madureira, no Alto Purus, as missionárias iniciam as atividades em um lugar improvisado, cedido para o desenvolvimento das atividades educacionais. O alto número de órfãs, que se dava por conta da alta mortalidade de mulheres, chamou a atenção das missionárias, que iniciaram ações que iriam de encontro a esse problema. A educação foi a estratégia primeira para esse enfrentamento. Faz-se necessário contextualizar que no período da chegada das Irmãs à Sena Madureira, essa região estava sofrendo os efeitos da crise da borracha que se estabeleceu a partir de 1914. A pobreza, a carência de serviços e recursos básicos era visível.

A presença de um grande número de crianças ou abandonadas na comunidade de Sena Madureira foi decisiva para a ação das Servas de Maria. Assim a primeira intervenção das religiosas se dirigiu ao cuidado dessas crianças, especialmente no que concernia a sua formação humana social. Para tanto criaram um internato para abrigar os órfãos e as crianças abandonadas e abriram suas portas para a educação de todas as crianças e jovens da comunidade. [...] Ao determinar as crianças como o público preferencial no atendimento educacional, estas (as Servas de Maria) conquistaram a confiança e a aproximação dos pais, já que também frequentavam essas aulas crianças que não se encontravam em situação de abandono, e da população. “A formação cultural” pretendida pelas Servas se efetivava, no plano educacional, através de aula de prendas para meninas, canto coral e teatro infanto-juvenil para ambos os sexos. (PERTIÑEZ E LOMBARDI, 2019, p. 132).

De acordo com Pertínez (2000), a necessidade do cuidado com as crianças foi um dos fatores que interpelaram a ação educativa das Irmãs. A primeira intenção foi a formação humana e social, com o objetivo de ensinar hábitos de higiene, modos de comportamento, as primeiras letras e, principalmente, o ensino da doutrina católica. Devido a rigidez na organização e ao trabalho realizado com o público infantil, as freiras ganharam o respeito da comunidade em geral, que passou a também enviar seus filhos à escola administrada pelas irmãs.

Essas primeiras ações das Irmãs se relacionam com o que Arendt (2013 p. 247) ressalta, “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele [...]. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo”. A autora vê na memória um dispositivo para a continuação da tradição e cultura. Assim, a relação da educação com a memória deve ser a maior estratégia no processo de humanização e formação para a cidadania.

Deve-se explicitar a sensibilidade social, ousadia e compromisso dessas mulheres em prol da educação do povo dessa região. Pois, no primeiro grupo de missionárias, não havia entre elas nenhuma com formação pedagógica. Eram enfermeiras que haviam atuado em hospitais na Primeira Guerra Mundial.

Nota-se isso em uma correspondência entre Frei Albarelli, superior provincial dos Servos de Maria e Madre Elisa Andreoli, superiora Geral das Servas de Maria Reparadoras: “P.S. – Não tem importância que as irmãs destinadas à escola não sejam diplomadas. Na América não se dá atenção a isso: basta que quem ensina saiba ensinar. Parece-me utilíssima a escola de trabalho.” (VIGGIANO, 1980, p. 185).

Nessa perspectiva, a atuação das missionárias na educação, constitui um importante vínculo com o mundo compartilhado no sentido do passado e presente. O primeiro plano educacional das Servas de Maria, que corresponde ao período de 1921-1936, pois neste último ano as irmãs retornam à Itália, foi denominado de “Formação Cultural”. Esta educação estava organizada em torno de atividades práticas artesanais, como aulas de prendas destinadas, por exemplo, à costura; bordado; pinturas... e o ensino das letras.

A formação cultural como proposta educacional facilitou a relação com as crianças, jovens e as famílias de Sena Madureira, o que abriu as portas para ação pastoral das religiosas. Essa formação cultural consistia em um conjunto de atividades, sendo essas: a escola de prendas, somente para as meninas, que compreendia 6 anos de instrução, aprendizado de práticas de atividades artísticas, da catequese e uma avaliação que se fazia ao final de cada

período, exaltando as alunas que se destacavam pela dedicação e a boa conduta. O canto coral, também somente para meninas, iniciou com um grupo de quinze, que em sua maioria frequentava a escola de prendas. Aprendiam o canto com a regência ministrado por uma irmã e se apresentavam nas festividades religiosas e seculares. O teatro infanto-juvenil, que era destinado a ambos os sexos, constituía-se com a finalidade educativa e beneficente, pois o grupo se apresentava como entretenimento que arrecadava recursos para apoio às atividades da escola.

Percebe-se que essa primeira fase do trabalho das Irmãs, se dava a partir de uma visão mais voltada para a assistência à comunidade. É importante ressaltar que se dedicavam, especialmente, aos adolescentes e jovens que moravam nas áreas urbanas. Nesse primeiro momento, as Irmãs não desenvolveram uma atuação junto às comunidades nos seringais e dos povos originários.

Uma forma de interpretar esse contexto é que, inicialmente, as missionárias se direcionavam pelas instruções da Prelazia local, que priorizava a presença do grupo na cidade, para o desenvolvimento de atividades doutrinárias, devocionais, sociais e de assistência. Importante ainda destacar, que os padres eram encarregados das visitas e atividades aos seringais e localidades habitadas pelos povos indígenas.

Com a consolidação desse trabalho as missionárias fundam em 07 de setembro de 1922, aproveitando a oportunidade do centenário da independência do Brasil, o Colégio Santa Juliana, em Sena Madureira. Esta instituição será o coração da missão e das atividades educacionais das Servas de Maria Reparadoras.

Às 10 horas procedeu-se a inauguração do Colégio Santa Juliana a cargo das Irmãs Servas de Maria, conseguida a colaboração de toda a cidade e, especialmente do Doutor João Virgulino de Alencar, que cederá o prédio, do grupo teatral Arthur Azevedo, que levantara fundos com suas representações, do Doutor Areal Souto e Victoriano Freire. (GAZETA DO PURUS, 1922, n. 114).

Inicialmente o Colégio Santa Juliana foi criado para crianças e jovens, subsidiado pela própria Prelazia de Sena Madureira; não havia recursos do governo local. Esse Colégio se sustentava com as mensalidades pagas pelas famílias. Assim, grande parte dos alunos era oriunda da classe média da época. Porém, as Irmãs introduziam nas salas de aula, alunos que vinham de famílias pobres, como forma de assisti-las. A figura 10 mostra os alunos, o Bispo Dom Próspero, Padre Miguel e Irmãs, nas instalações do Colégio Santa Juliana, no ano de 1925.

**Figura 10 – Alunos, o Bispo Dom Próspero, Padre Miguel e Irmãs nas instalações do Colégio Santa Juliana, no ano de 1925.**



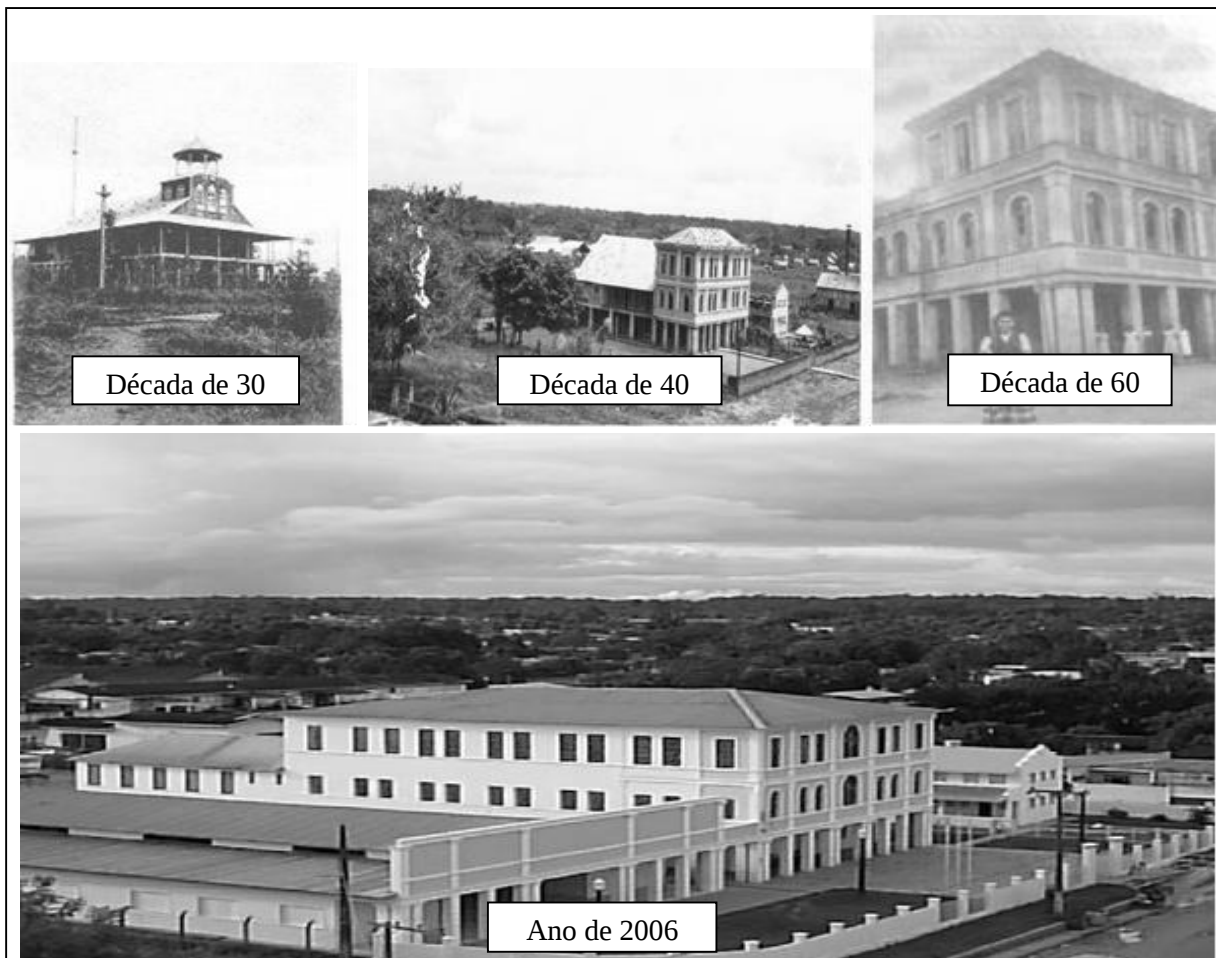
Fonte: Disponível no arquivo do memorial das Servas de Maria Reparadoras – Sede Provincial Rio Branco – Acre.

Com o desenvolvimento das atividades, o Colégio ganha notoriedade na região, como exemplo de administração, competência no ensino, e reconhecimento moral e cívico. Esta apreciação fará com que o Governador Cunha Vasconcelos se prontifique a destinar verbas públicas para o apoio e manutenção da instituição, na intenção de levar o modelo para a capital Rio Branco.

O incipiente orphanato, onde recebem sólida instrução moral e intelectual várias orphãs desprotegidas, parece-me digna de auxílio dos poderes públicos, devidos aos resultados já conseguidos, e que tive a ocasião de verificar pessoalmente, quando de minha visita de inspecção ao próspero município do Purus em setembro passado. Assim pensando, concedi ao Collegio Santa Juliana um auxílio da quantia de 1.500\$000, por conta da verba “Quotas Lotéricas.” Sei que é pensamento do Exmo. Sr. D. Próspero Bernardi fundar idêntico estabelecimento nesta capital, logo que a Prelazia possua os necessários recursos. É escusado encarecer o grande serviço que estão prestando a elevação moral dos costumes do povo acreano, os abnegados sacerdotes que servem sob a direção do Sr. D. Próspero. São todos elles de grandes virtudes, altamente conceituados no meio social acreano. (VASCONCELOS, 1923, p. 3).

O Colégio Santa Juliana será o lugar de onde as Irmãs planejam e elaboram as práticas educativas na Região. A partir dessa Instituição ganham um corpo e constroem um perfil do modelo educacional servitano. Neste sentido, o Colégio é um lugar de memória e se torna um monumento. De acordo com a perspectiva de Le Goff (2003, p. 55), “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”. A figura 11 mostra o Colégio Santa Juliana nas décadas de 30; 40 e 60; e mais recentemente, no ano de 2006.

**Figura 11 – O Colégio Santa Juliana.**



Fonte: Disponível no arquivo do memorial das Servas de Maria Reparadoras – Sede Provincial Rio Branco – Acre. Acesso em 15/jul/2023.

Desde esses primeiros momentos da missão desenvolvida pelas Irmãs Reparadoras no Território acreano, já se observa que o modelo institucional e educacional estabelecido pelas missionárias, chama a atenção das autoridades gestoras. A influência desse grupo na educação acreana se estabelece a partir de uma orientação inicial para uma educação inclusiva humanitária, baseada na cultura católica, que objetivava o ensino do comportamento moral e o desenvolvimento de habilidades para o trabalho. Ressalta-se também, que esse modelo estava contextualizado conforme os ideais republicanos.

Interiorizar nos indivíduos normas e padrões de conduta, polidez e docilidade de costumes. Logo, civilizar a juventude e a infância passa a ser sinônimo de interiorizar nelas as regras de conduta social, de inculcar valores voltados para o respeito ao outro, a si mesmas e à sociedade como um todo. Ser moderno passa a ser sinônimo de saber ler e escrever, dominar técnicas de trabalhos manuais que possam torná-lo um futuro trabalhador que colabora com o progresso da nação, um ser para a sociedade (BARBOSA SOBRINHO, 2010, p. 54).

Com a decisão do Governo, as Servas de Maria Reparadoras, por meio desse primeiro convênio se integram ao sistema formal de educação do Território do Acre, tornando-se um modelo educacional de referência na região, que atenderia prioritariamente excluídos, mas que recebia também filhos de políticos e seringalistas, que constituíam a classe média da época, evitando separação do convívio familiar. (KALUME, 1971).

Esse reconhecimento teve como resultado o aumento da demanda de alunos que se matriculavam para uma vaga no “Colégio das freiras”, como ficou conhecido o Colégio Santa Juliana. Essa procura se dava por conta da fama que corria pela região do Acre de que a educação ofertada nesse colégio era de excelência, ao nível das grandes cidades do país, ao ponto de alguns pais trazerem seus filhos que estudavam fora do Território.

O currículo que regia a organização do trabalho pedagógico era diversificado. Buscava atender uma formação integral do ser humano dando ênfase à dimensão humanística e cristã. Esse modelo curricular de ensino tinha traços e elementos da cultura europeia da época, que era voltada para a modernidade, conforme carta escrita à Madre Geral Elisa Andreoli: “no Colégio se ensina quanto se pode: ler, escrever, aritmética, geografia, geometria, piano, violino, bandolin e até datilografia. No campo dos trabalhos femininos: costura, bordado, desenho, pintura, etc; etc.”. (LEGA MARIANA RIPARATRICE, 1930, p. 14). Esse currículo era mais abrangente e mais bem conceituado do que aqueles ensinados nas demais escolas privadas e públicas. A partir dos resultados apresentados pelas Irmãs Servas de Maria Reparadoras, que compreendia uma nova percepção tanto da vida escolar como do próprio processo de ensino-aprendizagem, a proposta inicial desenvolvida pelo grupo de missionárias recebeu uma maior visibilidade.

Um segundo momento da missão desenvolvida pelas Servas de Maria Reparadoras no Acre, se dá a partir de 1927, com a construção de um novo prédio, de propriedade da Congregação, para a realização das atividades educacionais. Em 01 de maio de 1927 é colocada a pedra fundamental, benta por Monsenhor Bernardi. Os anos seguintes foram de intensas atividades. Além do trabalho pastoral dedicavam-se às atividades escolares, como por exemplo, reunião com os pais, formação de professores que tinham a finalidade de melhorar o ensino dos jovens e adolescentes que faziam parte da comunidade escolar que administravam.

Apesar do reconhecimento de boa parte da sociedade, as Irmãs Servas de Maria Reparadoras, a partir da década de 1930 vêm acentuados os desafios para manutenção das atividades do Colégio Santa Juliana. A primeira dificuldade veio a partir da necessidade de mais recursos para manter o grande número de alunos e o quadro de funcionários. O Governo de

Hugo Carneiro, alegando impossibilidade jurídica, em 1928, cancela o repasse pago pelos governos anteriores que visavam auxiliar na manutenção escolar e pagamento de professores, o que prejudicou sobremodo o funcionamento do Colégio das Irmãs. A partir de então as freiras enfrentam um grande desafio, pois havia muitas meninas órfãs internas que não se encontravam em condições financeiras para custear os trabalhos escolares. As necessidades eram tamanhas e as irmãs se viram obrigadas a trabalharem na roça para obterem recursos que pudessem dar condições de vida para si mesmas e às meninas assistidas.

O processo de constituição dos trabalhos das Servas de Maria em terras acreanas não foi laureado por êxitos desde seu início. Muito pelo contrário, exigiu sacrifícios e abnegação por parte das religiosas. Ao chegarem a Sena Madureira causaram enorme pena na cidade, de população pobre, embora todos procurassem ajudar com o que tinham. E para maior azar o Governo do Acre alegando falta de recursos, não cumpriu a promessa de subvenção. Elas não esmoreceram. Fizeram hortas. Plantaram roçados. Criaram galinhas. E não passaram fome. As mãos acostumadas a bordar e a tecer estavam calejadas pelo cabo da enxada. Mamãe deixou-me ir com elas para plantar um roçado de feijão, num sítio distante da cidade, cedido pelo dono. As Servas, para garantir seu sustento e os recursos para a manutenção dos trabalhos de assistência e de educação, caminhavam quilômetros para chegar até a terra que haviam ganhado e lá com a ajuda das meninas órfãs e outras pessoas que se solidarizavam com seus trabalhos. Preparavam a terra e plantavam o roçado com alguns produtos fundamentais ao consumo. (LOUREIRO, 1987, p. 79).

Informada sobre a situação da comunidade religiosa de Sena Madureira, diante da realidade conflitiva que impedia a continuação das atividades educacionais das Irmãs, a Madre superiora decide chamar as suas filhas de volta à Itália. De acordo com Pertiñez e Lombardi (2019) os motivos apresentados eram: a) o desentendimento com o intendente que descumpriu o acordo de convênio com o Colégio Santa Juliana, impossibilitando a manutenção do internato; b) a crise econômica que Sena Madureira vivenciava devido o baixo preço da borracha; e, c) o Bispo da Prelazia não as teria auxiliado como havia prometido. Esses fatores contribuíram para o retorno do grupo de missionárias à Itália e o fechamento do Colégio Santa Juliana.

As últimas Irmãs a deixarem Sena Madureira foram Irmã Teodolina e Irmã Escolástica no dia 27 de outubro de 1936, o que causou ao povo descontentamento, devida ao excelente trabalho educacional que as freiras vinham desenvolvendo, com ênfase na “Formação Cultural”, uma promoção de cultura e cidadania aos jovens. Além disso, a dimensão do trabalho social com as meninas órfãs internas do colégio. Esse trabalho era uma referência na região. (GINELLI, 2008, p. 30).

O Colégio Santa Juliana, com a saída das Irmãs não fechou, mas, diminuiu significativamente as suas atividades. As Irmãs deixaram uma jovem por nome de Juliana, que mais tarde vestiu o hábito da congregação, tornando-se religiosa, administrando e garantindo o

funcionamento da instituição, principalmente no que dizia respeito a questões burocráticas que deveriam ser resolvidas. (PERTIÑEZ E LOMBARDI, 2019, p. 301).

Desse modo, encerra-se o primeiro período da presença das Servas de Maria Reparadoras em Sena Madureira. Pode-se afirmar que durante os 15 anos de serviços prestados, principalmente na educação, esse grupo de missionárias estabeleceu um novo parâmetro educacional na região do Alto Purus, no Acre, que foi exemplo de modelo inclusive para a rede pública.

A maneira de administrar implantada no Colégio Santa Juliana, que consistia em um processo de planejamento institucional, caracterizado pela hierarquia, disciplina e profissionalismo, se tornou referência para as demais instituições escolares. As Servas de Maria Reparadoras eram admiradas pelo compromisso na gestão dos recursos, inclusive na administração de recursos públicos oferecidos pelo governo da época, em reconhecimento aos resultados que apresentavam.

Outro importante aspecto a se considerar da primeira fase do trabalho das Irmãs é a organização de uma proposta educacional pedagógica de acordo com a realidade em que viviam. A “Formação Cultural” envolvia o ensino de saberes profissionalizantes, como um modo de integrar o aluno à sociedade. Sincronicamente, seguiam o currículo escolar, ensinando história, geografia, artes, português, matemática, etc. A capacidade gestora e a sensibilidade dessas mulheres na arte de educar lhes renderam inúmeros reconhecimentos e elogios por parte das autoridades. Já tinham uma visibilidade e o aval da população. Sua memória era viva no meio do povo, por meio de suas escolas.

Com enfoque na categoria crítica de interpretação, percebe-se que o propósito missionário da família servitana não fica imune a uma reflexão para além da caridade. Uma questão a ser observada na primeira fase da atuação dos religiosos e religiosas Servas de Maria, foi o etnocentrismo, pelo qual muitas vezes os missionários buscaram inferir práticas de sua origem cultural, o que fica demonstrado na carta de Fre. Albarelli: “[...] Ma se metta bene in mente chelo spirito religioso viene da Roma, dall’Italia, e non da Rio de Janeiro.”<sup>10</sup> (AGOSM, 1919 – 1925).

As Irmãs Servas de Maria Reparadoras, às vezes sucumbiram a essa tentação, não considerando o costume, tradição e cultura locais. Em uma carta endereçada à Madre Geral,

---

<sup>10</sup>Tradução própria. “Mas se coloque bem claro na mente que o espírito religioso vem de Roma, da Itália, e não do Rio de Janeiro”

Elisa Andreoli, Dom Próspero convida a refletir sobre a realidade da região. Percebe-se aqui uma forte tentação de querer realizar uma analogia exaltando a cultura italiana em detrimento da cultura local.

[...] há necessidade de termos sempre presente que em toda nação, o povo tem uma índole particular que se reflete particularmente nos meninos: pretender encontrar aqui a condescendência que se encontra aí nos pais a respeito da educação de seus filhos é impossível; por outro lado, o elemento que carece de educação é este e se torna necessário que nos resignemos a fazer o pão com a farinha que temos e não com aquela que desejaríamos ter para um pão bem melhor. (VIGGIANO, 1980, p. 230).

Ainda, outra lacuna que se destaca, apesar de que se encontrava muitos obstáculos estruturais e de ordem burocrática, é a ausência de atividades voltadas para as colocações (onde se localizavam os seringueiros e suas famílias), bem como aos povos indígenas. Comunidades vulneráveis, que passavam circunstâncias bem mais adversas do que os residentes na cidade. Outro ponto, é que grande parte dos alunos atendidos pelo trabalho educacional eram filhos de seringalistas, a classe média, que dispunham de recursos para as despesas escolares.

Apesar disso, a atuação do grupo de missionárias nesse período foi de extrema importância e credibilidade, trazendo novas perspectivas práticas para a educação na Região.

### **3.2.1. O retorno das Irmãs ao Alto Purus, Sena Madureira**

A saída das Irmãs Servas de Maria Reparadoras da cidade de Sena Madureira, em 1936, deixou para trás todo um trabalho de 15 anos pela educação na região do Purus, que resultou na fundação do Colégio Santa Juliana, o qual se tornou referência para todo o Território. A administração do Colégio ficou a cargo de uma moça instruída no próprio Colégio, que tinha a confiança das freiras. A retirada das Irmãs se deu, conforme já se tratou anteriormente, pela existência de vários incidentes com a Administração da Prefeitura, a crise econômica que afetava o município e a carência de assistência por parte da Prelazia do Acre e das autoridades locais. Em 1941, após inúmeras comunicações entre Monsenhor Júlio Mattioli (o segundo Bispo da Prelazia do Acre) e a Madre Superiora da Congregação das Servas de Maria Reparadoras (na Itália), a petição pelo retorno das Irmãs foi acolhida. No dia 23 de maio de 1941 chegaram à Sena Madureira as Irmãs Ester Bressan e Adelaide Giardi, acompanhadas pela Madre Constantina, superiora de Xapuri. Foram recebidas com honras pelas autoridades e por toda a comunidade.

O retorno das Servas marca uma nova etapa no trabalho educacional. O Colégio Santa Juliana passa a ser a instituição sede de toda a ação educativa. As missionárias reiniciam as atividades do Colégio, reorganizando as modalidades de ensino e fundam, em 1946, o Curso Normal Regional São Luiz Gonzaga, com a finalidade de formar professores, que se constituía um dos maiores desafios da educação nessa época. Este novo Curso corresponde à segunda iniciativa de uma educação para formação de docentes que funcionava no interior do Território. Também é importante ressaltar que o modelo que se estabelece em Sena Madureira segue os padrões do Curso de Xapuri. (PERTIÑEZ E LOMBARDI, 2019).

**Figura 12 – Solenidade de formatura da primeira turma de professoras da Escola Normal Regional do Colégio Santa Juliana (1950).**



Fonte: Pertiñez e Lombardi (2019, p. 305).

Nota: Ao centro, o Governador do Território do Acre Ten. Cel. José Guiomard dos Santos, que foi o paraninfo nessa solenidade, juntamente com o Bispo do Prelado, Dom Júlio Mattioli.

Tal importância era dada ao trabalho realizado pelas Irmãs que o Jornal “O Acre”, de 01 de janeiro de 1957, destaca: “De 1949 até 1956, o Colégio Santa Juliana formou 62 professores rurais, sendo que desse total, 15 correspondem à turma do ano passado, aliás a maior, contribuindo assim, com elementos que tanto carecem o ensino no município”. Assim como ocorria em Xapuri, as Irmãs estabeleceram uma cultura de celebração, que mobilizava autoridades e toda a população, em tempos de formaturas e encerramentos de anos letivos. O que ainda permanece até os dias atuais.

E no dia 04 de dezembro de 1952 colação de grau da turma da Escola Normal Regional S. Luiz, sendo paraninfo Dom Júlio Mattioli, que apresentou as diplomandas com o quadro de formatura no valor de Cr\$ 3.000,00. Na oração desenvolveu o tema de Dan.

12, 3, e as diplomadas foram Lucimar de Oliveira Lopes, Iraci Castro, Ilka Cavalcanti, Elza Siqueira, Francisca Maurício, Irmã Gabriela Soares. (I LIVRO DE TOMBO DA PRELAZIA, 1952, p. 81v).

O retorno das Irmãs evidencia um novo projeto educacional e novas diretrizes. Observa-se que elas retornam com mais preparação teórica sobre as necessidades da região e elaboram um plano educacional mais amplo e abrangente, no sentido de expansão do atendimento à população. Assim, elas formaram uma rede escolar que contemplou toda a região do Alto Purus e Alto Acre. A década de 50 foi conhecida pelas grandes realizações do trabalho das Irmãs na capital Rio Branco, assunto do qual tratar-se-á mais adiante.

O trabalho de formação de professores desenvolvido pelas Irmãs dialoga com as necessidades do próprio sistema educacional acreano em sua constituição. A categoria dialógica nos permite interpretar que a ação das freiras, no contexto social que vivenciavam, buscava criar condições mínimas para a formação de docentes, ensejando atender às demandas formativas do(a)s aluno(a)s, um ponto de vulnerabilidade na educação acreana.

### **3.3. A proposta educacional em Xapuri, no Alto Acre**

Nesta seção aborda-se sobre a criação do Colégio Divina Providência, no município de Xapuri, na região do Alto Acre. Esta instituição também é fruto do trabalho das Servas de Maria Reparadoras pela educação no Acre. É importante lembrar que as primeiras irmãs dessa missão, como já dito, se estabeleceram no Alto Purus, no município de Sena Madureira.

Em 1921 chega ao município de Xapuri um segundo grupo de missionários católicos, entre eles Frei Felipe Gallerani, que será o Pároco da região de Xapuri. Desde o primeiro momento, este Frei tem a atenção voltada para a necessidade de formação da juventude, e inicia no ano de 1925, a mobilização com a comunidade e o auxílio da Ordem dos Servos de Maria para a abertura de um colégio feminino. A figura feminina era vista como objeto de multiplicação do saber civilizatório, por isso, a educação católica dava ênfase à preparação das jovens moças para o matrimônio e à maternidade. Frei Felipe Gallerani forma um comitê central com a finalidade de arrecadar recursos para a fundação do colégio. Em 11 de janeiro de 1927, o comitê central faz a entrega ao Pároco do prédio conhecido como “Casarão”, para servir de escola. (BOFF, 1997).

O “Colégio Divina Providência” teve seu projeto de implantação na Cidade de Xapuri com a chegada do Padre Felipe Gallerani (Vigário). O objetivo do Padre era de pregar o Evangelho, mas percebendo que não existia uma instituição de ensino responsável

pela escolarização dos jovens e movido pelo anseio de implantar um instituto educacional que pudesse escolarizar e, ao mesmo tempo, propagar o conhecimento e o ensino religioso já que na sua concepção seria dirigido por freiras e administrado por ele. (CARVALHO E BATISTA, 2018, p. 3).

Nessa época, a cidade de Xapuri era afetada pela crise da borracha. Havia muitos negócios falidos, prédios inutilizados, e a pobreza se alastrava pela cidade e nas populações rurais. Os serviços públicos básicos de saúde e educação eram praticamente inexistentes. Não havia profissionais especializados que colocassem esses serviços em movimento, como acontecera no auge da exploração da borracha. Segundo Kalume (1971, p. 32), “Em Xapuri [...] predominava toda sorte de pobreza. Nessa época a crise econômica existente desanimava até os mais fortes. Seria capaz de amedrontar a David! Não circulava dinheiro. O produto base (borracha) estava depreciado diante da concorrência internacional”.

Em 30 de dezembro de 1927, atendendo ao convite de Frei Felipe, chegaram a Xapuri as irmãs Mercedes e Ester, ambas da Congregação Servas de Maria Reparadoras, com a missão de fundarem o Colégio Divina Providência. Deu-se esse nome porque Frei Felipe dizia que diante de tantas necessidades, o Colégio teria sido uma providência divina.

Já em 1º de março de 1928 se iniciaram as atividades educacionais no novo Colégio Divina Providência, onde se ofertava o Curso Primário e Prendas, destinados especialmente para a educação dos jovens, e funcionava em regime de internato, o que logo depois se tornou regime interno e semi-interno. No tocante ao modelo institucional, era muito semelhante ao que já se desenvolvia na cidade de Sena Madureira, no Colégio Santa Juliana. Inspirado no modelo educacional europeu, logo então ganhou status de uma escola graduada, confessional. A demanda por vagas superava a capacidade física. Sobre as escolas graduadas, Souza (2008) descreve:

O modelo de escola graduada, amplamente em voga nos países europeus e nos Estados Unidos desde meados do século XIX, compreendia um tipo de organização didático-pedagógica e administrativa de escola mais complexo econômico e racional, adequado à expansão do ensino primário nos núcleos urbanos. Ele pressupunha um edifício com várias salas de aula e vários professores, uma classificação mais homogênea dos grupos de alunos por níveis de adiantamento, a divisão do trabalho docente, atribuindo a cada professor uma classe de alunos e adotando a correspondência entre classe, série e sala de aula. (SOUZA, 2008, p. 41).

As próprias irmãs missionárias atuavam como professoras, e contavam com a colaboração de algumas outras mulheres consideradas de boa índole, religiosas e que se apresentavam hábeis no ensino da arte e das letras. Kalume (1971, p. 31) afirma que “as jovens irmãs missionárias, por sua vez, eram enérgicas, mas sabiam dosar com sua maneira bondosa e

sem afetação”. As Irmãs sempre dedicadas à arte do ensino desempenhavam seu trabalho com maestria, mantinham o equilíbrio entre as aulas de cunho religioso e o ensino secular. A figura 13 mostra uma das primeiras turmas do Colégio Divina Providência, em Xapuri.

**Figura 13 – Primeiras Turmas do Colégio Divina Providência.**



Fonte: Disponível no arquivo do memorial das Servas de Maria Reparadoras – Sede Provincial Rio Branco – Acre.

O currículo escolar destacava o ensino de português, aritmética, história, catecismo, geografia e das artes artesanais. O processo de avaliação ocorria durante todo o ano, porém, o exame final era realizado mediante uma banca examinadora, e se constituía em momento de muita relevância para o estudante, familiares e movimentava toda a cidade. Geralmente a banca avaliadora era constituída por pessoas estudadas bem como autoridades locais, conforme ficou registrado em uma “Crônica da Comunidade<sup>11</sup>”.

Hoje realizaram-se os exames de estudo do anno letivo com bastante resultado, sendo examinadores: o Ex.mo. Promotor Público, Dr. Francisco de Paula Oiticica e a Sr.ta Nancy Brasil, professora do Grupo Escolar /.../. Foram feitos também os exames de aulas de prendas, sendo examinadoras: Dna. Luiza Peixoto, professora de prendas do Grupo Escolar e Dna. Maria Rodrigues Bastos. (CRÔNICA, 1932, f. 12).

O encerramento do ano letivo era um dos momentos mais importantes da cidade, que se estendia a toda a sociedade local. As Irmãs prestavam contas do trabalho da escola, os alunos

---

<sup>11</sup> Relato periódico escrito por um membro da comunidade religiosa dos eventos mais significativos que aconteceram na comunidade em determinado período.

apresentavam obras artísticas e teatrais, e toda a comunidade participava como um momento solene.

Em uma reunião com comerciante, autoridades e outras pessoas influentes que ocorrera em 1937, foi cogitada a possibilidade de transformar as dependências do internato em jardim de infância, o que ocorreu em 07 de fevereiro de 1943. Este episódio é descrito em uma das crônicas da comunidade que narra assim: “[...]estabeleceu-se uma escola maternal para as crianças de 3 a 6 anos e um curso preparatório para as moças e rapazes que acabam o curso primário”. (CRÔNICA, 193?, f. 31). Vê-se, com isso, que as Irmãs se preocupam em orientar educacionalmente todas as faixas de idade, colaborando com a educação das famílias e da sociedade em geral.

Durante a segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Ditadura do Governo Vargas (1937-1945), o Brasil se posicionou ao lado dos Aliados, e contra as potências do Eixo: Alemanha, Japão e Itália. O Governo de Vargas baixou um decreto que determinava que os estrangeiros não poderiam assumir funções na Administração Pública.

Chega improvisamente de Rio Branco, por parte do prefeito desta cidade de Xapuri, Sr. Raimundo Santana, a ordem de fechar o Colégio. Sou convidado na prefeitura, juntamente a irmã Revma. Madre Petronilla Trinca, para ouvir o telegrama que vem lido pelo secretário da Prefeitura. A Causa dessa grave medida contra o nosso colégio, frutos de tantos esforços das irmãs e dos Padres, está no fato de ser fundado e dirigido por subordinados italianos (coisa incompatível com o presente estado de beligerância entre o Brasil e a nossa pátria, a Itália). No mesmo dia comunico com telegrama urgente a triste notícia ao nosso Superior Eclesiástico, Mons. Julio Mattioli, Prelado do Acre, pedindo instruções. (LIVRO TOMBO, 1942, p. 86).

Nessa época a Diretora do Colégio Divina Providência era a Revma. Madre Petronilla Trinca, que foi informada pelo representante da Prefeitura de que não poderia continuar na direção da escola, a qual deveria a partir daquele momento, passar a administração para uma pessoa brasileira, caso contrário que fechasse o Colégio Divina Providência imediatamente. A situação é resolvida após longa negociação, com a nomeação gratuitamente da Sra. Da. Maria de Lurdes Brito como a nova diretora da instituição. Padre Marchioni escreve no Livro Tombo da Paróquia de Xapuri:

Validamente apoiada pelos amigos, que graças a Deus posso contar em Xapuri, me interesse intensamente para solucionar o caso. São enviados telegramas ao Sr. Governador Cap. Oscar Passos, ao chefe do gabinete de Rio Branco, outro ao advogado Castello Branco no Rio de Janeiro para consulta a respeito do que acontecera-nos. Depois de vários dias de luta, finalmente uma resposta do Sr. Governador de Rio Branco: Colégio Divina Providência poderá funcionar tendo estatuto e diretoria em dois terços brasileiros. Graças a Deus, a dificuldade maior parece superada. Vem logo elaborado o estatuto e são escolhidas algumas pessoas, as

mais dignas que encontro, no âmbito das minhas relações pessoais, nomeada a nova diretora na pessoa da professora Maria de Lourdes Brito, tornando assim a funcionar o colégio Divina Providência, depois de seis dias de suspensão, com vivíssima satisfação de toda a população da cidade de Xapuri. (LIVRO DO TOMBO, 1942, p. 87).

### 3.3.1 O Curso Normal Rural de Xapuri

Umas das dificuldades da educação acreana era a formação de professores. Ressalta-se aqui, como já citado, que a Escola Normal, iniciara em Rio Branco em 1934, juntamente com o Ginásio acreano. Essa modalidade escolar ainda carecia de estruturação curricular, pois, o primeiro ano do ensino secundário era comum para o Ginásio e Escola Normal. Não se encontram registros de Escola Normal nas cidades do interior nesse período.

Em 1944, as Irmãs Servas de Maria Reparadoras decidem fundar o Curso Normal Rural, que posteriormente chamar-se-á Regional. Esta é a primeira Escola Normal do interior. As Irmãs assumem um pioneirismo na formação de professores para o trabalho docente na zona rural. O Curso foi criado com o objetivo de formar jovens (moças e rapazes) para atuarem como professores, dada a necessidade de profissionais para ensinarem nas escolas da região, em especial, na zona rural, o que também motivou as freiras a formularem proposta pedagógica que confluísse com uma política educacional para o setor não urbano.

**Figura 14 – Primeiras Turmas do Curso Normal Rural de Xapuri.**



Fonte: Disponível no arquivo do memorial das Servas de Maria Reparadoras – Sede Provincial Rio Branco – Acre.

De acordo com Ginelli (2008), no ano de 1947, ocorrem mudanças importantes no funcionamento da Escola Normal Rural. A primeira foi no nome que passou a se chamar Curso Normal Regional, na mesma data, 14 de maio, em que foi inaugurada a sala em homenagem à Irmã Gabriela Nardi, grande educadora de Xapuri, que esteve à frente do Colégio por muitos anos, e que foi vitimada pela malária. De acordo com Carvalho e Batista (2018), foram acrescentados alguns cursos aos que já estavam sendo ministrados no, então, Curso Normal Regional.

Depois de três anos de funcionamento do Curso Normal Rural os administradores do ensino perceberam a necessidade de reformular o curso, oportunidade na qual foram feitas algumas alterações no currículo, além da mudança na nomenclatura do curso que passou a ser chamado “Curso Normal Regional”. O Curso Normal Regional teve início no dia 14 de maio de 1947, essa data também foi marcada pela inauguração da sala de leitura que recebeu o nome de Sala Irmã Gabriela em homenagem a Irmã Gabriela Nardi. Além do Curso Normal Regional foram acrescentadas aulas de datilografia, prendas, corte e costura e canto orfeônico. (CARVALHO E BATISTA, 2018, p. 4).

Outra observação importante se refere ao corpo docente. As religiosas mobilizaram e sensibilizaram as autoridades e outras pessoas que apresentavam alguma formação intelectual a constituírem o corpo docente. Cita-se o Livro de Crônica do Colégio Divina Providência, referindo-se à composição do quadro de professores:

Reabriram-se as aulas do Curso Normal Regional. O corpo docente foi composto do Dr. Atel Matos (médico), Dr. Gondim (juiz de direito), Dr. Eugênio Raulino (promotor público), Dr. Alberto Zaire (tenente e advogado), Sr. Egídio Eustáquio de Oliveira (fiscal de selos e consumo), professora Elais Meira (normalista e fiscal de ensino), Sra.ta. Rosa Adad, irmã Petronilla, Pe. Felipe Gallerani, irmã Preciliana Belon e irmã Hidelbranda da Pra. (CRÔNICA DO INSTITUTO DIVINA PROVIDÊNCIA, 194?, p. 53),

Em 15 de agosto de 1952, é lançada a pedra fundamental da nova construção do prédio do Colégio Divina Providência. O velho Casarão, apesar das reformas realizadas ao longo do tempo, já não oferecia mais as condições necessárias ao exercício das atividades escolares. A nova estrutura foi um grande esforço realizado pelo Padre Felipe Gallerani, que se empenhou na arrecadação de recursos para a nova construção. Foi inaugurado em 02 de março de 1959, no mesmo terreno do prédio anterior. Nos dias atuais, após mais de 90 anos da sua fundação, a estrutura do Colégio Divina Providência continua sendo uma forte referência para a educação na Cidade de Xapuri, sendo que, atualmente, está sob a gestão estadual.

Assim como ocorreu no município de Sena Madureira, o trabalho das Irmãs Servas de Maria influenciou de forma direta a educação na região do Alto Acre, no município de Xapuri.

A forma de administrar a escola, os conceitos de práticas pedagógicas, a formação para a vida em sociedade e assistência aos mais pobres, marcaram a atuação dessas Irmãs no contexto xapuriense. Além disso, a visão educacional inovadora das Irmãs motivou a instituição da primeira Escola Normal no interior do Acre, o que proporcionou a formação dos primeiros docentes nativos da região. Vale lembrar que esses docentes ao longo do tempo reproduziram a cultura educacional que receberam por meio do ensino das Irmãs Servas de Maria Reparadoras.

A importância das Irmãs no contexto educacional do Alto Acre pode ser vista nas homenagens que se faz por meio da nomeação de instituições escolares que recebem o nome das freiras, como por exemplo: a Escola Gabriela Nardi, localizada no bairro da Sibéria, na margem esquerda do Rio Acre, em Xapuri. Essas instituições, conforme descreve Le Goff (2008), são monumentos e, portanto, lugares de memória.

### **3.4. A expansão da rede educacional para Rio Branco**

Os resultados do modelo educacional desenvolvido pelas Irmãs Servas de Maria Reparadoras nos municípios de Sena Madureira (Alto Purus) e Xapuri (Alto Acre) se tornaram uma grande referência para a educação como um todo, no Território do Acre. Durante todo o período que estiveram em missão no Acre, também mantiveram relações de assistência na capital Rio Branco. Em 1954, inicia a construção do primeiro colégio das Irmãs, com a ajuda do Pe. Peregrino Carneiro Lima. Em 1956, essa escola foi inaugurada, recebendo o nome de “Colégio Imaculada Conceição”.

Desde 1925, as Servas já têm presença em Rio Branco. O Colégio Nossa Senhora da Conceição, uma escola de prendas<sup>12</sup>, era subvencionado pelo Governo, atendia meninas e era administrado pelas missionárias, na pessoa da Irmã Margarida Donetto. Nota-se que as religiosas gozavam de grande prestígio na administração dos recursos que cuidavam.

Em 1931, a municipalidade destinava um auxílio ao Colégio regido pelas irmãs Servas de Maria da capital como a obrigação do ensino de prendas. Tendo aceitado a referida subvenção o Colégio obrigava-se, conseqüentemente, a cumprir os dispositivos do regulamento da instrução pública no que lhe for aplicável, anexando ao ofício remetido à Diretoria, os atestados de inspeção e saúde. (ACRE, 1931, p. 3).

---

<sup>12</sup>De acordo com Ginelli (2008), essas escolas já existiam em tempo anterior a chegada das Irmãs. Eram destinadas às moças, com a finalidade de ensinar o público feminino os “bons costumes e valores” que deveriam ser reproduzidos para as gerações. Nota-se que o feminino é visto como um instrumento civilizatório.

Não se dispõe de mais informações sobre esta escola, haja vista que não constam documentos de registro dessa instituição nos anais escolares oficiais.

Além disso, também se tem registro do trabalho de assistência, realizado periodicamente pelas Irmãs, às crianças atendidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) que se localizava na cidade de Rio Branco. É a partir dessas primeiras atividades, que a Congregação das Servas de Maria Reparadoras, amadurecem a ideia de fundarem, na capital, instituições mais estáveis e organizadas para desenvolverem atividades educacionais em favor da população rio-branquense, principalmente às crianças e os jovens.

Com a fundação do Colégio Imaculada Conceição, em 15 de agosto de 1956, que iniciam as atividades sob a direção da irmã Petronilla Trinca, e outras três irmãs: Eleonora Pagani, Anacleta dos Santos e Bertila Lopes. O colégio estava localizado à rua 16 de outubro, 129 – Bairro Quinze – no 2º Distrito da cidade de Rio Branco, com a finalidade de proporcionar formação espiritual, intelectual, moral e social à infância e juventude da comunidade. (GINELLI, 2008).

O Colégio Imaculada Conceição, em Rio Branco, se constituiu a terceira grande obra que resultou do trabalho missionário das Servas de Maria Reparadoras, após mais de 30 anos, desde a chegada dessas missionárias ao Território do Acre. É importante ressaltar que essa escola inicialmente ofertava a educação primária, para ambos os sexos, sendo que em 1961, passou a oferecer o jardim da infância, ano em que as matrículas chegaram a 204 alunos matriculados. Esses alunos, na maior parte, eram de famílias que pagavam uma mensalidade simbólica e outros que recebiam bolsas custeadas pela arrecadação da própria Congregação. Vale ressaltar, que o Colégio atendia em região periférica da cidade. É o que se observa nas palavras da Madre Geral anotadas no Livro de Ata do Instituto São José:

O Colégio (Imaculada) é de propriedade da Congregação e vive somente com as mensalidades dos alunos, com as quais deve pagar também os professores: Assim as receitas são insuficientes para o necessário e tem, por isso, necessidade de ser ajudado pela Caixa regional (da Congregação), tanto para a construção como para o sustentamento”. (LIVRO DAS ATAS DO INSTITUTO SÃO JOSÉ, 1965, p. 21).

Atualmente o Colégio Imaculada Conceição continua em funcionamento no mesmo endereço, sob a direção das Irmãs, sendo uma escola da rede privada, de ensino católico, com a identidade confessional, ofertando a educação básica para ambos os sexos. Tem no seu histórico de formação ilustres figuras que se tornaram autoridades acreanas, além de profissionais da educação e de outros setores.

A última grande instituição criada pelas Irmãs, no Acre foi o Colégio São José, que nasceu da necessidade de uma casa de passagem para assistir religiosas em missão, e instituição do noviciado da Congregação. De acordo com Ginelli (2008), esse Colégio teve seu embrião a partir de 1953, ano em que as Irmãs adquirem uma pequena casa de madeira, localizada na Avenida Brasil, n. 18, no Centro da cidade de Rio Branco, e começam o noviciado. Neste mesmo ano, iniciam um curso de corte e costura para as moças, uma turma correspondente a 65 alunas.

Posteriormente, em 1958 as Irmãs fundam o Colégio São José. O trabalho das Servas avança para o ensino do jardim da infância e o primeiro ano primário. A cada ano, as missionárias iniciam uma nova série, aumentando a oferta de cursos e atraindo um número maior de alunos. Em 12 de fevereiro de 1962, foi fundado o Ginásio São José, e em junho do mesmo ano, a Ata de visita da Madre Geral contabilizava 610 alunos atendidos.

Em junho de 1962, a ata de visita da Madre-Geral já contava 610 alunos, divididos nos seguintes cursos: Cursos Primário, 432 alunos; Jardim de Infância, 97 alunos; 1º Ginásio, 27; Corte e Costura, 22; Bordado, 32. A comunidade das irmãs era composta de 9 membros dedicados ao ensino, à administração e aos serviços gerais do Instituto. (GINELLI, 2008, p. 57)

**Figura 15 – Colégio São José, em Rio Branco.**



Fonte: Disponível no arquivo do memorial das Servas de Maria Reparadoras – Sede Provincial Rio Branco – Acre.

Assim como nas demais escolas fundadas pelas Servas de Maria Reparadoras, no Colégio São José se sobressai a dedicação e o compromisso das religiosas. Nesta escola, merece destaque a entrega à educação da Madre Hidelbranda Prá que por muitos anos esteve na direção desta Instituição de ensino. Vale citar as palavras de sua co-irmã Giovanna Ginelli ao se remontar à pessoa desta Reverenda Madre: “Mulher enérgica sabia unir o carinho à severidade. A confiança ao respeito, o amor à disciplina. Ao asseio impecável do estabelecimento não

faltava a alegria juvenil. Já quase septuagenária, Madre Hidelbranda ainda se associava aos seus alunos no entusiasmo das competições”. (GINELLI, 2008, p. 57).

Tal a importância desta Irmã, que a sociedade a homenageou batizando, com o seu nome, uma instituição escolar, que até os dias atuais se encontra em funcionamento na cidade de Rio Branco. Lembra-se, que a ereção de uma instituição em homenagem à religiosa Serva de Maria Reparadoras, se constitui como um lugar de memória, um testemunho, e ao mesmo tempo uma narrativa que contribui para a formação da identidade do educador acreano. Como afirma Bosi (1994, p. 55), “[...]lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens, ideias de hoje, as experiências do passado”.

A obra das Servas na cidade de Rio Branco foi marcada, assim como nos demais municípios, pela criação de espaços educacionais mais adequados ao ensino, o cuidado e o zelo administrativo, a instalação de cursos diversos, por um currículo voltado ao ensino religioso, moral e profissionalizante. Influenciaram de forma objetiva a educação rio-branquense, por meio das construções, a formação e a cultura educacional. Estabeleceram-se com muita credibilidade, pois apresentavam resultados bem expressivos, tanto na quantidade de alunos que eram formados, quanto no desempenho desses estudantes nas avaliações. As escolas instaladas a partir dos trabalhos realizados pelas Irmãs, até os dias atuais, continuam sendo referências no sistema de educação formal acreano.

### **3.5. A influência das Servas de Maria Reparadoras na educação formal no Acre**

A memória, segundo Le Goff (2003), se estabelece a partir de um processo social de construção coletiva e preservação das experiências vividas. A memória histórica é um vetor constituinte da identidade de um povo. Pois, a dimensão narrativa necessária à memória, torna-se um filo de construção discursiva das suas raízes culturais.

Assim, a hipótese que norteia esta pesquisa se confirma, na medida em que se configura a influência direta das Servas de Maria Reparadoras nas múltiplas dimensões do sistema educacional formal acreano. Essas irmãs, de cultura europeia, fidedignas à missão do carisma religioso, se dispõem a deixar o conforto de seus aposentos familiares da fé, na Itália, para cumprirem o chamamento de sua Madre, que atendia ao pedido do Prelado brasileiro da Amazônia que via as mazelas em que se encontrava a população do Acre no período de 1920.

A resposta ao objetivo deste trabalho se dá a partir da chegada das missionárias ao Acre, que vieram prestar assistência humanitária, em primeiro plano aos mais necessitados, e recorrem ao caminho da educação.

As primeiras influências se dão nas iniciativas que focaram no cuidado e ensino das crianças órfãs e abandonadas, que estavam em grande número, e sem a tutela adequada. Sem muitos recursos, criaram mecanismos alternativos, desenvolvendo uma pedagogia prática, tendo como referência a cultura na qual se inseriam. Viam nas necessidades básicas do povo, como a higiene e a cidadania, a inspiração para seus métodos de instrução. Traziam a herança cultural da educação europeia, e estabeleciam-se como referência de zelo e cuidado com a formação do povo.

Outra influência das Servas está no reconhecimento público do seu trabalho, inclusive das famílias com melhores condições financeiras, que buscavam uma melhor educação para os seus filhos. Isso colaborou para a construção de estruturas físicas adequadas para o ensino, que passaram a atender um grande número de crianças e jovens no interior do Território acreano. Essa arquitetura escolar demonstrava cuidado e zelo por meio de ambientes higiênicos e seguros, o que não se observava nas escolas até então construídas. Essas estruturas estão, nos dias de hoje, em pleno funcionamento, compondo o sistema de educação formal do Acre.

Outro importante aspecto de influência das Irmãs educadoras foi a criação de uma nova perspectiva da cultura educacional, que até a chegada das missionárias se dava apenas pelo caráter curricular tradicional. Elas formulam uma proposta pedagógica que se baseava no ensino religioso, humanismo cristão, centralidade na dignidade humana, enfocando a moral, higiene e a dimensão profissionalizante. A partir dessa nova cultura, a sociedade passa e se envolver com as atividades escolares, constituído uma aliança família-escola-Estado.

O currículo escolar acreano herdou muito do trabalho das Irmãs, que elaboraram um currículo o qual se destinava a uma formação integral da pessoa humana, partindo das disciplinas científicas (história, geografia, português, matemática, etc.), passando pelas artes (música, teatro, desenho, artesanatos, bordados, etc.) entrando nas atividades técnicas (como por exemplo, a datilografia e a marcenaria), até o preparo para o exercício da docência. Esse modelo de organização do trabalho pedagógico se multiplicou em todo o Território.

Outra influência é, justamente, a forma de organização das escolas fundadas pelas Servas, que se constituíram como um marco referencial para a administração escolar no Acre. Esta constatação resulta dos elogios e reconhecimentos públicos exarados pelas autoridades, bem como os jornais da época. Enfatizavam a boa aplicação dos recursos, a transparência nos gastos, o zelo com as ambiências escolares, a prestação de contas à comunidade, e disciplina na conduta do corpo técnico administrativo. Investiam na formação de seus quadros e valorizavam o bom desempenho profissional. Essas práticas se institucionalizaram na educação do Acre, por meio de normas públicas e de práticas observadas nas escolas.

Foram pioneiras na formação dos professores para a atuação da docência na zona rural, especialmente nas regiões do interior do atual Estado do Acre. As Escolas Normais, criadas pelas Irmãs nos municípios de Xapuri (Alto Acre) e Sena Madureira (Alto Purus) trouxeram uma nova perspectiva para essas regiões isoladas. A formação de professores autóctones proporcionou que a educação de tantas famílias se concretizasse. Essa ação teve tamanha repercussão, ao ponto de se propagar para a capital, Rio Branco, onde também se tornaram referências até os dias atuais. Viam a docência como uma profissão essencial para desenvolvimento da sociedade. Por isso, o professor deveria ter como distintivo as condições necessárias para uma vida dedicada ao estudo.

A principal influência dessas religiosas na educação acreana está no exemplo de dedicação e compromisso com a dignidade humana. Fazem de sua ação educadora uma defesa da vida e uma luta pela emancipação da pessoa humana. A educação, que não era vista pela família como algo essencial para a vida, entra na memória coletiva acreana, a partir delas, como um caminho seguro para a construção de uma vida melhor, conforme diz o ditado popular: “Estuda pra ser alguém na vida”. Essas Servas de Maria Reparadoras deixaram o legado das boas práticas escolares para a educação formal no Acre.

## Considerações finais

Esta pesquisa fundamenta uma tese de doutoramento, que se desenvolve por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, na Linha de pesquisa História e Políticas de Educação, em parceria com a Faculdade Diocesana São José - Diocese de Rio Branco. Está centrada no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, e reúne-se aos estudos que abordam a historiografia da educação brasileira. Particulariza-se uma porção geográfica, o Estado do Acre, dando ênfase à região do Alto Acre e Alto Purus, focalizando no trabalho e na contribuição das Irmãs Servas de Maria Reparadoras para a constituição do sistema de educação formal acreano.

A partir do método hermenêutico crítico se estabeleceu um estudo bibliográfico e documental, com vistas na construção de uma narrativa histórica sobre as práticas educacionais das Irmãs Servas de Maria Reparadoras, no contexto educacional do Estado do Acre. As fontes estudadas demonstram que a evolução histórica do sistema de educação formal acreano, resultou de um processo histórico que teve seu início com a ocupação da região por migrantes nordestinos. Estes vieram para o Acre incentivados pelas promessas de prosperidade em decorrência da economia da borracha, e também pela ocorrência de grandes secas que atingiram seus Estados, provocando fome e miséria no nordeste brasileiro. Essa migração é marcada pela indiferença do governo e financiada pelo capital estrangeiro.

As fontes investigadas permitem evidenciar que os imigrantes nordestinos em sua maioria pertenciam à classe camponesa do sertão. Porém, entre eles tinham aqueles que haviam frequentado a escola primária em sua terra natal. Principalmente os mais jovens que migravam com toda a família. Sendo assim, a pesquisa nos fornece dados que demonstram que a primeira fase da educação acreana foi denominada nesse estudo como doméstica, pois, acontecia nos barracões que por meio da contratação de um professor dava aula para os mais próximos ou nas famílias, onde um parente que conhecia as primeiras letras dava aula aos outros. Esse modelo durou aproximadamente três gerações e se encontra pessoas, ainda hoje, nos seringais e nas periferias das cidades que foram alfabetizadas nesses termos.

Com a organização político administrativa dos Departamentos surgem as primeiras escolas primárias que objetivavam o combate ao analfabetismo que atingia mais de 70% da população. As escolas fundadas eram insuficientes para atender as demandas departamentais e dentro do mesmo período foram sendo organizados os grupos escolares como uma estratégia de aperfeiçoar a educação e atender um maior número de alunos. O certo é que no período

departamental, a ênfase foi dada na modalidade do ensino primário, pois grande era a necessidade de se alfabetizar a população.

A categoria crítica nos conduz à compreensão de que o analfabetismo era um dos maiores dispositivos no controle e na exploração do trabalhador seringueiro. O que pode explicar a negligência do Estado no investimento na instrução pública, principalmente das classes socialmente mais vulneráveis.

O estudo das fontes do período territorial que compreende os anos entre 1920 a 1962 permite uma investigação documental que evidencia a organização do Órgão central de administração da instrução pública como a publicação de normas, resoluções e decreto curricular e as políticas educacionais realizadas por cada governante do território.

O período territorial procede numa maior organização administrativa do sistema de educação formal. Na primeira década, isto é, 1920 percebe-se o trabalho para organizar e estruturar o currículo e a tentativa de sistematizar a prática pedagógica. A educação passa por várias reformas e o trabalho docente passa a ser explicitado através de regulamentos onde era especificado o que e como fazer. Resulta na grande reforma de Pedro Matos no governo de Hugo Carneiro e tem-se com resultado a sistematização e consolidação do ensino primário.

Com base no estudo documental da década de 30 e 40 compreende-se o florescimento do sistema de educação formal acreana. Pois, neste período o Estado organiza o ensino secundário, o curso científico, funda a Escola Normal Regional com a finalidade de formar docentes, implanta o ensino técnico e constitui as escolas agrícolas com o objetivo de formar mão de obra para trabalho na Região.

Foi possível compreender que as Irmãs desenvolveram um trabalho, em sua época, que resultou em ser um parâmetro de qualidade em educação, tanto na gestão educacional como na formação. O trabalho desenvolvido pelas missionárias na formação de professores, no modelo de escola, nas relações com a sociedade da época, conferiu-lhes reconhecimentos importantes. A educação pautada no ensino religioso, na disciplina e no preparo para uma vida em sociedade foi um legado deixado por esse grupo de missionárias, que até os dias de hoje repercutem nos colégios do Acre. Aliás, os colégios construídos continuam atualmente em funcionamento, e contam com o mesmo reconhecimento.

A dialógica permite compreender a leitura realizada por essas missionárias quanto a necessidade de formação destinada aos profissionais que atuariam na educação do Acre, não somente sob a perspectiva religiosa, mas a partir da visão de uma formação de sociedade. Isso demonstra, ainda, que a intenção desse grupo de educadoras transcendia seu tempo.

Um dos pontos a ser observado é o fato de que os colégios fundados em Sena Madureira, Xapuri e, posteriormente, em Rio Branco, se sustentavam com as mensalidades pagas pelas famílias dos alunos. Isso pode ser uma contradição quando se verifica a missão humanitária das Irmãs. Porém, também se fazia necessário arrecadar recursos para prestar assistência às famílias em vulnerabilidade social. Outro ponto a ser destacado é o cuidado com a formação, principalmente, das moças. Em sua maioria, os internatos foram criados para elas. As Irmãs traziam consigo a mentalidade católica europeia de que a mulher deveria se preparar para o matrimônio. Este dispositivo ajudaria no desenvolvimento da sociedade, no seu aspecto moral, social e cultural.

Vale ressaltar, que o trabalho dessas Irmãs tinha por natureza a evangelização, pois, não seria uma obrigação vocacional, mas sim uma ação humanitária, que se fazia necessária diante da circunstância de vulnerabilidade na qual se encontrava a população do Acre naquele período da história. Lembrando que um dos grandes instrumentos de alienação do povo acreano sempre foi o analfabetismo. A categoria compreensão possibilita interpretar que a prática educadora das freiras surge como um instrumento e uma resposta à condição social na qual se encontravam as pessoas que residiam na região. As práticas educativas das Irmãs estão pedagogicamente divididas em duas etapas: a primeira compreende a formação cultural e a segunda se constitui na formalização de uma rede de educação que formava o seu próprio corpo docente, uma novidade na época nessa região, bem como a formação dos seus alunos.

Percebe-se que o sistema educacional formal do Acre, atualmente, apresenta muitos traços das práticas educativas das Servas de Maria. Muitos de seus alunos assumem posições sociais de destaque, no âmbito da política e da sociedade civil. Várias instituições de educação recebem o nome que homenageia muitas personagens do grupo dessas Irmãs. A cultura educacional ainda é praticada em grande medida nos colégios fundados pelo grupo, que hoje se encontram sob a administração da Diocese de Rio Branco, em conjunto com o Estado.

Pelo exposto, é possível afirmar que as Irmãs Servas de Maria Reparadoras exerceram uma forte influência na formação do sistema educacional formal do Acre, confirmado a tese inicial desta pesquisa. Esse grupo de missionárias, ao constatarem a necessidade local de instrução cultural, criaram estruturas educacionais, como colégios e cursos de formação de professores, e implementaram uma cultura educacional que influenciou na matriz organizacional do sistema de educação formal no Estado. Um destaque a se fazer, mesmo que indiretamente, é o fato dessas mulheres serem protagonistas do feminino na participação do desenvolvimento social desse território. Vale ressaltar, que não há mulheres na posição de autoridades civis e com visibilidade, nessa época, na região do Acre. Pois, a região era

governada por ideologia militar e clerical. Desse modo, a figura feminina era praticamente invisível dentro da sociedade em que viviam. De alguma maneira elas são espelhos para que as mulheres possam lutar por uma emancipação.

Foram mulheres que contribuíram para a implementação de uma prática educacional voltada para a formação humana e integral no Estado do Acre.

## REFERÊNCIAS

AGOSM, Ata da primeira sessão para tratar-se da criação do Bispado no Acre, fl. 1-6

AGOSM, P. Giuseppe Albarelli OSM, “**Lettere dal 6-9-1923**”, em: *Pasta Acre Purus* (Brasile) lettere varie 1919 – 1925.

ASV, **Carta do bispo do Amazonas João Joffily ao Núncio Apostólico Scapardini (9-1-1919)** em: *Nunciatura Apostólica do Brasil*, fasc. 837, caixa 165, doc. 6, fl. 41,43 - 44. (disponível no Arquivo Secreto Vaticano, Carta do bispo do Amazonas João Joffily ao Núncio Apostólico Scapardini, em: *Nunciatura Apostólica no Brasil*, fasc. 837, caixa 165, doc. 6, fl. 41,43, 44.)

ACRE. Governo do Estado. **Efemérides acreanas- 1857/1968**. 3. ed. Rio Branco, [1969].

ACRE. **Resolução n. 05**.Jornal o Acre. 1930. p. 2.

ACRE. **Jornal o Acre**. 1931. p. 3.

ACRE. **Jornal o Acre**. 1933. p. 4.

ACRE. **Jornal o Acre**. 1934. p. 3.

ACRE. **Jornal o Acre**. 1935. p. 2.

ACRE. **Jornal o Acre.Regulamento Geral do Ensino no Território do Acre**. José Bezerra Duarte, Diretor da Instrução Pública, 1934. jan. 1935, ed. 258, 3p.Disponível em: <http://bngigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. **Relatório do primeiro semestre de 1906: Prefeitura do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Empresa Nacional, [1906].

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. Manaus, Valer, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução e coordenação: Willy Bolle. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ UFMG, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BARBOSA SOBRINHO, Maria Evanilde. **Creio no Acre e nos acreanos: o ideário da modernidade presente no governo Guimard dos Santos (1946-19500)**. Rio Branco, 2010.

BARBOSA SOBRINHO, Maria Evanilde. **A Escola é a forja da civilização: obrigatoriedade escolar no território do Acre (1920-1950)**. Tese. Curitiba, 2016.

BOFF, Lina. **Cem anos da Ordem dos Servos de Maria na Amazônia– Acre: 1920 a 2020**. 1. Ed.-Rio de Janeiro; Letra Capital, 2020.

BOFF, Lina. **Espírito e missão na prática pastoral.Acre: 1920 a 1930**. 3v. São Paulo:Paulinas, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo, SP: Ateliê Editorial. (2003).

CALIXTO, Valdir de O.; **Plácido de Castro e construção da ordem no Aquirí: contribuição à história das ideias políticas**. Rio Branco-Ac. FEM. 2003.

CALIXTO, Valdir de O.; FERNANDES, de S.; SOUZA, Jose de D.. **Acre: uma história em construção. Secretaria de Educação e Cultura do Acre**. Rio Branco -Acre. 1983.

CARDINI, F. Um sociólogo al Santo Sepolcro. In: HALBWACHS, M. **MenoriediTerrasanta. Veneza**, Ed. Arsenale, 1988.

CARDINI, F. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs**. /Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.

CARDONI, Hélio Guimarães. **A conquista do acre: uma história em quadrinhos**. 2 ed. Curitiba, Linarth, 1986.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Reformas da Instrução Pública**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CARVALHO, Mark Clark Assen de.; BATISTA, Gilcinara Gondim. **A constituição de uma escola referencia em Xapurí: o Colégio Divina providência**. 2º Reunião Científica Regional Norte da ANPED (2018). Gt02/GT 17-História da educação e Filosofia da Educação. Rio Branco – Acre. 2018.

CASTRO, Maria Angélica de.; **Relatório relativo a 1947**. Rio Branco: DEC, [1948]. (Documento apresentado ao Exmo. Major José Guimard dos Santos, pelo Departamento de Educação e Cultura. Acervo Secretaria de Educação do Estado Acre.

CASTRO, C. O. **Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das ideias sobre a escola nova no território federal do acre (1946/1951)**. 2011. 239 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação Em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

**CRÔNICA DA COMUNIDADE DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS EM XAPURY...**, 1932, F. 12.

**Crônicas do Instituto Divina Providência, Irmãs Servas de Maria reparadoras**. Xapuri, Ac: [S.N.], [19??].

COSTA, João Craveiro.; **A conquista do deserto ocidental**. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1936.

COSTA, Francisco Pereira. **Soldados da borracha: imigração, trabalho e justiça na Amazônia**. São Paulo: Editora Biblioteca 24 Horas, 2015.

CUNHA, Euclides da Cunha. **À margem da História**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

CUNHA, Tuylla Rayane Tavares da. **Dos sertões nordestinos aos seringais amazônicos: trabalho, exploração e resistência**, 2020.

DA SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. **Jacques Le Goff: uma breve biografia, obras publicadas no Brasil e influência no Programa de Estudos Medievais da UFRJ**. BRATHAIR, v.16,n.1, 2016. Disponível em:<<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1173>>. Acesso em 28 de Out. 2019.

DEAN, Warren. **A Luta Pela Borracha no Brasil**. São Paulo, Nobel, 1989.

FECURY da SILVA, M. F. **A emigração nordestina para a Amazônia em 1877: uma tentativa de colonização pela administração provincial**. Dissertação de mestrado na Universidade Federal do Acre ( UFAC), Rio Branco,1977.

GASPARELLO, A. M. **Uma pedagogia histórica: caminhos para uma história da disciplina escolar**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 105-125, jan./abr. 2011.

GADEMER, H. G.; **Verdade e Método I**. Traços Fundamentais de uma hermenêutica filosófica. São Paulo: Editora Universitária São Francisco. 2005.

GINELLI, Giovana. **História da Educação no Acre: período Territorial 1920-1962**. Livro 2.SEE. Rio Branco Acre, 2008.

GREZELE, Claudina *et all.*; **Congregação Servas de Maria Reparadoras: o rosto das Servas de Maria Reparadoras na América Latina – 1921 / 2011**. Belo Horizonte-MG. Gráfica e Editora o Lutador. 2011.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. IBGE, Rio de Janeiro 1955. Reeditado pelo Sanado Federal, com prefácio do Senador Geraldo Mesquita Junior, Brasília – 2004, pp. 27 - 35.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; AQUINO, Terri Valle. **Povos e terras indígenas no Estado do Acre- Cadernos Temáticos**- 2005.

IVASHITA, Simone Burioli e VIEIRA, Renata de Almeida. **Os antecedentes do manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**. Disponível em:[https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/GuEVnTfr.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/GuEVnTfr.pdf)

**JORNAL GAZETA DO PURUS**, N. 114, de 1º de outubro, 1922.

**Jornal O Acre**, 1/1/1957. Pág. 4 col.1

KALUME, Jorge. **Templo Inesquecível. Documentário**. Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1971.

**LEGA MARIANA RIPARATRICE**, 15 (1930), n.2, março-abril. p. 14

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In:\_\_. **História e memória**. Tradução de IreneFerreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 4. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Elizabeth Miranda de. NASCIMENTO, Luciana Marino do. ALBUQUERQUE, Luciete Basto de Andrade (orgs.). **Moderno/Contemporâneo: reflexões sobre a educação**. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2012.

LIMA, ReginâmioBoonifpacil de.; NASCIMENTO, Dábora Souza do.; OGANDO, Luciana Pereira (Orgs.). **Uma história do Acre em retalhos**. – 2ª ed. – Rio Branco: Adufac, 2022.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **Gazeta do Purus: scenas de uma epocha (Senna Madureira, 1918/1924)**. Manaus: Imprensa Oficial. 1981.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **O Brasil Acreano: scenas de uma epocha**. Manaus: Gráfica Lorena, 2004.

LOUREIRO, Chloé Souto. **Doces e lembranças**.São Paulo: Editora Marco Zero,1987.

MACIEL, Godofredo.; **Relatório do Departamento do Alto Purus – 1911**. Rio Branco: S.N [1912].

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. 2ª edição. Rio Branco-AC: Eufac. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria.; Técnica de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. - 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MOLLINETTI, Maria Regina.; BRIZZI, Maria Marinella. **Servas de Maria Reparadoras: vivências missionárias no Acre.** 1ª edição. Rio Branco-Ac. EAC Editor, 2017.

MORRISON, Toni. **Amada.** Tradução Evelyn Kay Massaro. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana /** Maria de Jesus Moraes. – Rio Branco: Edufac, 2016.

MORRISON, T. **Amada.** Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

PERTIÑEZ, Joaquin.; LOMBARDI, Máximo.; **História da Diocese de Rio Branco – 1878-2000.** Arquivo da Diocese de Rio Branco. 2019.

PONTES, José de farias. **O primeiro ciclo da borracha no acre: da formação dos seringais ao grande colapso.** 2014.

RIBEIRO, Anselmo de Sá.; **Memorial sobre a educação do Acre.** O Acre, Rio Branco, p. 6, 8 nov. 1936.

RICOEUR, Paul. **O eclipse da narrativa.** In: Tempo e Narrativa. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do “longo século XX” brasileiro.** In: SAVIANI, Dermeval [et al.] **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SOUTO, Areal. **História da formação do território do Acre em geral, e dos municípios de Rio Branco, Xapuri e Purus em particular.** Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphica Villani e Barbero, 1928.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **História do Acre.** Edição M.M. Paim. Rio Branco – Acre. 1992.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **História do Acre: novos, nova abordagem.** Rio Branco – Acre. 2005.

SOUZA, Rosa Fatima de. **História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1998.

VASCONCELLOS, José Thomaz da Cunha. **Relatório do ano 1923**. [Rio Branco]: (documento apresentado a João Luiz Alves, ministro da justiça e Negócios interiores).

VIGGIANO, Alberto.; Servas de Maria Reparadoras. Coletânea de documentos de 1891 a 1935. Silloge di documenti. Tradução do original italiano. Rio de Janeiro. 1980.

VINCENZO BENASSI *et all*. **Breve história da Ordem dos Servos de Maria**. Tipografia Città Nuova, Roma 1990.

**LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA**, Xapuri, 1942, p. 86.

**LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA**, Xapuri, 1942, p. 87.

**I LIVRO TOMBO DA PRELAZIA**. P. 81v. (História da diocese de rio branco p. 305).

**I LIVRO DE TOMBO DA PRELAZIA**, 1952, p. 81v.

**LIVRO DAS ATAS DO INSTITUTO SÃO JOSÉ**, 1965, p. 21.